

IHU

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 396 - Ano XII - 02/07/2012 - ISSN 1981-8769



A humanização do parto. Por um nascimento mais digno e natural

Ricardo Herbert Jones

O parto como um evento humano, não hospitalar

Ana Cristina Duarte

As escolhas na hora do parto: uma questão de liberdade

Melania Amorim

A retomada do protagonismo feminino no parto

E MAIS

Rio+20 e a Cúpula dos Povos:

Ricardo Abramovay, Eduardo Viola e Washington Novaes avaliam os encontros

Ione Buyst:

Concílio Vaticano II e a renovação litúrgica. 50 anos depois

Elton Vitoriano Ribeiro:

Lima Vaz, Taylor e MacIntyre: perplexidade em relação à situação da sociedade

A humanização do parto. Por um nascimento mais digno e natural

Enquanto a sociedade contemporânea aposta cada vez mais no uso da técnica e da ciência, movimentos apostam na retomada das formas mais primitivas e naturais de viver e morrer.

É o que se manifestou mais claramente na recente Marcha do Parto em Casa que luta pelo parto natural e humanizado, tema em debate na revista IHU On-Line desta semana.

Contribuem nesta edição, Ricardo Herbert Jones, um dos precursores do parto humanizado no Brasil e único obstetra que realiza parto domiciliar no Rio Grande do Sul, a obstetra Melania Amorim, professora de Ginecologia e Obstetrícia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, o pediatra Marcus Renato Carvalho, especialista em aleitamento materno, a parteira tradicional e profissional mexicana Naolí Vinaver, a bióloga Ligia Moreiras Sena, e a obstetra Ana Cristi-

na Duarte, do Grupo Samaúma – Maternidade Consciente, e do Grupo de Apoio à Maternidade Ativa – GAMA.

Três depoimentos completam a discussão do tema do parto natural e humanizado.

Uma avaliação da Rio+20 e da Cúpula dos Povos é feita por Ricardo Abramovay, professor da USP, Eduardo Viola, professor da UnB, e Washington Novaes, jornalista ambiental.

No 50º aniversário da abertura do Concílio Vaticano II, Ione Buyst, teóloga, reflete sobre o significado e a recepção do primeiro documento emanado deste importante evento, que foi a Constituição Sacrosanctum Concilium, sobre a renovação litúrgica.

Cícero Inacio da Silva, professor e especialista em tecnologias digitais, reflete sobre o universo digital e o que

pode ser considerado como mídia e João Martins Ladeira, pós-doutorando do PPGCOM/Unisinos é autor do artigo Uma estreia apaixonante? A versão brasileira das indústrias criativas.

Elton Vitoriano Ribeiro, filósofo, reflete sobre a contribuição de Charles Taylor, Henrique Cláudio de Lima Vaz e Alasdair MacIntyre para a compreensão da contemporaneidade

A despedida do cardeal jesuíta, Carlo Maria Martini, arcebispo emérito de Milão, é o tema do comentário de Faustino Teixeira, professor e pesquisador do PPG em Ciências da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

A todas e a todos uma ótima leitura e uma excelente semana!



**Instituto Humanitas
Unisinos**

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP.: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 - ramal 4128.

E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU
ISSN 1981-8769.
IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos.
Apoio: Comunidade dos Jesuítas – Residência Conceição.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br).
Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (graelaw@unisinos.br).
Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e Thamiris Magalhães MTB 0669451 (thamirism@unisinos.br).
Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br).

Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.
Projeto gráfico: Agência Experimental de Comunicação da Unisinos - Agexcom.
Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Patricia Fachin, Luana Nyland e Natália Scholz

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Ricardo Herbert Jones:** O parto como um evento humano, não hospitalar
- 9 **Naolí Vinaver:** “Nós, mulheres, estamos desenhadas para engravidar e parir sem nenhuma dificuldade”
- 11 **Melania Amorim:** A retomada do protagonismo feminino no parto
- 14 **Marcus Renato Carvalho:** Parto normal: fisiologicamente o melhor para a mãe e o bebê
- 16 **Ligia Moreiras Sena:** O parto e o respeito à autonomia feminina
- 19 **Ana Cristina Duarte:** As escolhas na hora do parto: uma questão de liberdade
- 22 **Depoimentos:** Cláudia Zirbes, Kalinne Ribeiro, Neide Calixto

DESTAQUES DA SEMANA

DOSSIÊ RIO+20

- 26 **Ricardo Abramovay:** A questão dos limites e da desigualdade ficou fora da Rio+20
- 29 **Eduardo Viola:** Os quatro grandes fracassos da Rio+20 e o conservadorismo do Brasil
- 33 **Washington Novaes:** Rio+20: fracasso sobre dos grandes objetivos
- 35 **Livro da semana:** Elton Vitoriano Ribeiro: Lima Vaz, Taylor e MacIntyre: perplexidade em relação à situação da sociedade
- 39 **Teologia Pública: Ione Buyst:** O Concílio Vaticano II e a renovação litúrgica. 50 anos depois
- 42 **Entrevista da Semana:** Cícero Inácio da Silva: “É paradoxal dizer que possa existir uma ‘mídia’ no meio digital”
- 44 **Artigo da Semana:** Faustino Teixeira: Cardeal Martini e a dignidade da diferença
- 48 **Coluna CEPOS:** João Martins Ladeira: Uma estreia apaixonante? A versão brasileira das indústrias criativas
- 50 **Destaques On-Line**

IHU EM REVISTA

- 54 **IHU REPÓRTER:** Rubens Soares de Lima



twitter.com/ihu



bit.ly/ihufacebook



www.ihu.unisinos.br

Tema de Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

O parto como um evento humano, não hospitalar

Um dos precursores do parto humanizado no Brasil e único obstetra que realiza parto domiciliar no Rio Grande do Sul, Ricardo Herbert Jones defende que o parto em casa é tão ou mais seguro do que o parto hospitalar, além de produzir maior satisfação

POR GRAZIELA WOLFART

“**E**u sempre tento me aprofundar na profusão de sentimentos e emoções que brotam do nascimento humano, que, para todos os efeitos, é um milagre. E aqueles que estão participando deste momento junto da mulher são pessoas especiais na medida em que receberam a incumbência de estar ao lado do milagre quando ele acontece”. A definição é do médico Ricardo Herbert Jones, defensor do parto humanizado e único obstetra que realiza partos domiciliares no Rio Grande do Sul. Em entrevista concedida por telefone para a **IHU On-Line**, ele argumenta que “jogar as pacientes nos hospitais utilizando massa de tecnologia como, por exemplo, a cesariana, não ofereceu nenhuma garantia para as mulheres, pelo contrário, aumentou a mortalidade materna. A mudança virá quando conseguirmos mudar a lógica de entendimento do parto, quando ele parar de ser visto somente como um evento médico e hospitalar e puder ser entendido como um evento humano”. Na visão do médico, “todos os lugares em que o cuidador principal da mulher é uma parteira tendem a ser melhores.

E todos os lugares onde o cuidador principal é um médico, um cirurgião, com treinamento em patologia e intervenção é um modelo com alta mortalidade materna e perinatal. Não importa se o país seja rico ou pobre”.

Ginecologista, obstetra e homeopata, Ricardo Herbert Jones é formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Fez pós-graduação em Homeopatia pela Sociedade Gaúcha de Homeopatia. É filiado à Rede pela Humanização do Parto e Nascimento – ReHuNa, conselheiro médico e membro da Associação Portuguesa pela Humanização do Parto – Humpar, conselheiro médico da Associação Nacional de Doulas – ANDO. É autor de *Memórias do homem de vidro: Reminiscências de um obstetra humanista* (Porto Alegre: Ideias a Granel, 2004), onde aborda os alicerces do projeto de humanização do nascimento sob a ótica de um médico em processo de transformação; e de *Entre as orelhas: Histórias de parto*, lançado este ano.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como médico e ser humano, de que forma o senhor define a experiência de contribuir para o nascimento de bebês?

Ricardo Herbert Jones – Do ponto de vista médico é importante que exista um profissional, que pode ser um médico, uma obstetrix, uma parteira, que seja capacitado para dar suporte a todas as circunstâncias em que o nascimento foge da sua rota de normalidade. Além de que, por ser um

processo crítico de transformação não só da mulher como de toda a família que está em volta, nesse momento é importante a presença de uma pessoa que tenha estabelecido com a paciente um processo transferencial de confiança e que possa ajudá-la nessa transformação e nesse rito de passagem. Como ser humano, a dimensão é outra. Até podemos analisar isso tudo de uma forma banalizada, como frequentemente se faz, ou podemos

produzir um treinamento constante durante a vida para nunca se deixar levar pela superficialidade das imagens que aparecem à nossa frente. Eu sempre tento me aprofundar na profusão de sentimentos e emoções que brotam do nascimento humano, que, para todos os efeitos, é um milagre. E aqueles que estão participando deste momento junto da mulher são pessoas especiais na medida em que

receberam a incumbência de estar ao lado do milagre quando ele acontece.

IHU On-Line – Em sua concepção, por que o senhor é o único obstetra a assistir partos domiciliares no Rio Grande do Sul? Há um preconceito em sua classe diante desta modalidade de nascimento?

Ricardo Herbert Jones – Certamente existe um preconceito, que não é baseado em evidências. Se formos analisar a experiência que existe em outros países, principalmente os desenvolvidos do norte da Europa, todos eles não só permitem o trabalho de parto em domicílio acompanhado por médicos e/ou por parteiras como também, em países como a Inglaterra, estimulam o parto domiciliar porque estão absolutamente convencidos pela literatura e pelas evidências científicas de que o parto em casa é tão ou mais seguro do que o parto hospitalar, além de produzir maior satisfação. Mas isso não explica o preconceito. Ele existe porque os médicos têm muito medo do controle que existe das corporações sobre seu trabalho e porque as corporações agem frequentemente como se fossem tribunais eclesiásticos. O modelo das corporações é eclesiástico, pois trata os médicos que pensam diferentemente como hereges. Frequentemente os médicos têm medo das repercussões de seus atos, porque se uma paciente acaba tendo algum problema no hospital – e não importa se o médico tenha cometido equívocos ou escolhas nem sempre das mais acertadas –, o hospital sempre vai proteger o médico. Se alguma coisa acontece, que não seja culpa do profissional, fora do hospital, a culpa sempre vai ser vista como sendo do médico. Esse modelo se chama “mitologia da transcendência tecnológica”. É um mito como qualquer outro. Segundo ele, se você não usa toda a tecnologia disponível você está errado, mesmo que a utilização desta tecnologia produza malefícios. A assistência ao parto na

“O modelo das corporações é eclesiástico, pois trata os médicos que pensam diferentemente como hereges”

contemporaneidade não se estabelece num vácuo conceitual. Não é só o parto que é assim, a sociedade inteira é assim. Existe um modelo aplicado a nossa vida como um todo, que é esta necessidade absoluta de ter controle, mesmo sabendo e comprovando diariamente através de pesquisas realizadas no mundo inteiro que esse exercício de controle não produz benefícios. Jogar as pacientes nos hospitais utilizando massa de tecnologia como, por exemplo, a cesariana, não ofereceu nenhuma garantia para as mulheres, pelo contrário, aumentou a mortalidade materna em países como os Estados Unidos, e não consegue diminuir a mortalidade materna em países como o Brasil. A mudança virá quando conseguirmos mudar a lógica de entendimento do parto, quando ele parar de ser visto somente como um evento médico e hospitalar e puder ser entendido como um evento humano.

IHU On-Line – Qual sua concepção sobre o papel da mulher no momento do nascimento de seu filho?

Ricardo Herbert Jones – A humanização do nascimento, esse projeto internacional e transcultural de dignificar o nascimento, assenta-se em três premissas básicas. A primeira e a mais importante delas, sobre a qual todas as outras se assentam, é de que a humanização do nascimento significa restituir o protagonismo à mulher. O segundo aforismo é de que

a humanização do nascimento pressupõe uma visão integrativa, ou seja, não é um fenômeno médico; é mais do que isso: é médico, fisiológico, psicológico, emocional e espiritual. É um momento da vida da mulher em que todos esses setores estão congregados e que precisa ser analisado com a completude dos vieses possíveis para o entendimento desse fenômeno. E o terceiro ponto fundamental é o de que a humanização do nascimento é ligada umbilical e indissociadamente com a medicina baseada em evidências. Tudo o que nós dizemos deve ser comprovado pelas evidências científicas e não por mitologias contemporâneas, muito menos pela autoridade estabelecida de um profissional qualquer. Portanto, o papel fundamental da mulher será o de protagonista. Ao lado dessa protagonista devem existir profissionais qualificados, capacitados, legalmente estabelecidos para dar suporte, auxílio e para intervir quando necessário.

IHU On-Line – Por que o senhor acredita que o modelo obstétrico centrado no médico e nos hospitais “deu o que tinha que dar”, está ultrapassado?

Ricardo Herbert Jones – Porque esse modelo obstétrico, que é o modelo americano, tem péssimos resultados. Os Estados Unidos é o 40º país do mundo em mortalidade materna e o 41º em mortalidade neonatal. É um modelo centrado na patologia, na intervenção. Só que parto não é patologia. Parto é fisiologia. Por isso que esse modelo é fracassado e decadente. O que precisamos é de um modelo que esteja assentado na fisiologia, na normalidade e não na patologia; na saúde e no equilíbrio e não na doença. Teríamos que ter um modelo centrado na parteira profissional, na obstetrix, que é uma pessoa especialista em normalidade de parto e que esta mulher esteja muito bem articulada com o sistema de saúde local para poder transferir a paciente sempre

que houver algum desvio da normalidade. Esse é um modelo que produz, no mundo inteiro, as menores taxas de mortalidade materna e perinatal. Todos os lugares em que o cuidador principal da mulher é uma parteira tendem a ser melhores. E todos os lugares onde o cuidador principal é um médico, um cirurgião, com treinamento em patologia e intervenção é um modelo com alta mortalidade materna e perinatal. Não importa se o país seja rico ou pobre.

IHU On-Line – Que fatores devem ser levados em conta na hora de decidir o melhor modo de uma criança nascer?

Ricardo Herbert Jones – Em primeiro lugar, o desejo da mãe. Isso é fundamental, mas não é o único fator. Em segundo lugar estão as condições de saúde dessa mulher. E em terceiro lugar as circunstâncias do local onde ela está, se é capaz de oferecer rotas e planos alternativos, ou seja, se a mulher pode se deslocar com rapidez para um hospital – e rapidez significa 30 minutos – caso necessário. Primeiro, ela deve ter um pré-natal liso, sem nenhuma ranhura: não pode ter hipertensão, nem diabetes, não pode ter um bebê maior ou menor do que o devido. Em outras palavras, tem que ser um pré-natal de uma mulher absolutamente saudável. No caso do parto domiciliar, a mulher tem que desejar muito ter seu bebê em casa. E essa paciente precisa atender a vários critérios e todos eles devem estar de acordo com o que pensa o conjunto da equipe que vai atendê-la neste parto.

IHU On-Line – Que histórias de partos mais lhe marcaram no decorrer de sua trajetória?

Ricardo Herbert Jones – Toda história de parto é muito rica. E todo obstetra que trabalha junto de sua paciente, não banalizando o nascimento como se fosse uma retirada de vesícula, acaba vendo histórias

“A humanização do nascimento significa restituir o protagonismo à mulher”

humanas muito chamativas. Escrevi dois livros só de histórias de partos e de momentos marcantes e significativos. Se eu tivesse que citar uma grande história eu citaria a de uma paciente minha que teve cinco filhos em casa, porque os partos dela eram tão rápidos que ela não tinha possibilidade nenhuma de ir para o hospital. Assim que ela tinha a primeira contração, o bebê nascia. No primeiro parto, ela pediu que o marido fosse até a rua para chamar um táxi e quando ele voltou o nenê já tinha nascido. No segundo filho, ela pediu ao marido que buscasse um copo de água na cozinha e quando ele voltou o bebê já tinha nascido. No caso dos outros três, diante dessa incapacidade que ela tinha de recorrer a um hospital – e ela não era exatamente uma fervorosa defensora do parto domiciliar; ela se tornou depois – eu a acompanhei e fui até a casa dela depois que o bebê tinha nascido, só para ver se estava tudo bem, pois concordamos que seria impossível que qualquer pessoa estivesse presente quando ela tivesse os filhos dela. Aquilo me marcou muito, porque a forma como ela encarava o nascimento e a estrutura emocional e psicológica dela me mostravam que parto realmente é uma coisa que acontece “entre as orelhas”. As condições para essa mulher ter os partos tão rápidos e tão fáceis não estavam nem no seu útero, nem no trajeto, nem no tamanho dos bebês, nem nas contrações uterinas. Estava na forma como o corpo e a mente dela encaravam o processo de nascimento.

IHU On-Line – Por que o senhor caracteriza o abuso das cesarianas no Brasil como uma tragédia?

Ricardo Herbert Jones – Porque rouba da mulher a possibilidade de ter seus filhos de uma forma mais segura, mais saudável e mais criativa. O abuso de cesarianas em vários países do ocidente é uma tragédia. A cesariana, em si, é uma bênção, sou fã dessa cirurgia, que é maravilhosa e serve para que se possa salvar uma mulher e um bebê que até pouco tempo atrás, cerca de 200 anos, estavam condenados à morte. O problema é o abuso que se faz da cesariana. Além disso, está se apropriando da mulher a possibilidade de ela ter um filho pelas suas próprias forças.

IHU On-Line – Qual o perfil das pacientes que o procuram pedindo assistência para o parto natural domiciliar?

Ricardo Herbert Jones – Elas já chegam aqui tendo lido muito, tendo se informado muito sobre a efetividade e a segurança do parto domiciliar baseado nos estudos que foram feitos na Holanda, no Canadá e na Inglaterra recentemente. O perfil das pacientes que querem ter parto domiciliar é de mulheres extremamente empoderadas, informadas. Nenhuma delas chega aqui ingenuamente, dizendo “ah, ouvi falar disso, me explica aí, que eu não sei bem o que é...”. Não, nada disso. São mulheres que depois de lerem muito têm vontade de ter um parto com mais liberdade; um parto como cidadã e não como paciente.

IHU On-Line – Como a cultura da humanização do parto é fomentada no ensino universitário de medicina atualmente?

Ricardo Herbert Jones – Toda modificação cultural de vulto é lenta, gradual e leva muito tempo para se estabelecer. Depois da primeira etapa, que é o deboche, o escárnio, acontece uma perseguição violenta, que é o que

estamos vivendo agora, quando médicos de todo o Brasil estão sendo ameaçados por conselhos até em função das opiniões que emitem a respeito das suas ideias em relação à humanização do nascimento. Por exemplo, o episódio do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, ameaçando um médico de São Paulo de ser processado porque emitiu uma opinião favorável ao parto domiciliar baseado em evidências¹. E a terceira etapa é uma lenta e gradual aceitação desses novos pressupostos.

No ensino superior, o que vemos são as faculdades de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e de Obstetrícia, como na USP, muito favoráveis à humanização do nascimento, falando de forma aberta e clara das vantagens do processo de parto natural, tanto do ponto de vista fisiológico para as mulheres como do ponto de vista psicológico e social. Portanto, nestas academias existe uma valorização muito grande dos pressupostos do parto humanizado. Na faculdade de medicina é muito mais lento, mas mesmo lá, mesmo entre os mais conservadores e corporativistas, começamos a perceber lentamente uma modificação, por exemplo, na diminuição paulatina do índice de episiotomias, que na imensa maioria das vezes são completamente inúteis e que se fazem de rotina nos hospitais no Brasil; a possibilidade de as pacientes terem doulas² em hospitais públicos; a possibilidade da paciente escolher a posição para ter seu filho em hospitais públicos. Tenho certeza de que o tipo de obstetrícia que eu sonho para minhas pacientes eu não vou ver, pois vou morrer antes que isso aconteça. Mas certamente vou ver uma suavização de muitos dos procedimentos que são realizados gratuitamente e sem justificativa nos hospitais, hoje, por muitos médicos.

¹ Leia mais sobre o caso em <http://bit.ly/KWzxc2>. (Nota da IHU On-Line)

² A doula é uma assistente de parto sem titulação oficial, que proporciona informação e apoio físico e emocional às mulheres durante a gravidez, o parto e o pós-parto. (Nota da IHU On-Line)

“Parto não é patologia. Parto é fisiologia”

Tenho certeza de que estamos plantando uma semente que será colhida por nossos netos e bisnetos de um nascimento mais digno, mais respeitoso e mais cientificamente embasado. Estamos na fase de sementeira. A colheita certamente não será para nós. Vemos pequenos detalhes que vão acontecendo, como, por exemplo, essa marcha com milhares de pessoas saindo nas ruas no Brasil, exigindo liberdade de escolha para o local de nascimento, menos cesarianas, menos intervenção, menos abusos, menos violência obstétrica. Isso era impensável há dez anos. Imagina o que teremos possibilidade de fazer daqui a dez anos. Esse movimento recente da “Marcha pelo Parto em Casa”³ fortificou de forma muito intensa os movimentos de humanização no Brasil, como jamais tinha acontecido nesse país. E isso é notícia no mundo inteiro. Pela primeira vez na história do Brasil as mulheres se mostraram indignadas e saíram às ruas reclamando do atendimento obstétrico que têm. Foi um momento histórico, que legitima a luta pela causa e nos mostra que não estamos pregando no vazio ou no deserto. Estamos falando para um grupo muito grande de mulheres que finalmente mostrou sua cara.

³ Mulheres de mais de dez cidades, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, foram às ruas no último dia 17 de junho para protestar pelo direito de grávidas decidirem se querem ter seus filhos em casa ou no hospital. A “Marcha pelo Parto em Casa” foi organizada nas redes sociais após o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro pedir à entidade paulista, o Cremesp, a punição do obstetra Jorge Francisco Kuhn, que defendeu o direito de mulheres saudáveis optarem pelo parto domiciliar. (Nota da IHU On-Line)

Leia as
entrevistas
do dia no
sítio do IHU:
www.ihu.unisinos.br

“Nós, mulheres, estamos desenhadas para engravidar e parir sem nenhuma dificuldade”

Para Naolí Vinaver, parteira tradicional e profissional mexicana, a maneira como as mulheres estão parindo seus filhos atualmente reflete um tipo de sociedade consumista e capitalista em que a visão da pressa e a rapidez prevalecem sobre a qualidade da vida como experiência primordial

POR GRAZIELA WOLFART

O movimento pela humanização do parto é definido pela parteira mexicana Naolí Vinaver como “a união e visão humana, tanto intelectual como técnica e profissional, de pessoas de diversas áreas que se importam com a qualidade da atenção recebida pelas mulheres, bebês e famílias durante o processo de parto e nascimento”. Dona de vasta experiência em contribuir para que bebês nasçam de parto natural, Naolí afirma que “na medida em que as mulheres foram levadas para os hospitais e os seguimentos das suas gravidezes e partos começaram a ser acompanhados por homens médicos (na sua vasta maioria), elas foram perdendo a dignidade, o seu direito à integridade física e emocional e, com isso, a sua autonomia de parideiras capazes”. E conclui, em meio a suas respostas enviadas por e-mail à **IHU On-Line**: “o problema não são as mulheres ‘imperfei-

tas’ que ‘não sabem parir mais’, mas a cultura do parto que esqueceu da mulher no processo desenfreado por adquirir as mais altas tecnologias sem virar a cabeça para ver que elas não são necessárias na maioria dos casos”.

Naolí Vinaver Lopez é uma parteira mexicana que combina a prática do parto tradicional com um profundo interesse e respeito pela psicologia e a fisiologia do parto. Desde 1987 ela atendeu por volta de 1000 partos domiciliares em sua região (Xalapa, Veracruz, México), além de participar como conferencista em congressos sobre parto em mais de 30 países. Naolí teve três filhos em partos domiciliares acompanhada de sua família, o último dando origem ao vídeo “Dia de Nascimento” (<http://bit.ly/MFMclN>). Ela mantém o site www.nacimientonatural.com/Naolí-Vinaver.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que caracteriza o movimento pela humanização do parto e do nascimento?

Naolí Vinaver – O movimento se caracteriza pela união e visão humana, tanto intelectual como técnica e profissional, de pessoas de diversas áreas que se importam com a qualidade da atenção recebida pelas mulheres, bebês e famílias durante o processo de parto e nascimento. O movimento se importa profundamente com a experiência pessoal, tanto física como emocional das pessoas envolvidas no parto, baseando-se em dados científicos e psicoemocionais que oferecem

evidências fortes sobre os efeitos em curto e longo prazo dessas vivências nas pessoas.

IHU On-Line – O que tem motivado a ebulição deste movimento pelo mundo atualmente?

Naolí Vinaver – A motivação em verdade não é nova, o que é novo é a capacidade atual de se comunicar com o crescimento e expansão dos meios de comunicação que possibilita às pessoas a comunicação umas com as outras, dando como resultado uma crescente consciência das similitudes nas experiências vivenciadas. A partir de

inúmeros congressos internacionais, de contato entre pessoas de países diversos, de artigos publicados, pesquisas e expressões individuais e de grupo, o movimento tem se desenvolvido com muita força e lucidez, dando frutos e avanços exemplares. Não sem que ainda fique o maior trecho por ser conquistado e as estratégias e mudanças ainda por serem efetuadas.

IHU On-Line – Como o Brasil e a América Latina se posicionam neste contexto?

Naolí Vinaver – Acho que o Brasil e a América Latina não podem ser

incluídos na mesma frase. O Brasil é um país que se diferencia dos outros países da América Latina em que as pessoas civis se sentem parte dos órgãos que tomam decisões, quer dizer, que o vínculo e a humanidade que têm as pessoas civis e as pessoas que já trabalham dentro da Secretaria de Saúde, para citar um exemplo, é de uma parceria e comunicação que não se vê em outros países da América Latina, onde geralmente as instituições se caracterizam por uma prepotência muito marcada, que desvincula os seus representantes dos cidadãos comuns. Mesmo assim, tanto o Brasil como a maioria dos países da América Latina têm em comum um índice elevadíssimo de cesáreas e inúmeras intervenções gineco-obstétricas, evidentemente desnecessárias, o que resulta que a mulher nesses países desconheça suas capacidades para parir natural e espontaneamente, e que quem deseja fazê-lo precise lutar com muita veemência e intensidade, como um salmão que nada contra a correnteza. Nesses países, nós que lutamos por um parto mais humano e cálido precisamos uns dos outros para conseguir ter uma voz que seja ouvida. Paradoxalmente, é também por causa de tantas e tantas formas de violência e agressão obstétrica vividas por tantas mulheres e bebês que o movimento encontra-se fortalecido.

IHU On-Line – O que a senhora destaca em relação ao respeito e à integridade física e emocional da mãe, do bebê e da família durante um nascimento?

Naolí Vinaver – O merecimento a parir com respeito à fisiologia e à intimidade da mulher e do bebê nunca deveria ter mudado das épocas em que as mulheres sempre pariam em casa, acompanhadas por parteiras (mulheres com experiência nas artes do bem-parir). Mesmo que se compreenda que, com a evolução da ciência, as mulheres foram levadas das suas casas para parir nos hospitais, o parto não deveria ter deixado de ser considerado um processo natural de vida e de saúde, só precisando em muitos poucos casos da ajuda justa e precisa da medicina “moderna”. Na medida em que as mulheres foram levadas para os hospitais e os seguimentos das

suas gravidezes e partos começaram a ser acompanhados por homens médicos (na sua vasta maioria), elas foram perdendo a dignidade, o seu direito à integridade física e emocional e, com isso, a sua autonomia de parideiras capazes.

IHU On-Line – Como a senhora define a mulher-mãe enquanto autoridade em relação à gravidez e ao bebê que gera em seu ventre?

Naolí Vinaver – Nós, mulheres, estamos desenhadas para engravidar e parir sem nenhuma dificuldade. Como tal, somos autoridades nessa experiência e processo de parir e só precisamos de apoio amoroso e paciente para acompanhar o processo. São as parteiras, desde a época da Antiguidade, que acompanhavam as mulheres nesse momento, caso precisassem de ajuda em algum trecho do processo. Geralmente uma mulher não precisa de ajuda, mas sim de respeito, de intimidade e paz para parir de forma espontânea. Quando esses elementos são tirados da mulher, ela começa a encarar algumas dificuldades que têm a ver mais com o entorno e o acultamento do parto do que com a sua fisiologia. O problema não são as mulheres “imperfeitas” que “não sabem parir mais”, mas a cultura do parto que esqueceu da mulher no processo desenfreado por adquirir as mais altas tecnologias sem virar a cabeça para ver que elas não são necessárias na maioria dos casos.

IHU On-Line – A maneira como as mulheres estão parindo seus filhos atualmente reflete que tipo de sociedade e de cultura?

Naolí Vinaver – A maneira como as mulheres estão parindo seus filhos atualmente reflete um tipo de sociedade consumista e capitalista em que a visão da pressa e a rapidez prevalecem sobre a qualidade da vida como experiência primordial. Uma sociedade que não pergunta nem escuta às suas mulheres deixando-as escolher e dirigir as suas experiências sexuais, de gravidez e de parto, baseando-se nas suas intuições, no instinto primordial como fêmeas parideiras, e com base em informações fidedignas e legítimas, não é uma sociedade avançada. O dia em que a mulher ocupar um

lugar precioso como uma doadora de vida poderosa e cheia de sabedoria, dentro de todos os âmbitos – o psicossocial, o econômico e cultural, assim como o político –, essa cultura vai virar um exemplo para a humanidade inteira.

IHU On-Line – O que caracteriza o ofício da parteira e qual a importância que ela tem para a mãe e a família do bebê que chega por suas mãos?

Naolí Vinaver – A parteira é uma companhia experta e solidária para a mulher no seu caminhar pelas paisagens e experiências únicas da gravidez, do parto, do nascimento e na fase de pós-parto dos primeiros anos de vida. A importância dela não pode nem ser calculada. Basta perguntar para qualquer mulher se ela gostaria de receber carinho experiente e segurança durante as suas experiências de gestar, para entender a importância da parteira nas sociedades. E aquelas sociedades que têm perdido o fio da parteira e nas quais as mulheres não lembram nem como era quando outra mulher era a sua acompanhante experiente demonstram só uma triste falta de cultura e bom-senso.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais algum comentário sobre o tema?

Naolí Vinaver – Só quero lembrar às pessoas “modernas” que se consideram frutos da alta tecnologia que, inclusive neste minuto em que se lê esta entrevista, a vasta maioria dos seres humanos que estão nascendo chega nas mãos quentinhas e carinhosas das parteiras nos mais diversos cantos do mundo. É bem assim. A maioria dos seres humanos do século, ano, mês e dia atuais ainda nascem fora do hospital nas mãos das parteiras, e a humanidade prolifera de forma saudável. Acho que o ser humano moderno precisa de um toque de humildade e de mais amor para conseguir continuar a nossa caminhada por esta terra. Eu sou uma das muitas mães do mundo o suficientemente afortunadas por ter parido os meus três filhos na minha casa, na companhia amorosa da minha família, e de uma parteira, e isso me dá a maior sensação de felicidade.

A retomada do protagonismo feminino no parto

“O debate em torno do parto domiciliar não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, tem se tornado extremamente polarizado e politizado, de forma que nós não esperamos resolver tão cedo essa polêmica”, reflete a obstetra Melania Amorim

POR GRAZIELA WOLFART

Ao buscar uma justificativa ao preconceito com o parto natural e humanizado por parte da maioria dos médicos na sociedade brasileira, a obstetra Melania Amorim reconhece que “realmente é muito mais fácil e conveniente programar cesarianas eletivas em data e hora agendadas para não interferir com outros compromissos do médico, livrando-os de atender partos na madrugada, em feriados e finais de semana. Mas essa é uma característica do nosso modelo de atenção ao parto, excessivamente medicalocêntrico e hospitalocêntrico”. Para ela, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, “o retorno do incentivo ao parto normal se traduz dentro de uma perspectiva ecológica e sustentável como a única via possível para o futuro da atenção obstétrica. O modelo atual está falido, aqui no Brasil mesmo nos deparamos com o chamado ‘paradoxo perinatal brasileiro’, ou seja, excesso de intervenções e taxas excessivamente elevadas de cesarianas a par de elevada mortalidade

materna e perinatal. O resgate do parto como evento fisiológico e a construção de um novo paradigma de assistência centrado na mulher irá proporcionar certamente a solução para esse paradoxo”.

Melania Amorim, MD, Ph.D, é médica-obstetra, professora de Ginecologia e Obstetrícia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, professora da Pós-Graduação em Saúde Materno-Infantil do Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP – Recife/PE), pesquisadora associada da Biblioteca Cochrane, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e Coordenadora do Núcleo de Parteria Urbana (NuPar) da Rede pela Humanização do Nascimento (ReHuNa). É graduada em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba, mestre em Saúde Materno Infantil pelo Instituto Materno Infantil de Pernambuco e doutora em Tocoginecologia pela Universidade Estadual de Campinas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A partir da sua experiência, o que significa um parto, um nascimento natural e humanizado?

Melania Amorim – Parto humanizado é essencialmente aquele parto centrado na mulher, com respeito à autonomia e ao protagonismo feminino. Parto natural é o parto que acontece sem intervenções, como ocitocina¹, analgesia,

fórceps². É possível se ter um parto humanizado não inteiramente natural,

na hipófise posterior (Neuroipófise), e tem a função de promover as contrações musculares uterinas durante o parto e a ejeção do leite durante a amamentação. (Nota da **IHU On-Line**)

² Fórceps é um instrumento semelhante a uma tenaz. É utilizado na medicina obstetrícia para auxiliar a retirada de um feto por alguma razão em que a contração natural não é suficiente para o parto ou possa colocar em risco a vida da gestante e/ou do feto. Geralmente é usado quando o bebê é muito grande ou em casos de parto de risco. (Nota da **IHU On-Line**)

porque algumas intervenções podem ser necessárias. Por isso o fundamental é essa retomada do protagonismo feminino no parto.

IHU On-Line – Como o tema do parto humanizado aparece no ensino universitário de Medicina?

Melania Amorim – Infelizmente, na maioria das faculdades o parto ainda é ensinado somente do ponto de vista de seu mecanismo e estudo clínico, com pouca ênfase na fisiologia e, sobretudo, na assistência humanizada

¹ A ocitocina ou oxitocina: hormônio produzido pelo hipotálamo e armazenado

a esse evento que jamais pode ser concebido/interpretado somente sob a luz da biologia. Há múltiplas dimensões, biopsicossociais e espirituais, que precisam ser contempladas.

IHU On-Line – Podemos identificar um preconceito em relação ao parto natural por parte dos médicos em geral? Por que apenas uma pequena parcela de obstetras defende o parto natural/humanizado?

Melania Amorim – Há um preconceito, sim, que vem desde a formação médica, centrada no patológico, até questões práticas do atendimento de rotina, uma vez que a assistência ao parto natural/humanizado demanda várias horas, e muitos obstetras, atrelados a convênios ou planos de saúde que pagam valores muito baixos pela assistência ao parto, acabam preferindo realizar cesarianas eletivas sob pretextos pouco ou nada científicos, como as famigeradas circulares de cordão. Além do mais, nos programas de Residência Médica, em sua grande parte, os residentes não são treinados para atender ao fisiológico, a partos naturais, e acabam tendo uma formação mais cirúrgica, sem familiaridade com o parto humanizado. Realmente é muito mais fácil e conveniente programar cesarianas eletivas em data e hora agendadas para não interferir com outros compromissos do médico, livrando-os de atender partos na madrugada, em feriados e finais de semana. Mas essa é uma característica do nosso modelo de atenção ao parto, excessivamente medicalocêntrico e hospitalocêntrico. Em países em que há a participação de outros profissionais como enfermeiras-obstetras e obstetrizes, isso não ocorre, porque os partos de baixo risco ficam sob a responsabilidade desses profissionais, reservando-se a intervenção médica para os casos de alto risco.

IHU On-Line – Como médica e como mulher, qual sua opinião sobre o parto domiciliar?

Melania Amorim – Como mulher, acho extremamente atraente a

“Parto humanizado é essencialmente aquele parto centrado na mulher, com respeito à autonomia e ao protagonismo feminino”

ideia de um parto no conforto e na privacidade do domicílio, sabendo que em seu lar a mulher é a dona e ela toma, verdadeiramente, as rédeas do processo. Como médica, eu estudo e interpreto as evidências científicas que reforçam os benefícios e a segurança do parto domiciliar. Há diversos estudos demonstrando que partos domiciliares têm importantes vantagens maternas, reduzindo o risco de intervenções como uso de ocitocina, episiotomia, analgesia, cesariana, se associam com menor chance de infecção e com elevado grau de satisfação materna. Por outro lado, não se documenta aumento do risco materno e perinatal. No último grande estudo holandês envolvendo quase 680.000 partos (van der Kooy, 2011³) se demonstrou mortalidade perinatal semelhante entre partos domiciliares planejados e hospitalares, respectivamente 0,15% e 0,18%.

IHU On-Line – Como a senhora caracteriza a tendência da “medicina baseada em evidências científicas” e como isso se aplica ao parto humanizado?

Melania Amorim – Medicina Baseada em Evidências é um paradigma que vem se consolidando nos últimos 20 anos, e consiste na integração das melhores evidências científicas correntemente disponíveis com a experiência clínica individual e com as características e expectativas dos pacientes. Em termos de assistência humanizada ao parto, nós dispomos, há algum tempo, de dezenas de recomendações baseadas em evidências corroborando os benefícios de práticas diversas, como dieta livre durante o trabalho de parto, possibilidade de deambulação e liberdade de posição, suporte contínuo intraparto com ênfase no papel das doulas, uso de métodos não farmacológicos para alívio da dor do parto, incentivo às posições não supina (ou seja, verticais/laterais/de quatro apoios) durante o período expulsivo, não realização de episiotomia (corte no períneo) de rotina, evitar puxos dirigidos (ou seja, não ficar orientando a mulher sobre quando e como fazer força) e não realizar manobra de Kristeller (pressão no fundo do útero). Existem claras evidências de que essas práticas se traduzem por melhores desfechos maternos e perinatais. Também em relação ao nascimento, as evidências reforçam pontos importantes, como a ligadura tardia do cordão, o contato precoce pele a pele de mãe e bebê e a amamentação na sala de parto. Mais ainda, as evidências demonstram que o parto de baixo risco pode e deve ser assistido por profissionais não médicos, como enfermeiras-obstetras e obstetrizes, treinadas para atender e respeitar a fisiologia, e que um modelo de atenção obstétrica promovido por obstetrizes se associa com melhores resultados do que um modelo centrado no médico.

IHU On-Line – Como entender a transformação da cultura do parto atualmente, se percebermos um retorno ao incentivo ao parto normal? O que isso representa do ponto de

³ O estudo chama-se “Planned Home Compared With Planned Hospital Births in The Netherlands: Intrapartum and Early Neonatal Death in Low-Risk Pregnancies” e seu resumo está disponível em <http://bit.ly/N3VNkR> (Nota da IHU On-Line)

vista de um novo olhar da sociedade sobre a mulher e sobre a medicina?

Melania Amorim – O retorno do incentivo ao parto normal se traduz dentro de uma perspectiva ecológica e sustentável como a única via possível para o futuro da atenção obstétrica. O modelo atual está falido. Aqui no Brasil mesmo nos deparamos com o chamado “paradoxo perinatal brasileiro”, ou seja, excesso de intervenções e taxas excessivamente elevadas de cesarianas a par de elevada mortalidade materna e perinatal. O resgate do parto como evento fisiológico e a construção de um novo paradigma de assistência centrado na mulher irá proporcionar certamente a solução para esse paradoxo.

IHU On-Line – Como você define a experiência do nascimento de um bebê? Que diferenças citaria aqui entre o nascimento por cesárea ou parto normal/natural/humanizado?

Melania Amorim – Uma cesariana pode ser necessária durante a assistência ao parto, e em algumas ocasiões ela é salvadora. O que nós nos posicionamos contra é a cesariana eletiva sem indicação médica definida, retirando-se um bebê que ainda não “sinalizou” estar pronto para nascer. Diversos são os benefícios do parto normal para o bebê, a começar pelo “coquetel hormonal” que ele recebe, de hormônios produzidos pelo or-

“Um modelo de atenção obstétrica promovido por obstetras se associa com melhores resultados do que um modelo centrado no médico”

ganismo materno, como ocitocina e endorfinas. Bebês nascidos de parto normal também têm menor chance de apresentar desconforto respiratório, uma vez que a passagem pelo canal de parto elimina o excesso de líquido nos pulmões, e têm maior chance de ficar em contato precoce pele a pele e ter a oportunidade de mamar logo depois do nascimento. Além disso, a cesariana eletiva pode ocasionalmente levar ao nascimento prematuro sem uma justificativa, por erro de datação da idade gestacional, e é por isso que em muitos hospitais uma proporção relativamente elevada desses bebês ficam

internados em UTI para tratamento do desconforto respiratório. O nascimento por parto normal representa uma oportunidade única e intraduzível para o estabelecimento imediato do vínculo mãe/bebê, com maior segurança do ponto de vista dos desfechos neonatais.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais algum comentário?

Melania Amorim – O debate em torno do parto domiciliar não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, tem se tornado extremamente polarizado e politizado, de forma que nós não esperamos resolver tão cedo essa polêmica. Nossa intenção é promover ampla discussão com toda a sociedade, tentando estabelecer um consenso, visando a garantir o respeito a um direito reprodutivo básico, qual seja, a escolha do local de parto, mas também a implementar estratégias para aumentar a segurança e a satisfação das usuárias em todos os partos. Isso inclui tanto melhorar e humanizar a atenção hospitalar, no sentido de que os partos assistidos em maternidades ou centros de parto normal possam representar uma experiência gratificante para as mulheres, como estabelecer diretrizes para a seleção adequada das candidatas ao parto domiciliar e um atendimento obstétrico seguro e de qualidade em domicílio.

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Parto normal: fisiologicamente o melhor para a mãe e o bebê

O pediatra Marcus Renato Carvalho pondera que o parto domiciliar não aumenta a mortalidade nem os riscos para a mãe e o bebê, desde que seja com gestantes saudáveis e que estejam bem acompanhadas

POR GRAZIELA WOLFART

“**T**odo pediatra consciente e atualizado é a favor do parto humanizado, respeitoso à mulher, ao bebê e ao pai, porque traz muitos benefícios para a família”. A afirmação é do pediatra Marcus Renato Carvalho, especialista em aleitamento materno. Na entrevista que concedeu por telefone à **IHU On-Line**, Marcus aponta que “há estudos mostrando que os bebês nascidos por cesárea são mais alérgicos, menos amamentados ou em menor tempo, são mais propensos à obesidade, têm mais risco de morrer, têm aumentadas as chances de ter problemas respiratórios e podem ter o vínculo com as suas mães prejudicado também”.

Graduado em Medicina pela UFRJ, Marcus Renato Carvalho é especialista em Medicina Preventiva e Social pelo IMS/UERJ e tem mestrado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz. Docente do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFRJ, é especialista em Amamentação pelo International Board Certified Lactation Consultant desde 2001. Editor do site www.aleitamento.com desde sua fundação, em 1996, editou o livro *Amamentação – bases científicas* que já está na sua terceira edição pela Editora GEN/Guanabara Koogan.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como o senhor, enquanto pediatra, se posiciona em relação ao parto humanizado?

Marcus Renato Carvalho – Todo pediatra consciente e atualizado é a favor do parto humanizado, respeitoso à mulher, ao bebê e ao pai, porque traz muitos benefícios para a família. O contato pele a pele, olho no olho, libera um poderoso hormônio chamado ocitocina, que é uma espécie de “endorfina” do prazer, das contrações, dos orgasmos masculinos e femininos. Ele é fisiologicamente o melhor para a mãe e o bebê.

IHU On-Line – Então, por que é raro encontrar pediatras adeptos do parto humanizado?

Marcus Renato Carvalho – Realmente, houve uma falha na formação desses profissionais. Sou docente na faculdade de Medicina da UFRJ e a

maternidade-escola onde dou aula não é um hospital amigo da criança até hoje. Apesar de todos nossos esforços de fazer uma medicina mais cuidadosa e humanizada, há um sistema e modelo biomédico, obstétrico, tradicional que nos impede um pouco. Contudo, sou um otimista. A formação vem mudando. O número de adeptos ao parto humanizado vem aumentando muito. Por exemplo, há um esforço da Sociedade Brasileira de Pediatria, através dos cursos de reanimação neonatal, que já incorporam a humanização do nascimento como um procedimento, uma atitude da equipe perinatal nas salas de parto. O Ministério da Saúde explicitamente através de resoluções, manuais, iniciativas e publicações recomenda com veemência uma postura menos invasiva e mais cuidadosa com o recém-nascido.

IHU On-Line – Que diferenças o senhor aponta entre cesárea e parto normal quando o assunto é o aleitamento materno?

Marcus Renato Carvalho – Há um ditado popular que diz que “cesárea não dá leite”. Isso não é verdade. Mas, se não tivermos cuidados especiais, a cirurgia cesariana pode prejudicar muito o estabelecimento da amamentação. Como nós vivemos uma epidemia de cesarianas no Brasil, elas são geralmente pré-marcadas, sem a mulher estar em trabalho de parto e sem o hormônio ocitocina estar circulando no seu sangue, promovendo a apojadura, que é a primeira descida do leite. Às vezes a apojadura da mulher cesariada, que tem essa cirurgia pré-marcada, demora até 4 ou 5 dias. E há um medo e um risco desse bebê entrar em hipoglicemia devido ao colostro não ser suficiente. Então, ge-

ralmente esses bebês se iniciam com fórmula infantil no berçário. Outro motivo da cesárea não dar leite é que medicamentos sedativos são dados às parturientes, fazendo com que fiquem afastadas dos recém-nascidos às vezes por mais de 12 horas. Outra razão é a separação, considerando os hospitais em que os recém-nascidos ficam em berçários e isso induz ao consumo de fórmula infantil, desprezando o poderoso colostro que toda parturiente tem em suas mamas. Além disso, as dores da cicatriz cirúrgica impedem que a mulher cuide do seu filho sozinha, requerendo um acompanhante em tempo integral, o que muitas vezes não é permitido nas maternidades ou nem sempre as famílias têm essa disponibilidade.

IHU On-Line – Qual é o tipo de tratamento que um recém-nascido deve receber no momento do nascimento e quais as diferenças entre o atendimento rotineiro e o atendimento humanizado?

Marcus Renato Carvalho – No parto humanizado o cordão umbilical só é cortado quando para de pulsar, por exemplo, e esse é um procedimento recomendado pelo Ministério da Saúde. O recém-nascido não é separado da parturiente e é enrolado em um pano previamente aquecido e enxugado, em um ambiente que não é frio e deveria estar com pouca luz. Ele não é aspirado de rotina, a não ser que necessite. Não se aplica nitrato de prata nos olhos do bebê para evitar conjuntivite gonocócica. Para a avaliação do Apgar¹ no primeiro e no

1 A Escala ou Índice de Apgar é um teste desenvolvido pela Dra. Virginia Apgar, médica norte-americana, que consiste na avaliação de 5 sinais objetivos do recém-nascido no primeiro, no quinto e no décimo minuto após o nascimento, atribuindo-se a cada um dos sinais uma pontuação de 0 a 2, sendo utilizado para avaliar as condições dos recém-nascidos. Os sinais avaliados são: frequência cardíaca, respiração, tônus muscular, irritabilidade reflexa e cor da pele. O somatório da pontuação (no mínimo zero e no máximo dez) resultará no Índice de Apgar e o recém-nascido será classificado como sem asfixia (Apgar 8 a 10), com asfixia leve (Apgar 5 a 7), com asfixia moderada (Apgar 3 a 4) e com asfixia grave: Apgar 0 a 2. (Nota da IHU On-Line)

“O Ministério da Saúde recomenda com veemência uma postura menos invasiva e mais cuidadosa com o recém-nascido”

quinto minutos de vida, o recém-nascido pode ser examinado no seio materno, entre as mamas, pelo pediatra. Esses são alguns dos procedimentos humanizados.

IHU On-Line – Há alguma estatística sobre a nota Apgar em bebês nascidos de parto normal em relação aos nascidos por cesariana?

Marcus Renato Carvalho – Nos bebês que nasceram por cesariana os índices de Apgar são menores, pois há um sofrimento do recém-nascido que nasce por essa forma. A cesárea geralmente é pré-marcada. Então, há um risco desses bebês nascerem prematuros, ou seja, não nasceram na hora em que estavam preparados para nascer. Há estudos mostrando que os bebês nascidos por cesárea são mais alérgicos, menos amamentados ou em menor tempo, são mais propensos à obesidade, têm mais risco de morrer, têm aumentadas as chances de ter problemas respiratórios e podem ter o vínculo com as suas mães prejudicado também.

IHU On-Line – Qual sua opinião sobre o parto domiciliar? Já participou de algum? Qual o papel do pediatra nesse contexto?

Marcus Renato Carvalho – Eu sou favorável ao parto domiciliar para as gestantes que fazem um bom pré-natal, de baixo risco, que não tenham nenhuma patologia, que estejam pre-

paradas em grupos de gestantes para esse tipo de parto e acompanhadas por parteiras, obstetrizes, doulas e obstetras que fazem parto domiciliar e que tenham um plano B, caso o parto não evolua como o esperado, tendo um apoio obstétrico hospitalar se necessário. O parto domiciliar não aumenta a mortalidade, nem os riscos para a mãe e o bebê desde que seja com gestantes saudáveis e que sejam bem acompanhadas. Eu já participei de parto domiciliar e percebi que os bebês nasceram bem; felizmente não precisei atuar como neonatologista de forma interventora ou medicamentosa. Nesses partos, da mesma forma que os outros partos na maternidade, é preciso aquecer o bebê, colocá-lo em contato com a mãe, é importante também – o que é mais difícil no domicílio – pesar, medir o comprimento e o perímetro cefálico ao nascimento, pois esse é um indicador importante, e realizar um exame físico completo, no domicílio.

Leia as
notícias
do dia no
sítio do IHU:

www.ihu.unisinos.br

O parto e o respeito à autonomia feminina

Cientista, mãe e empreendedora, Ligia Moreiras Sena pesquisa a violência obstétrica, que deixa as mulheres vulneráveis em um dos momentos mais especiais de suas vidas

POR GRAZIELA WOLFART

Pode ser surpresa para muita gente, mas é mais comum do que se imagina: muitas mulheres em trabalho de parto são vítimas de violência. É a chamada violência obstétrica, institucionalizada, objeto de pesquisa da bióloga e cientista Ligia Moreiras Sena, que concedeu a entrevista a seguir por e-mail para a **IHU On-Line**. Na visão de Ligia, a origem deste problema é muito complexa. “Passa pela própria violência da instituição sobre os profissionais, passa pelo despreparo das equipes, passa por questões de educação e formação ética e profissional e, também, pela questão da mercantilização da saúde e da falta de informação. Vivemos hoje num país que tem uma cultura de parto cesarista, que não reconhece a autonomia feminina no momento do nascimento, que valoriza mais o número de nascimentos do que a qualidade deles. Mas isso reflete a forma como lidamos com a medicina e com o saber médico, reforçando a relação de poder que parece haver entre médico e paciente. E reflete a medicalização da vida. O parto não é visto como um procedimento natural, fisiológico; tem sido visto como associado a ‘riscos’ e como doença. Isso tira a mulher do centro do pro-

cesso e a substitui pelo médico e equipe de saúde. Assim, as decisões médicas passam a ser valorizadas, em detrimento da autonomia feminina”.

Ligia Moreiras Sena é bióloga formada pela Universidade Estadual Paulista, mestre em Psicobiologia pela Universidade de São Paulo, doutora em Farmacologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, e atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da mesma universidade, onde estuda uma das formas mais simbólicas, opressoras e cruéis de violência: a violência obstétrica institucional, aquela que é cometida contra a mulher no momento do nascimento dos filhos. É mãe da Clara, o que considera seu título mais importante. Ligia mantém o blog “Cientista que virou mãe” (www.cientistaqueviroumae.com.br), onde conta sua experiência como mãe que optou por um maternar ativo, consciente, saindo das soluções pré-concebidas para questionar como as coisas podem ser feitas de maneira mais humana, mais amorosa, mais comprometida.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que caracteriza a sua mudança de olhar como cientista, como mulher, como ser humano, a partir do momento em que se tornou mãe?

Ligia Moreiras Sena – Durante toda a gestação, eu tentei me preparar da melhor maneira para receber minha filha com amor, respeito, com postura ativa. Eu não planejei a gravidez, mas, ao saber dela, recebi-a com todo o amor possível. Minha preparação foi muito ativa, buscando infor-

mações, lendo, perguntando, conversando com mulheres. Mas eu queria sair do senso comum, que mais se preocupa com o desenvolvimento do bebê semana a semana do que com o significado de “tornar-se mãe”. Comecei a ler sobre criação de filhos, sobre formas de educar e percebi que muita coisa que as pessoas fazem, fazem mais por automatismo, por seguir conselhos de familiares, do que por reflexão ou questionamento sobre se aquilo era realmente o melhor,

se havia identificação com seus valores e com o que acreditavam sobre a vida. E, de repente, muito inesperadamente, me defrontei com questões que se chocavam com minha prática profissional de até então. Muitos aspectos da ciência que eu desenvolvia já me deixavam muito insatisfeita. A generalização das pessoas, o poder da indústria farmacêutica, a tentativa de apropriação do conhecimento tradicional pela ciência positivista e, principalmente, a medicalização da

vida. Medicalizar a vida, os afetos, o cotidiano é algo que não encontra qualquer identificação com minha forma de ver a vida. E durante a gestação, lendo sobre parto, sobre maternidade, tendo contato com pessoas muito esclarecidas, me deparei com a medicalização da infância, com a terceirização dos cuidados, com o incentivo à separação precoce de mães e filhos e de como a sociedade tem incentivado hábitos desrespeitosos com a infância, com as crianças.

Então isso tudo se tornou muito forte pra mim. Eu não podia aceitar a hipocrisia que seria ser uma mãe cuja prática profissional destoava dos meus próprios valores e do que eu queria para minha filha. Para ela, eu quero um mundo melhor, não um mundo medicalizado, em que as pessoas aprendem qual droga psicoativa usar em caso de tristeza, mas como se fortalecer a partir dos eventos que nos deixam tristes, por exemplo. Depois que a Clara nasceu, eu ainda tentei por alguns meses voltar à minha antiga área de pesquisa. Mas já não era mais possível: eu havia me transformado completamente pela experiência de estar grávida, de ser mãe. Ao mesmo tempo, ser cientista e fazer ciência sempre foi minha vocação, que sempre fiz apaixonadamente. O encanto das perguntas, o prazer da busca por respostas, o desafio de transformar informação em conhecimento. Então eu criei coragem, inspirada apenas na minha filha, deixei o que não tinha mais nada a ver com a pessoa em quem havia me transformado e fui em busca de algo que me trouxesse satisfação profissional e que fosse coerente com a forma de maternar que valorizo.

IHU On-Line – Você se preparou para o parto de sua filha durante a gestação? Como foi esse processo?

Ligia Moreiras Sena – Sim, me preparei bastante. Hoje sei que não tanto quanto ainda poderia me preparar, mas bastante para as condições que tinha naquele momento. Foi um processo ativo de busca por informações: assisti a muitos filmes, vídeos e documentários, li muito, busquei informações além do que normalmente nos indicam. Uma coisa que recomendo muito às gestantes e que foi trans-

“Medicalizar a vida, os afetos, o cotidiano é algo que não encontra qualquer identificação com minha forma de ver a vida”

formadora para mim: a participação em listas ou grupos de discussão virtual sobre parto e maternidade. A riqueza das informações que circulam nessas listas é algo maravilhoso. São diferentes mulheres, com diferentes visões, que nos permite ter contato com formas diferentes de ver a maternidade, de forma que podemos nos identificar com algumas, nos afastar de outras e, aos poucos, ir criando o nosso próprio conceito. Eu credito a uma lista em específico o início da minha transformação, uma lista da qual fazem parte mulheres de Santa Catarina que optaram pelo parto domiciliar. Foi muitíssimo rico. Mas existem muitos grupos que fazem esse papel. Eu sugiro que as gestantes deem preferência a grupos e listas que valorizam a humanização do parto e nascimento, porque, em função da abrangência do tema, muitos outros assuntos são discutidos sob o mesmo prisma humano. Justamente por valorizar isso, há cerca de nove meses criei um grupo como esse no Facebook, o Maternidade Consciente, que hoje tem 630 membros. Foi a participação em listas e grupos que me ajudaram a encontrar textos bacanas, blogs maternos interessantes e o compartilhamento de muito material que considero fundamental para a preparação. Um desses eu destaco sempre: o livro *Quando o Corpo Consente*¹. Foi o que deu o *start* para a visão que tenho hoje sobre parto e nascimento.

¹ BERTHERAT, Marie. *Quando o corpo Consente*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Como foi o parto da sua filha? O que mais gosta de se lembrar do dia em que viu e tocou seu bebê pela primeira vez?

Ligia Moreiras Sena – O nascimento da minha filha foi o divisor de águas da minha vida. Foi um nascimento que misturou vários processos em um mesmo: parto domiciliar, parto hospitalar, finalizando em cesárea. Preparei-me para recebê-la no aconchego da minha casa, em um parto domiciliar planejado com o apoio de enfermeiras obstétricas. Entrei em trabalho de parto às 14 horas do dia 29 de julho e ela nasceu às 20 horas do dia seguinte. Foram 29 horas de trabalho de parto, 25 das quais passei em casa, na minha cama, na minha sala, com meu marido, as enfermeiras (que se tornaram amigas), respeitando o meu tempo e o tempo da minha filha. Fui encaminhada para o hospital após 18 horas de bolsa rota e 25 horas do início do trabalho de parto, com excelente dilatação, mas sem que a bebê conseguisse descer mais pelo canal de parto. Após a chegada ao hospital, ainda estive mais 4 horas em trabalho de parto, até que ela começou a ficar cansada, seus batimentos cardíacos diminuíram um pouco e precisei passar por uma cesárea para seu nascimento. Eu não estava preparada para isso. Mas dei o melhor de mim naquela hora. A lembrança mais linda que tenho foi quando ela veio para mim, eu olhei para ela, vi um furinho no queixo, uns olhinhos iguais aos meus, um bebezinho que estava chorando e que se acalmou imediatamente ao ouvir a minha voz novamente. E a felicidade que eu senti assim que a coloquei para mamar, logo após seu nascimento, e ela mamou como se tivesse feito aquilo sempre, foi algo que nem consigo explicar.

IHU On-Line – Como definir e caracterizar a questão da violência obstétrica que você pesquisa?

Ligia Moreiras Sena – Estou aprendendo enquanto estudo o assunto. A violência obstétrica é uma forma de violência institucional. Muitas vezes, são ações e condutas encaradas como “normais” e rotineiras. Ainda que não obrigatoriamente usem a força, podem ser ainda mais agressivas ou opressoras. Muita gente ainda

não sabe exatamente o que ela significa. Mesmo entre as mulheres que sofreram suas consequências, algumas ainda não a viram como um problema e, sim, como “natural, parte inevitável de um processo”. Mas não são naturais. É a violência – física, moral, emocional – que profissionais de saúde, enfermeiros (as) e médicos (as), exercem contra a mulher que vai dar à luz. Seja durante a gestação, seja durante o trabalho de parto, no próprio parto ou ainda no pós-parto. São agressões morais e físicas feitas por profissionais da saúde contra a gestante, com xingamentos, humilhações, piadas de mau gosto, escárnio, ironias e, também, procedimentos dolorosos, exposição física, contenção, impedimento de ser acompanhada por alguém, ser impedida de se movimentar, ser ameaçada, ser impedida de ficar com o filho que acabou de nascer, ter seu períneo cortado, receber muitos toques, feitos de maneira dolorosa e por pessoas diferentes, cesáreas que são feitas sem qualquer indicação real, ainda que o médico leve a mulher a acreditar que houve necessidade, entre tantas outras formas de violência. E muitas mulheres passam por isso. Uma grande pesquisa nacional realizada em 2010 mostrou que uma em cada quatro mulheres brasileiras sofre violência no parto. E não há predominância de classe ou hospital: pobres ou ricas, nas maternidades particulares ou no SUS, as mulheres estão vulneráveis em um dos momentos mais especiais de suas vidas.

IHU On-Line – Que exemplos de violência obstétrica são mais comuns?

Ligia Moreiras Sena – Ofensas morais, xingamentos, ironias, piadas de mau gosto, acelerar o trabalho de parto com o “sorinho” (ocitocina sintética). Frases como “cala a boca, vai deixar seu bebê surdo”, ou “tá gritando por quê? Para fazer não achou ruim, né?” ou “É melhor colaborar senão vou te levar para a cesárea” são bastante comuns. Os resultados do Teste da Violência Obstétrica, que eu e Ana Carolina Franzon conduzimos neste ano, mostram muitas formas terríveis de violência.

IHU On-Line – O que está na origem deste problema? Qual a importância da “cultura do parto” das equipes de saúde nesse sentido?

Ligia Moreiras Sena – A origem desse problema é muito complexa. Passa pela própria violência da instituição sobre os profissionais, passa pelo despreparo das equipes, passa por questões de educação e formação ética e profissional e, também, pela questão da mercantilização da saúde e da falta de informação. Vivemos hoje num país que tem uma cultura de parto cesarista, que não reconhece a autonomia feminina no momento do nascimento, que valoriza mais o número de nascimentos do que a qualidade deles. Mas isso reflete a forma como lidamos com a medicina e com o saber médico, reforçando a relação de poder que parece haver entre médico e paciente. E reflete a medicalização da vida. O parto não é visto como um procedimento natural, fisiológico; tem sido visto como associado a “riscos” e como doença. Isso tira a mulher do centro do processo e a substitui pelo médico e equipe de saúde. Assim, as decisões médicas passam a ser valorizadas, em detrimento da autonomia feminina.

IHU On-Line – Qual a importância histórica e cultural da Marcha do Parto em Casa?

Ligia Moreiras Sena – A Marcha do Parto em Casa é um marco. O que aconteceu aqui nesse mês de junho aconteceu há 30 anos na Inglaterra e há 20 no Canadá e estimulou mudanças nas políticas públicas desses países. Mostra a insatisfação coletiva com relação à medicalização de um evento que, até há não muito tempo, fazia parte exclusivamente do universo feminino, do conhecimento de mulheres sobre o corpo feminino. Mostra que a sociedade está muito insatisfeita com a interferência do conglomerado médico em decisões que não lhes dizem respeito, pois que estão relacionadas a um direito fundamental do ser humano: o respeito à sua autonomia. Espera-se que o poder público volte seu olhar a essa questão que está colocando o Brasil como líder em número de cesarianas desnecessárias, o que é veementemente combatido pela Organização Mundial de Saúde. A Marcha do

Parto em Casa mostrou como as pessoas, em diferentes lugares do país, estão conectadas e atuantes em prol do respeito ao parto, ao nascimento e às decisões das mulheres. Foi um exercício de democracia e de luta em defesa da saúde e, também, uma reação às arbitrariedades dos conselhos de medicina, que estão interferindo de maneira cerceadora sobre a liberdade de expressão de profissionais reconhecidos por seu trabalho em defesa do respeito ao parto e nascimento, como o caso do Dr. Jorge Kuhn² e de tantos outros espalhados pelo Brasil. Os conselhos de medicina vêm incentivando preconceitos e debates sem fundamentação científica sobre o local de parto e essa marcha vem se contrapor a essa atitude antidemocrática e anti-científica que ameaça o protagonismo feminino no parto.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais algum comentário sobre o tema?

Ligia Moreiras Sena – Quero incentivar as mulheres a se informarem mais não só sobre parto, mas sobre maternidade de uma maneira geral. Informação de boa qualidade, que visa o exercício pleno da maternidade, e que não reforce a cultura de desrespeitos em cascata que vem acontecendo. A mesma cultura que tirou da mulher o protagonismo do parto também vem tirando o direito da criança de ser amamentado, de ser criado com respeito e afeto, sem violência, sem precisar se afastar de sua mãe tão precocemente. Informação nos dá poder de discussão e reforça nossa própria autonomia. O blog que mantenho tem também essa finalidade, compartilhar informações que tornem a vida da dupla mãe/filho mais conectada, respeitada e plena, que torne a mulher dona de suas experiências e consciente de seu papel como mãe, mas apenas porque ela se tornou consciente de sua grandeza como mulher.

² **Jorge Kuhn**: médico-obstetra e professor da Unifesp. Recentemente foi alvo de uma tentativa de punição por parte do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, após ter declarado que o domicílio é um local adequado para uma gestante de baixo risco que deseja ter seu filho em casa. (Nota da IHU On-Line)

Parto: “a cultura médica ainda é muito intervencionista”

“A discussão sobre o parto domiciliar está relacionada com o reconhecimento dessa opção para as mulheres, e a liberdade de elas escolherem onde e como querem ter o seu bebê”, declara a obstetra Ana Cristina Duarte

POR PATRICIA FACHIN

As recentes discussões e manifestações acerca do parto domiciliar e a **Marcha do Parto em Casa**, realizada em São Paulo, tiveram o objetivo de “chamar atenção sobre a questão das escolhas no parto”, disse a obstetra Ana Cristina Duarte, à **IHU On-Line**. “Não defendo que as mulheres devam optar pelo parto domiciliar. Penso que devem optar por obter o máximo possível de informações sobre as possibilidades de nascimento, e fazer uma escolha de acordo com o que o coração delas diz”. Na entrevista a seguir, concedida por telefone, a obstetra enfatiza que os “centros obstétricos ainda carecem de direitos básicos dos direitos humanos”. Na teoria médica, assegura, “as mulheres têm direito de escolher o que vai acontecer com o corpo delas”. Entretanto, “na prática isso não funciona. (...) Quando a mulher entra no hospital para ter o seu bebê, seja no sistema público

ou no sistema privado, o seu corpo é levado pelas circunstâncias e pelos protocolos que forem determinados por aquela instituição”. Ana Duarte também critica a maneira como os médicos orientam as mulheres a escolherem o parto normal ou a cesariana, e enfatiza que o direito ao acompanhante, determinado por lei, também não é respeitado em muitos hospitais brasileiros. Além disso, informa que pesquisas já retratam casos de violência nas maternidades. “Pelo menos, 25% das mulheres sofreram algum tipo de abuso físico ou verbal dentro das maternidades”.

Ana Cristina Duarte é formada em Obstetrícia pela Universidade de São Paulo. Atualmente atua no Grupo Samaúma – Maternidade Consciente, e no Grupo de Apoio à Maternidade Ativa – GAMA.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como avalia as discussões acerca do parto domiciliar? Quais as vantagens e desvantagens para as mulheres que desejam que os filhos nasçam em casa?

Ana Cristina Duarte – A discussão toda do parto domiciliar está relacionada com o reconhecimento dessa opção para as mulheres, e a liberdade de elas escolherem onde e como querem ter o seu bebê. Essa liberdade de escolha ainda não é reconhecida pela sociedade. Existe o direito, mas as mulheres e a sociedade não entendem isso. Então, toda a discussão sobre o parto, a marcha realizada recentemente e a discussão do parto domiciliar são feitas para chamar atenção sobre a questão das escolhas no parto. Não defendo que

as mulheres devam optar pelo parto domiciliar. Penso que devem optar por obter o máximo possível de informações sobre as possibilidades de nascimento, e fazer uma escolha de acordo com o que o coração delas diz. Portanto, o melhor lugar para se ter o bebê é onde a mulher se sente mais segura. Se ela se sente mais segura na casa dela, precisa procurar opções para ter o bebê em casa. Mas, por outro lado, se sentir mais segura no hospital, é bom se informar que, primeiro, será muito difícil conseguir realizar um parto normal e, segundo, vai ser muito difícil fazer escolhas dentro do hospital. Dentro de casa, as vantagens são que não há interferência de uma instituição, ou seja, o protocolo de uma instituição em

cima de um processo que é natural. Todo o processo do parto passa sob o controle exclusivo da mãe, pois é ela quem determina as pessoas que estarão presentes. Então, em geral é um processo natural, a não ser que haja uma circunstância de risco iminente.

IHU On-Line – Por que muitos obstetras são contra o parto domiciliar? A senhora, como obstetra, como avalia esse posicionamento?

Ana Cristina Duarte – Porque não conhecem as evidências científicas e não querem conhecê-las. Usam argumentos falaciosos do tipo “eu já vi muita mulher morrer de hemorragia”. Enfim, são argumentos que não têm consistência lógica. As evidências dizem que o parto em casa é seguro,

e o obstetra que não quiser ler e se atualizar, vai continuar falando que é perigoso.

IHU On-Line – É possível definir o perfil das mulheres que têm optado pelo parto normal e parto domiciliar? Percebe uma retomada deste tipo de parto? O que isso significa?

Ana Cristina Duarte – As mulheres que têm buscado o parto domiciliar são, em geral, de nível superior, com idade acima de trinta anos, profissionais liberais, que trabalham fora, e com o nível educacional bem elevado. São mulheres que pesquisam bastante, leem muito, compram livros, procuram em sites brasileiros e internacionais antes de fazer a sua escolha. Então, em geral, é um pessoal de nível cultural bastante elevado. São pessoas que já fazem escolhas diferentes para sua vida: muitas já têm profissões diferentes, como cineastas, produtoras, fotógrafas e têm também algumas pessoas comuns, como advogadas, médicas. Em geral são pessoas que já levam um tipo de vida diferente.

O parto normal na rede pública é “meio” obrigatório. A mulher só fará uma cesárea se o médico achar que tem que fazer. Portanto, a cesariana não é uma escolha para as mulheres. No sistema de saúde privado, as mulheres que escolhem o parto normal geralmente são aquelas que procuram informação, que leem muito, que acabam conhecendo os benefícios e sabendo que isso é melhor para a mãe e para o bebê. Essa escolha é uma tendência mundial. O Brasil é um dos últimos lugares onde está chegando esse movimento. Na Inglaterra e nos EUA, já se fala disso há 30 anos, e em países da Europa isso nunca deixou de ser opção. Em nível mundial há um crescimento dessa visão do parto como sendo um processo fisiológico e que, dentro das circunstâncias normais, não deveria ser hospitalizado. A própria internet tem ajudado as mulheres a acharem mais facilmente essas informações.

IHU On-Line – Como a discussão acerca do direito de escolha é vista hoje na obstetrícia? De modo geral, as mães têm o direito de decidir como querem que aconteça o nascimento de seus filhos?

Ana Cristina Duarte – Na verdade, em termos de direitos básicos humanos as mulheres têm direito de escolher o que vai acontecer com o corpo delas. A medicina enxerga também esse direito nos tratados de ética. A questão é que na prática isso não funciona. Então, quando a mulher entra no hospital para ter seu bebê, seja no sistema público ou no sistema privado, o seu corpo é levado pelas circunstâncias e pelos protocolos que forem determinados pela instituição. Então, não perguntam para elas, por exemplo: “Nós queremos raspar os seus pelos. A vantagem de raspar os seus pelos é que facilita o nosso serviço; a desvantagem é que pode lhe incomodar no pós-parto. A senhora nos autoriza a fazer a raspagem?”. Então, as questões não são colocadas desse jeito. Acontece assim: “Senhora, por favor, abre as pernas, porque nós precisamos fazer a raspagem dos pelos”. Então, isso acontece desde a raspagem dos pelos até o corte da vagina dela. Então, quando o bebê está saindo, o médico faz a episiotomia. Esse corte é feito sem autorização, sem aviso prévio, sem um consentimento informado, e vai totalmente contra ao que prega a medicina. Um médico não consegue arrancar uma verruga sem explicar exatamente o que irá fazer e quais são os riscos para o paciente.

Toda a assistência ao parto carece desse tipo de cuidado. Num consultório que atende pacientes com plano de saúde, o médico diz assim: “O parto normal e a cesárea têm vantagens e desvantagens. O parto normal é melhor para você, mas o bebê pode ficar retardado. Você pode ficar com a vagina larga e seu marido ir embora, mas a recuperação é melhor para você. Na cesariana, a desvantagem é que a recuperação demora um pouco mais, mas aí o bebê fica bem, a sua vagina fica ótima e conseguimos organizar tudo, evita correrias e tal”. Então, quando as coisas são colocadas dessa forma mentirosa para a mulher, o direito às escolhas acaba existindo apenas no papel, mas não existe sequer na cabeça dos profissionais. O sistema de saúde não reconhece esse direito.

Se você vai no centro obstétrico, por exemplo, em qualquer hospital público, onde tiverem dez mulheres

grávidas, todas estarão ligadas no soro com ocitocina, e nenhuma delas sabe o que tem lá dentro. Nenhuma delas sabe que esse medicamento pode causar morte, descolamento de placenta, dar excesso de contração. Ninguém fala isso para elas. Então, na verdade, os centros obstétricos ainda carecem de direitos básicos dos direitos humanos. E isso sem falar em violência obstétrica. Já existe um levantamento no Brasil que mostra que, pelo menos, 25% das mulheres sofreram algum tipo de abuso físico ou verbal dentro das maternidades. Penso que esse número é bem maior do que 25%, porque muitas mulheres não entendem que foram vítimas de violência. Quando a mulher está com oito centímetros, o médico faz uma cesariana para poder ir embora logo, dizendo que o bebê está em sofrimento. A mulher não faz a menor ideia de que sofreu um processo de lesão física grave. Se cada mulher souber exatamente o que é violência física, e se tiver noção real do que aconteceu com ela, esse número no Brasil vai chegar facilmente perto dos 70%.

IHU On-Line – E por que se age dessa forma?

Ana Cristina Duarte – Esse é um problema histórico, cultural, multifatorial. A população não está educada para exigir respeito. Não está imponderada para exigir seus direitos. Além disso, existem profissionais de saúde que estão atuando de forma desatualizada. A movimentação toda do governo para melhorar a assistência ao parto é muito lenta, embora tenha melhorado muito nos últimos anos. Mas para se ter uma ideia, o direito ao acompanhante, que é determinado em lei federal no Brasil desde 2005, não é respeitado por muitos hospitais. Algumas instituições ainda não permitem a presença do acompanhante, nem no pré-parto, nem no parto e tampouco no pós-parto. Então, se não obedecem nem uma lei federal, por que irão respeitar o restante?

IHU On-Line – Como vê a proposta de incluir a atividade de parteiras no Sistema Único de Saúde?

Ana Cristina Duarte – Primeiro vamos definir o que é parteira, pois

tem dois tipos de parteira. Tem a parteira tradicional, que é a que trabalha nos rincões do Brasil, nas regiões ribeirinhas, florestas e aldeias indígenas, que aprendem por tradição. E têm as parteiras urbanas, que são profissionais formadas com curso superior de enfermagem ou de obstetrícia, e que atendem partos domiciliares nos grandes centros. O governo está falando da parteira tradicional. Nesse momento, não vejo como o SUS não reconhecer o trabalho dessas mulheres, porque elas trabalham a vida inteira, sem ganhar nada, sem direito à aposentadoria, à assistência médica ou coisa alguma. O governo ignora a existência dessas parteiras, e elas precisam ser reconhecidas e remuneradas pelo seu trabalho. A questão é saber se o modelo de atenção baseado nessas parteiras tradicionais seria eficaz, porque nós sequer temos um estudo que nos diga se esse trabalho da parteira tradicional é eficaz e seguro. Essa questão tem de ser estudada.

IHU On-Line – Quais são, para a mãe e o bebê, os benefícios de contar com a presença de uma doula durante o parto?

Ana Cristina Duarte – Em geral, a doula acompanha a mulher onde ela quiser. Então, se ela for ter um parto hospitalar, a doula vai junto, desde que o hospital permita. O ideal seria que a mãe tivesse direito a um acompanhante de escolha dela e mais a doula, porque a doula não é da família, é uma profissional. O ideal seria a presença das duas pessoas. A doula é uma pessoa que já conhece o processo todo de nascimento, então ela reconhece as necessidades físicas e emocionais da mulher durante esse processo e pode oferecer ajuda e suporte durante todo o trabalho de parto, diante das necessidades da mulher. Então, ela não ocupa o lugar do acompanhante. No site www.doulas.com.br tem um artigo que mostra quais são os resultados de ter a companhia de uma doula, como a diminuição da taxa de cesariana, a diminuição do uso de analgesia, a diminuição do uso de fórceps, aumento substancial do grau de satisfação da mãe. Existem diversas pesquisas bacanas mostrando como

é importante a presença da doula no trabalho de parto.

IHU On-Line – Qual é o papel do pai durante o processo de parto?

Ana Cristina Duarte – O pai é o coautor da obra. Então, na verdade, o processo pode não estar acontecendo no corpo dele, mas sua responsabilidade é muito grande no sentido de oferecer suporte. Ele tem suas próprias necessidades, obviamente, emocionais, e a doula pode ajudar, mas ele tem de estar junto, tem de participar do processo todo, dentro do que ele possa oferecer. Alguns são mais tímidos, outros fazem força junto, torcem, cada um tem o seu estilo, mas a presença deles durante todo o processo é fundamental, desde que a mulher queira.

IHU On-Line – Quais são os desafios em relação à orientação médica e ao direito de escolha da mulher?

Ana Cristina Duarte – Não podemos esperar que os médicos que ganham mais e trabalham menos em uma cesariana sejam os portadores da informação, porque a informação que ele traz tem um viés. A mulher tem de procurar as informações em fontes isentas, ou seja, evidências científicas, livros, grupos de apoio ao parto normal, enfim ela tem de procurar fora do consultório médico. O consultório médico é o último lugar onde ela deve procurar essas opções, até porque no Brasil a cultura médica ainda é muito intervencionista. Se ela quer saber como ter um parto menos medicalizado, ela tem que procurar outras fontes de informação. E hoje em dia já existem muitos livros interessantes publicados sobre isso.

IHU On-Line – O parto domiciliar é menos medicalizado?

Ana Cristina Duarte – O parto domiciliar tem que ser desmedicalizado, tem que ser um parto natural. São utilizados outros recursos, como água, banheira, massagem, respiração, visualização, mas não se pode usar droga, anestesia durante o parto. Ele é um parto natural e tem que ser, porque esses procedimentos todos trazem risco para a mãe e para o bebê. Eventualmente, algumas mulheres são levadas

para a maternidade para poder fazer o procedimento, porque precisam receber um pouco de hormônio para melhorar as contrações.

IHU On-Line – Como você vê as campanhas de apoio do governo federal ao parto natural e humanizado?

Ana Cristina Duarte – É fundamental, mas ainda está muito lento. Se você pegar as campanhas de aleitamento materno que aconteceram depois que o leite de fórmula passou a ser uma realidade para a nossa sociedade – o que gerou muitos problemas para os bebês –, o governo respondeu com campanhas maciças e investiu muito dinheiro para reverter esse absurdo, porque estava lutando contra uma grande indústria do leite em pó. Por outro lado, temas como o parto normal e a cesariana passam batido pelo governo, principalmente porque a cesariana acontece no serviço privado, onde quem paga por suas escolhas são as próprias mulheres. Elas pagam um plano de saúde, no qual já está incluso a cesárea absurda. Mas se a mulher for para a UTI porque perdeu o útero, ou está com uma hemorragia, o governo não paga um centavo por isso. Então, não custa caro para o governo o que está acontecendo e, portanto, o governo não investe tudo que poderia e deveria investir em termos de educação para melhorar a demanda das mulheres que fazem o parto normal.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Ana Cristina Duarte – Gostaria de ressaltar que o parto domiciliar tem de ser planejado. Ele não é uma aventura selvagem. As equipes que atendem o parto natural em casa têm o material completo, tanto para situação de baixo risco como para uma complicação. A única coisa que não podemos fazer em casa é uma cesariana, mas quando se tem uma hemorragia, é possível controlá-la. Além disso, o parto domiciliar é bacana, porque ele não é uma obrigação. A mulher pode começar o parto em casa e desistir, ir para o hospital. Ele é muito mais confortável para a mulher.

O parto humanizado – relatos

Não bastaria abordar o parto humanizado do ponto de vista teórico e analítico apenas. Trata-se de um evento intenso demais para não contar com relatos de experiência de mulheres que o viveram de forma plena e satisfatória. Eis o que estas mães contaram à IHU On-Line sobre a experiência de colocar seus filhos no mundo da forma mais natural possível



“A oportunidade de gerar uma vida – mesmo que sejamos apenas instrumentos do universo – já é uma emoção indescritível. Sentir este feto se desenvolver dentro do seu corpo, do seu coração, é magnífico. Foi na primeira fase da gravidez que pensei: se tenho o privilégio de viver esta grande experiência, se este serzinho quis vir ao mundo neste período e nesta família, por que não deixá-lo nascer no seu momento, e de uma maneira mais natural e, na medida do possível, tranquila? Não posso falar das vantagens médicas do parto normal, pois não é minha profissão. Mas aprendi que tudo o que é natural, é saudável tanto para a mãe como para o bebê. Durante a gravidez me preparei com aulas de loga, e pesquisei muito para tentar fazer o melhor para o meu filho desde antes de ele nascer. Não posso deixar de mencionar o imenso apoio de meu marido, as dicas experientes das mulheres da minha vida, o carinho das amigas queridas e, claro, minha médica fabulosa. Foi o conjunto que fez do momento mais importante da minha vida um verdadeiro sucesso. Decidimos, por inúmeras razões, ter nosso filho num hospital pequeno. E hoje sabemos que foi a melhor escolha. Semanas antes da data prevista

para o nascimento fomos visitá-lo e recebemos todas as orientações para o grande dia. Foi numa quinta-feira à tarde, sozinha em casa, que minha bolsa estourou. Liguei para chamar meu marido e tomei um banho tranquilamente (sabia que demoraria para ter um momento só meu novamente). Fomos então para o consultório da médica, que constatou que a chegada do nosso filhote estava acontecendo e nos encaminhou para o hospital. Quando lá chegamos, fui recebida com toda a atenção pela equipe de enfermagem, que logo me levou para a sala preparatória enquanto meu marido resolvia a parte burocrática (foi engraçado, porque, como ele imaginava que logo que chegássemos ao hospital o bebê nasceria, ficou muito nervoso por não ter podido me acompanhar). Demorou um pouco até que sentisse a primeira forte contração, então passei bons momentos conversando com as enfermeiras, rindo e ouvindo histórias de parto. Elas me prestando toda a atenção, perguntando a melhor posição, querendo saber como eu me sentia e oferecendo opções de exercício. Sempre monitorando os batimentos do bebê. Quando a médica chegou, eu já tinha dores fortes e boa dilatação. A partir daí, passei boa parte do tempo numa bola de Pilates e fazendo os exercícios de respiração, sob os cuidados do meu marido (que pouco conseguia falar). Nas contrações muito intensas, eu quicava tão alto a bola que quase arrancava o soro da mão, e o deixava ainda mais nervoso. Quando aliviava, ríamos da situação. Em determinado momento tive que deitar na cama e me concentrar melhor nas respirações para tentar não perder a calma e o



controle, pois as dores já eram muitos fortes. Então, trouxeram-me uma grata surpresa, minha mãe. Como pode a simples presença dela fazer eu me sentir tão bem? Poucas horas depois eu saberia a resposta. Começou então uma linda viagem de encontro àquela pessoinha que eu mal imaginava como seria, mas que já conhecia tão intimamente. Levada pela minha médica, enfermeiras, pediatra, anestesista e maridão, fomos para uma outra sala devidamente preparada para o parto normal. Lá, sob o comando da médica, cada um fez o seu melhor (vários de nós conheceu o poder da sua força, no sentido literal da palavra). Meu marido, que não tinha uma função física pré-determinada para o momento do parto (alem de me cobrir de carinho), tratou de se conectar em coração com nosso filho e pedir que ele nascesse sem medo, que a sua família estava ali, preparada e de braços abertos esperando por ele. Depois disso, conheci o amor absoluto, e o Artur”.

Cláudia Zirbes, de Montenegro-RS, formada em Comércio Exterior, coordenadora do setor de exportação em uma indústria e mãe do Artur, de 1 ano e dez meses



“Meu primeiro filho foi planejado e me preparei na gestação para recebê-lo da forma mais natural possível. Quando engravidei já imaginei o parto em casa, com parteiras. Sou naturalista, vegetariana, trabalho com o conceito do sagrado feminino e tenho essa visão mais humana do mundo. Fiz um curso de preparação para o parto em casa, o que me ajudou a me empoderar, a ganhar confiança em mim mesma, no meu corpo, me mostrando que sou capaz, como toda fêmea, de parir de forma natural. Somos animais e quanto mais animal a gente for, melhor será o parto, porque estaremos ajudando nosso instinto mais primitivo a fazer esse trabalho. O parto é fisiológico, não tem que ser cirúrgico, é um evento do corpo que acontece naturalmente. A mente é que nos faz bloquear essa condição física. Na verdade, é uma questão de confiança na natureza e na perfeição de nosso corpo. O primeiro parto foi um pouco mais difícil, porque o corpo está aprendendo ainda e o bebê estava com o cordão em volta do pescoço, o que deixa mais lento o trabalho de parto. Eu fiz muita força para ajudar meu filho, Inti Cairé, mas ele saiu tranquilamente, o que prova que cordão enlaçado não é motivo para fazer cesariana. O segundo filho não foi plane-



jado, foi muito perto um do outro (um ano e quatro meses de diferença) e estávamos num momento de transição em nossa vida, tornando a gravidez bem conturbada e sem muito sossego. No entanto, o parto foi ótimo. Daí pensei: nossa, foi fácil demais, maravilhoso. Foi um parto muito rápido, não fiz força nenhuma, só relaxei e ele foi saindo, descendo. Comecei o trabalho de parto durante a mudança para outra casa, no carro. Quando cheguei, chamei a parteira, que me examinou e viu que eu já estava com 9 centímetros de dilatação, quase lá. Comecei a fazer movimentos circulares com o corpo e fiquei na grama, porque eu queria desde sempre parir na terra, para a terra, como um agradecimento e uma reverência à mãe terra, com meu sangue sendo doado para a terra, devolvendo a ela essa nutrição, numa forma ritual de oferenda do meu sangue. E foi como eu queria. Tive meu segundo filho embaixo de uma árvore. E ele saiu tão rápido que a parteira quase não pega o bebê. Eu estava de joelhos perto da grama e a mãozinha do bebê ficou cheia de grama. Foi muito simbólico. Coloquei o nome dele de Aman Terra. Foi um parto abençoadíssimo. Eu estava muito conectada com a energia da mãe divina. Já o terceiro parto foi da minha menina. Eu queria muito fazer o ciclo feminino da família, de ver a filha parir. Então não podia morrer antes de parir uma mulher. Me abri a essa energia para o universo e engravidei da Aylinn. O parto dela foi também muito bom, no mesmo lugar do Aman, embaixo da árvore, do mesmo jeito. Só que foi um pouco mais longo, porque o cordão dela era bem curtinho, então ela demorou para nascer. Mas foi ‘de boa’. Eu estava numa total entrega, toquei tambor, me pintei de urucum, na mesma lógica ritualística. A diferença é que no parto dela, no momento expulsivo, quando ela estava saindo, eu soltei um grito, de mulher primitiva, o que não tinha acontecido antes”.

Kalinne Ribeiro, de Recife-PE, cantora, compositora e mãe de Inti Cairé (5 anos), Aman Terra (4) e Aylinn (1 ano e 9 meses)



“Era uma linda manhã do dia 28 de abril quando comecei a sentir uma leve cólica, então percebi que a minha espera de exatamente 42 semanas chegava ao fim, ou melhor, estava chegando o tão esperado dia... Depois de consultar 5 obstetras e ficar muito decepcionada com tudo o que nós ouvíamos (eu, meu marido e às vezes minha irmã) agendei uma consulta com o Dr. Ricardo. A primeira consulta durou um pouco mais de 2 horas e saímos de lá confiantes que enfim tínhamos achado alguém que nos entendesse. Afinal, eu não queria fazer Cesariana de jeito nenhum, queria muito que fosse parto normal. Durante as consultas de pré-natal, a ideia e a possibilidade de dar a luz em minha própria casa ficavam cada vez mais reais, a cada conversa com o obstetra, a cada encontro com minha Doula querida, ficávamos muito confiantes. Sempre tive internamente uma certeza de que tudo daria certo, é difícil de explicar, mas a sensação era de que as coisas aconteceriam conforme eu planejei. No dia do nascimento da Sophia eu havia dormido na casa da minha sogra, quando comecei a sentir as contrações fui “correndo” pra casa, no caminho parei para comprar umas flores. É engraçado, pois normalmente quando as mulheres começam a sentir as contrações vão correndo pro hospital, eu não! Eu queria chegar depressa em casa, pra curtir cada momento, cada contração, eu queria estar com quem eu escolhi para estar comigo naquele dia, o meu marido Arthur, a minha irmã gêmea Nadia (que é enfermeira), a minha Doula amada Zezé, meu médico Dr. Ricardo e a Zeza, enfermeira/doula que atua com ele. Quando cheguei em casa, liguei para minha irmã e para meu médico (que estavam em Porto Alegre) avisando a



situação. Liguei também para minha cunhada Rafaeli que veio me ajudar enquanto os demais não chegavam. Durante as contrações ela me apoiava “intuitivamente” enquanto eu fazia os exercícios na bola. As contrações começaram a ficar mais forte por volta das 12h, liguei pra minha Doula que me orientou sair de casa, então fomos no mercado. Quando voltei já estava em intenso trabalho de parto. A partir deste momento entrei no que chamamos de “partolandia”, me interiorizei e passei a curtir cada contração com pouca interação com os presentes no momento. Sentia sensações intensas, poderosas, de uma força interior que nunca antes eu havia sentido. Durante o trabalho de parto caminhei pela casa, fui para o chuveiro pra relaxar, enquanto minha irmã e meu marido organizavam a banheira no meu quarto. O mais engraçado disso tudo é que no dia faltou água. O contato com a água foi surreal, passei quase que todo tempo na água, meu marido estava na banheira comigo e pude ficar deitada de lado no colo dele, tive momentos de extremo relaxamento entre uma contração e outra, quase que cochi-

lando. Em alguns momentos mais fortes as palavras mágicas da minha doula Zezé e o olhar da enfermeira Zeza, me davam força e coragem, ganhei massagens do meu marido e muito carinho da minha irmã. Anoiteceu e começou a surgir no céu, exatamente na janela do meu quarto uma lua cheia gigante, linda e magnífica que iluminava o quarto que estava com pouca luz. Por volta das 19h30min as contrações se intensificaram e percebi que minha filha estava quase chegando. Então, parece que o tempo acelerou, e em duas contrações fortes nasceu a nossa Sophia ao som da música de Caetano “Você é linda, mais que demais, você é linda sim... você é forte, dentes e músculos, peitos e lábios” ... A sensação que tive naquele momento foi de uma forte explosão de amor, ela nadou e escapou das mãos da enfermeira Zeza. Em seguida foi colocada sobre meu peito onde se aninhou e choramos todos juntos, muita, mas muita alegria... indescritível! Levantei-me da banheira com a Sophia no colo e, claro, com o apoio do meu médico. Secaram-me e eu deitei em minha cama. Esperamos até que o cordão umbilical secasse para que meu marido pudesse cortar. O apoio de todos aqueles que estavam presentes foi fundamental, eu confiava em quem estava comigo naquele momento. Quando a Sophia tinha 9 meses, engravidei do Pedro Henrique, e claro, que minha ideia era que ele também pudesse nascer em casa e na água. Mas, não foi possível, ou pelo menos não foi possível

na banheira... Minha bolsa rompeu quando eu estava com 34 semanas de gestação e por ele ser prematuro, não podíamos arriscar. Fiquei 5 dias com a bolsa rota, até que optamos em induzir o parto. Cheguei ao hospital pela manhã, em seguida chegou a minha doula Zezé, o Dr. Ricardo e a enfermeira Zeza. No início da tarde, o trabalho de parto ainda estava lento, então aumentamos a medicação, apagamos a luz, ouvimos Enia e Daniel Namkhay. Quando chegou o final da tarde, eu já estava em estágio bem avançado e as contrações estavam muito dolorosas. Eu estava muito cansada e queria ir para o chuveiro, eu precisava muito da água, sabia que era a água que me ajudaria. Fui para o banheiro do quarto junto com meu marido e ali fiquei por quase 30 minutos deixando a água escorrer pelas minhas costas e recebendo massagens do Arthur. Senti que o Pedro estava encaixado e que nasceria naquele momento. Estava tocando uma música linda do Namkhay que se chama “o despertar de um guerreiro” então chamei a doula e avisei que ele nasceria. Levantei e me dirigi para o quarto, o Arthur sentou na escadinha e me atirei de costas no colo dele, foi então que em uma contração forte nasceu meu lindo guerreiro, pesando 2.650kg e 50 cm. E novamente tive a sensação de uma explosão de amor, orgulho e muita felicidade. Vivi duas experiências muito marcantes, dois partos normais, mas diferentes. Percebi que temos um poder interior maior do que conhecemos e, principalmente aprendi que o pensamento é peça principal para atingir aquilo que planejamos. Para se ter um parto normal/natural em casa e claro, humanizado, é importante que se estude muito sobre o assunto e principalmente que tenha um acompanhamento de quem tem experiência com o assunto”.

Neide Calixto, graduanda em Administração, funcionária do setor de Relações com o Mercado da Unidade Acadêmica de Educação Continuada da Unisinos, mãe de Sophia, de 2 anos e 3 meses e do Pedro Henrique, de 9 meses.



Tema
de
Capa

**Destques
da Semana**

IHU em
Revista

Dossiê Rio+20

A questão dos limites e da desigualdade ficou fora da Rio+20

Para Ricardo Abramovay, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável foi uma importante mobilização social, com diálogos significativos entre atores diversos, mas incapaz de fazer com que os governos atenuem a defesa dos interesses constituídos

POR GRAZIELA WOLFART E THAMIRIS MAGALHÃES

“O conteúdo do documento final é especialmente preocupante, pois reflete a resistência governamental em reconhecer que não é possível manter universalmente o pé no acelerador do crescimento econômico (ainda que sob ares verdejantes) sem comprometer ainda mais a capacidade de os ecossistemas prestarem os serviços dos quais todos dependemos”, admite Ricardo Abramovay em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Segundo ele, “o exemplo mais emblemático está no item referente à crise alimentar. O documento reconhece, com razão, a existência inadmissível da fome e a necessidade urgente de suprimi-la. Reconhece ainda que há recursos para isso. Mas em nenhum mo-

mento o documento diz que o sobrepeso e a obesidade, hoje, atingem mais gente do que a própria fome. Não o faz porque isso exigiria recolocar o grande desafio do sistema alimentar mundial que não é simplesmente o de produzir mais alimentos e sim vincular as políticas agrícolas às reais necessidades da saúde pública”, conta.

Ricardo Abramovay é professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo FEA/USP, pesquisador do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp. Ele é autor de *Muito Além da Economia Verde* (São Paulo, Planeta Sustentável/Abril, 2012).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Numa frase, o que foi a Rio+20, em sua opinião?

Ricardo Abramovay – Uma importante mobilização social, com diálogos significativos entre atores diversos, mas incapaz de fazer com que os governos atenuem a defesa dos interesses constituídos nos quais se apoiam e que explicam o uso predatório que se faz hoje dos recursos ecossistêmicos.

IHU On-Line – Como avalia o papel desempenhado pelo Brasil na Rio+20, enquanto liderança global, a partir das suas expectativas?

Ricardo Abramovay – O Brasil reafirmou trunfos reais (referentes à

sua matriz energética e ao declínio do desmatamento), mas não soube transformar estas conquistas em base para exercer uma real liderança em direção ao desenvolvimento sustentável. A solução para o documento final (cortar os pontos que estavam entre parênteses, ou seja, eliminar qualquer polêmica) mostra a imensa dificuldade em que se encontra a governança global contemporânea.

IHU On-Line – Manteve-se no evento a ideia de que temas ambientais são formas usadas para impor barreiras comerciais não tarifárias?

Ricardo Abramovay – Sim e este é um dos aspectos em que o Brasil po-

deria ter exercido liderança global de forma construtiva. É verdade que, da mesma forma que em outros países da América Latina e da África, as exportações de commodities têm um peso fundamental (e crescente) na economia brasileira. Se a opção é por não renunciar às oportunidades que estes produtos representam (o que é discutível, claro), então, no mínimo, seria fundamental uma firme declaração no sentido de que o sistema econômico mundial, hoje, não paga os custos ambientais desta exploração. Tais custos devem ser calculados e incorporados ao sistema de preços ou traduzidos em restrições, ali onde esta incorporação não for possível. Várias organi-

zações empresariais já estão reivindicando isso. O estudo apresentado pela KPMG no final de 2011 mostra que, de cada dólar produzido na economia global, 41 centavos correspondem a custos ambientais não pagos, considerando apenas três fatores: mudanças climáticas, água e lixo. Várias organizações empresariais já perceberam que esta pode ser uma vantagem concorrencial, mas não é uma vantagem competitiva benéfica para os países que detêm estes recursos. O Instituto Ethos fez uma firme declaração nesse sentido. No encontro que ocorreu no âmbito do Humanidade 2012, no Forte de Copacabana, organizado pela Fiesp e pela Firjan, Ana Toni do Greenpeace, conclamou o setor privado brasileiro a apoiar a ideia de desmatamento zero e não houve nenhuma manifestação de que isso seria um absurdo ou de que isso travaria o crescimento do país por parte dos empresários ali presentes. Ou seja, nivelar o comércio internacional por cima (associando-o a cláusulas socioambientais que impeçam trabalho escravo, infantil e a degradação dos ecossistemas) é vantajoso sob o ângulo competitivo. O suposto temor de que o meio ambiente seja usado como barreira não tarifária exprime o peso dos interesses ligados ao que há de mais atrasado em setores e em países dependentes de exportações que se apoiam na exploração predatória de recursos ecossistêmicos.

IHU On-Line – Em que medida os grandes problemas socioambientais do século XXI (e suas possíveis soluções) foram contemplados nas discussões da Rio+20?

Ricardo Abramovay – Os dois maiores problemas socioambientais contemporâneos estão ausentes do documento final, embora estejam nos documentos que diversas agências das Nações Unidas (e não só o PNUMA), que prepararam desde 2011, em estudos das grandes consultorias globais (além do já citado da KPMG, a McKinsey e a PwC, também produziram estudos importantes) e em pesquisas feitas por grandes ONGs globais (WWF, Greenpeace, Global Footprint Network, por exemplo). O primeiro refere-se aos limites. É chocante que as palavras limites e fronteiras sequer apareçam no documento final da Rio+20. Ou

“Por mais que a inovação tecnológica avance (e tem que avançar muito, é claro) com este nível de desigualdade, ela, por si só, não dá conta do recado”

seja, o ponto de partida de qualquer reflexão consistente sobre o mundo contemporâneo, o fato óbvio de que há fronteiras ecossistêmicas que já foram ultrapassadas, o que ameaça a vida social, simplesmente não está no texto. E, no entanto, o setor privado, as Nações Unidas e as grandes ONGs globais convergem no reconhecimento do perigo que o desrespeito a estes limites representa para as sociedades humanas. É compreensível que Ban-Ki Moon tenha expresso sua decepção (voltando atrás, logo após): não poderia ser maior o contraste entre o documento final e o texto que os experts convocados por ele produziram, no início de 2012 para a Rio+20. Não se trata apenas de linguagem, que é muito mais fria, é verdade, num texto a ser assinado por quase 200 países do que num trabalho de um grupo de consultores: trata-se de conteúdo. E o conteúdo do documento final é especialmente preocupante, pois reflete a resistência governamental em reconhecer que não é possível manter universalmente o pé no acelerador do crescimento econômico (ainda que sob ares verdejantes) sem comprometer ainda mais a capacidade de os ecossistemas prestarem os serviços dos quais todos dependemos.

O segundo problema socioambiental solenemente ignorado no documento é a desigualdade. É verdade que o termo “equitativo” aparece no documento muitas vezes e que há, ao

menos, sete manifestações para que se reduzam as desigualdades. Mas tudo se passa como se a redução da desigualdade consistisse apenas em promover a emancipação social dos que se encontram na base da pirâmide, sem que, em nenhum momento, se faça menção ao poder sobre o uso dos recursos daqueles que, em todo o mundo e não só nos países desenvolvidos, respondem pela maior parte da pressão sobre os ecossistemas. O desafio da nossa geração não é apenas o fato de que hoje emitimos sete toneladas de gases de efeito estufa per capita (num total de quase 50 gigatoneladas, globalmente) e que temos que baixar este total para 2 toneladas em 2050 (num total de 20 gigatoneladas, quando o mundo tiver entre 9 e 10 bilhões de habitantes). O desafio é que, hoje, o consumo norte-americano, em média, corresponde à emissão de 20 toneladas per capita e o do indiano a menos de duas. Por mais que a inovação tecnológica avance (e tem que avançar muito, é claro) com este nível de desigualdade, ela, por si só, não dá conta do recado.

IHU On-Line – O debate sobre a redução do consumo e do crescimento, para além das inovações tecnológicas, foi contemplado na Conferência?

Ricardo Abramovay – Não. O exemplo mais emblemático está no item referente à crise alimentar. O documento reconhece, com razão, a existência inadmissível da fome e a necessidade urgente de suprimi-la. Reconhece ainda que há recursos para isso. Mas em nenhum momento o documento diz que o sobrepeso e a obesidade, hoje, atingem mais gente do que a própria fome. Não o faz porque isso exigiria recolocar o grande desafio do sistema alimentar mundial que não é simplesmente o de produzir mais alimentos e sim vincular as políticas agrícolas às reais necessidades da saúde pública.

O outro exemplo é o dos transportes e das cidades sustentáveis. Apesar do reconhecimento da importância de se fortalecerem os transportes coletivos, não há qualquer sinalização no sentido daquilo que o próprio bisneto de Henri Ford já reconheceu: é insustentável a expectativa de que

a base da mobilidade contemporânea seja o automóvel individual. Por mais que se mude o combustível e mesmo com o automóvel elétrico, o uso de ferro, plástico, vidro e borracha, para produzir anualmente 70 milhões de carros, como ocorre hoje, é incompatível com algo que possa se assemelhar ao título do documento, “o futuro que queremos”.

IHU On-Line – Quem foram os grandes atores, os protagonistas da Rio+20?

Ricardo Abramovay – Empresas, organizações empresariais e, ao mesmo tempo, organizações não governamentais globais em diálogo com empresas, que acabaram propiciando a formulação de um amplo conjunto de propostas. Na verdade, existe uma aproximação entre estes campos sociais que em 1992 praticamente não tinham diálogo. Mas há duas ressalvas importantes. Em primeiro lugar, neste diálogo nenhuma das partes se descaracteriza: as empresas continuam tendo como objetivo central seus ganhos privados e as ONGs continuam sendo veículos de mobilização social. Mas há um enriquecimento mútuo, uma abertura a horizontes novos nestes contatos e, por aí, chances de mudanças sociais cujo alcance não está dado de antemão.

A segunda ressalva é que não se trata de propor a supressão ou o amesquinamento do papel dos governos. Pelo contrário, por mais que haja empresas voltadas a novas formas de produção e até de consumo, são os governos que constituem os legítimos representantes da sociedade e cabe a eles a orientação estratégica deste processo. Nosso grande problema é que a ótica e o tempo dos governos parece ser ainda mais curto e mais limitado dos que os de muitas empresas, o que dificulta uma governança global voltada ao desenvolvimento sustentável.

IHU On-Line – E a rediscussão sobre o PIB? Foi contemplada? De que forma?

Ricardo Abramovay – Este é um dos pontos mais frustrantes do documento. O texto usa de forma recorrente uma expressão obscura (crescimento econômico equitativo) e a

“A questão é saber se o crescimento econômico (agora supostamente equitativo e verde) corresponde ao futuro que queremos”

única menção à rica discussão sobre o PIB, objeto do relatório Stiglitz, de um relatório de pesquisadores da economia ecológica, produzido para a ONU, de trabalhos do Banco Mundial e da OCDE, é, no parágrafo 38: “reconhecemos a necessidade de medidas mais amplas de progresso que complementem o produto interno bruto”.

Em primeiro lugar, estes complementos já existem e vão desde o IDH às centenas de indicadores globais, nacionais e locais de bem-estar produzidos por organizações privadas, governamentais e até associativas. Mas, sobretudo, a questão não é só de medida: a questão é saber se o crescimento econômico (agora supostamente equitativo e verde) corresponde ao futuro que queremos. Por exemplo, passar de quatro milhões para 6,3 milhões de automóveis produzidos anualmente, investir 700 bilhões de dólares em combustíveis fósseis e outros 250 bilhões em estradas, isso vai fazer certamente com que a economia brasileira cresça: mas será que é a melhor forma de responder às necessidades mais importantes de sua população? É enganosa a ideia de que é preciso complementar o PIB: ele é uma medida errada a respeito do que é riqueza e a respeito da capacidade de a riqueza propiciar prosperidade. Isso foi completamente escamoteado do texto.

IHU On-Line – Quais poderiam ser citados como os principais objetivos para o chamado “desenvolvimento sustentável”? Eles estiveram em pauta durante a Conferência?

Ricardo Abramovay – Os parágrafos 245 a 251 referem-se a esse ponto. É positivo que sejam mencionados objetivos de desenvolvimento sustentável que devem ser “voltados à ação, concisos, fáceis de comunicar, limitados em número, globais e aplicáveis universalmente para todos os países, levando em conta realidades nacionais diferentes...”. Será formado um grupo de trinta especialistas que, em consulta com a sociedade civil e as Nações Unidas, devem apresentar um relatório para a próxima Assembleia Geral, propondo o que podem ser estes objetivos, com validade a partir de 2015. Se um documento destes conseguir estabelecer limites e horizontes de inovação para o uso do espaço carbono, da água, dos oceanos e do solo a partir de 2015, será um ganho muito considerável.

Leia mais...

>>Ricardo Abramovay já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**.

Confira:

- *Repensar a economia. O desafio do século XXI. Entrevista especial com Ricardo Abramovay. Notícias do Dia* 16-04-2012, disponível em <http://bit.ly/HXHgoB>
- *A passagem da economia da destruição da natureza para a economia do conhecimento da natureza. Entrevista especial com Ricardo Abramovay. Notícias do Dia* 10-12-2011, disponível em <http://bit.ly/tDFzGG>
- *Economia de baixo carbono: o desafio brasileiro. Entrevista especial com Ricardo Abramovay. Notícias do Dia* 22-11-2010, disponível em <http://bit.ly/szXLAX>
- *A economia ecológica e os desafios para os economistas de esquerda. Edição 287 da revista IHU On-Line*, de 30-03-2009, disponível em <http://bit.ly/uF2Cc5>

Os quatro grandes fracassos da Rio+20 e o conservadorismo do Brasil

“O que o Brasil fez na Rio+20 foi tentar diminuir ao máximo o componente ambiental e global da Conferência. E isso tem a ver com o fato de que a presidente Dilma e o núcleo do governo tem uma visão bem tradicional do desenvolvimento econômico, constata o sociólogo da UnB

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

Uma das expectativas da Rio+20, a partir da discussão central da governança global, era a criação de um novo organismo ambiental internacional, que substituisse o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, e pudesse “definir estratégias normativas, avaliar os países e eventualmente punir países que não cumprem os compromissos assumidos”. A criação deste organismo não foi possível porque “a maioria dos países, com exceção da União Europeia, não quer ceder soberania nacional para desenvolver governanças globais”, diz Eduardo Viola.

Na entrevista a seguir, concedida por telefone à **IHU On-Line**, o sociólogo avalia quais os foram os principais impasses e retrocessos da conferência e afirma que a crise econômica impossibilitou avanços significativos, mas ela “poderia ter favorecido a criação de um fundo de apoio para a transição e adaptação das mudanças climáticas dos países pobres”. Diante da terceira grande crise econômica, ele enfatiza que ela é ainda mais profunda do que as anteriores, pois “está relacionada à exaustão dos limites planetários”. “Essa visão é negada pelos grandes líderes mundiais, que querem recuperar a crise voltando ao passado, investindo em um crescimento convencional, quando se precisa superar a crise mudan-

do radicalmente de paradigma”, assegura.

Em relação à mobilização da sociedade civil na Cúpula dos Povos, Viola acrescenta que elas contribuem para o debate, mas enquanto “não se tornarem majoritárias, não mudarão a dinâmica intergovernamental, porque os governos, em grande medida, representam as suas sociedades. O atraso do governo representa o atraso da sociedade na compreensão e enfrentamento dos problemas. Quando falamos da sociedade civil, estamos falando de uma sociedade minoritária, militante, consciente, muito preocupada com o bem público. Mas isso não representa toda a sociedade e a população mundial”.

Eduardo José Viola é graduado em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires, especialista em Relações Internacionais pela Fundación Bariloche, mestre em Sociologia pela Universidade de Campinas – Unicamp, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, e pós-doutor em Economia Política Internacional pela University of Colorado. Atualmente é professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB e coordenador da Rede de Estudos e Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais e Relações Internacionais.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Antes da Rio+20, o senhor havia dado declarações de que a conferência não teria condições de ser bem-sucedida. Sua opinião se confirmou? Por quais razões a Rio+20 fracassou?

Eduardo José Viola – Sim, a expectativa se confirmou, inclusive foi um pouco pior do que eu imaginava. O primeiro aspecto que demonstra o fracasso da conferência diz respeito à eliminação da questão dos limites

planetários do documento final. Essa discussão sobre os limites planetários estava no documento original, mas foi retirada muito provavelmente por pressão de vários países do G77, como a Índia, por exemplo. Essa era uma

questão-chave na medida em que se fala de desenvolvimento sustentável, pois hoje existe um limite planetário, ou seja, a margem de manobra hoje é muito menor do que aquela de vinte anos atrás. São sete os limites planetários, e três já foram ultrapassados: as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e o ciclo de acumulação do nitrogênio.

O segundo ponto que caracteriza a Rio+20 como um fracasso é o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, que é uma declaração genérica e vaga num momento em que se precisava de uma transformação muito forte para colocar-se em correspondência com as necessidades apontadas pela ciência do ponto de vista da governança ambiental global. Precisávamos de uma organização ambiental global não apenas como uma agência especializada das Nações Unidas, como propunha a União Europeia – a mais avançada que havia na mesa –, mas de uma organização tal ou mais poderosa que a Organização Mundial do Comércio – OMC, ou o Fundo Monetário Internacional – FMI. Não foi possível avançar nesse sentido porque a maioria dos países, com exceção da União Europeia, não quer ceder soberania nacional para desenvolver governanças globais. Nesse aspecto, o Brasil também se inclui. Então, falta uma organização internacional poderosa que possa definir estratégias normativas, avaliar os países, e eventualmente punir países que não cumprem os compromissos assumidos.

Os Estados nacionais, as populações e a opinião pública são mais nacionalistas. Hoje a defasagem entre a ciência e a opinião pública média do mundo é gigantesca, porque a opinião pública média trabalha mais ou menos como trabalha a mente humana média, que não é muito diferente de quando surgiu o homo sapiens. Ou seja, reage a ameaças imediatas muito tangíveis ou à imoralidade extrema. Esse tipo de coisa gera mobilização, revolta, revoluções. Agora, os limi-

tes planetários são ameaças complexas de médio e longo prazo, de difícil compreensão para a mente humana média. Então, a proporção de pessoas que conseguem compreender as ameaças globais e os limites planetários é muito pequena. Mas mesmo entre os cientistas que compreendem o problema, existem aqueles que não mudam suas atitudes e comportamentos em correspondência com o que estão compreendendo.

Objetivos do desenvolvimento sustentável

O terceiro ponto pelo qual considero a Rio+20 um fracasso diz respeito ao fato de não ter havido definição dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Novamente definiram um processo para negociar os objetivos do desenvolvimento sustentável num prazo de dois a três anos. Mas não se estabeleceu nenhum parâmetro para essa negociação. Os mesmos impasses que estiveram presentes nas negociações dos objetivos da Rio+20 nos últimos dois anos continuam presentes.

Economia verde

O quarto fator importante diz respeito à dificuldade de aceitar uma definição consistente, robusta e sustentável de economia verde, porque, por um lado, o conceito de desenvolvimento sustentável já é antigo, difuso e tem diversos significados. O conceito novo, que emergiu a partir de 2006, é o de transição para a economia de baixo carbono. Esse é um conceito preciso e consistente, porque tem métrica, mas ele é simplista, porque só avalia a questão do carbono, que é fundamental, mas não avalia o que seria uma economia sustentável, verde, tampouco considera a questão da água, da biodiversidade, do nitrogênio etc.

A ideia de definir uma economia verde, combinando o crescimento econômico dentro do espaço de operações seguro da humanidade, deveria levar em conta a economia verde de baixo carbono, mas numa perspectiva muito mais ampla. Entretanto, não houve o menor avanço nes-

se sentido, porque os países do G77, incluindo o Brasil, têm certa paranoia em relação à economia verde, porque pensam que ela irá servir aos interesses protecionistas dos países desenvolvidos. Se se definisse a economia verde em relação à definição científica dos limites planetários, e em relação ao princípio de equidade, que obviamente daria um espaço mais significativo para o crescimento econômico dos países pobres, menos para países emergentes, como Brasil e China, e quase nada para países desenvolvidos, a economia verde seria uma definição extraordinária.

ONU

A Rio+20 também confirmou o que já vinha sendo discutido, ou seja, de que o mecanismo das Cúpulas da ONU baseadas nas negociações de 200 países diferentes, que devem estar de acordo num consenso mínimo comum de dominador, em vez de votação qualificada, não funciona mais. É uma perda de tempo. Esse tipo de conferência é hoje uma indústria de recursos.

Obviamente a Rio-92 foi importantíssima, porque aconteceu na saída da Guerra Fria, em que os problemas ambientais globais emergiam no mundo, e foi o primeiro momento no qual entraram no sistema internacional. Mas hoje, 20 anos depois, esse mecanismo precisa ser modificado. Pertencemos a um grupo de cientistas que se chama Governança do Sistema Planetário, que publicou há três meses na revista *Science* um artigo muito importante que propõe uma reforma no sistema de governança global, difícil de realizar, mas necessária na agenda da humanidade, porque, do contrário, a humanidade não irá avançar.

IHU On-Line – Os países desenvolvidos argumentam que enfrentam uma crise econômica e que, por isso, não é possível avançar nas questões ambientais. A conjuntura internacional atual realmente atrapalhou o consenso de um documento final significativo e produtivo?

Eduardo José Viola – A crise econômica tem alguma significação, mas a crise poderia ter favorecido a criação de um fundo de apoio para a transição e adaptação das mudanças climáticas dos países pobres. Atualmente, o mundo enfrenta a terceira grande crise econômica mundial. A primeira foi em 1873, e terminou em 1890. A segunda iniciou em 1929, e terminou em 1939, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Hoje estamos vivendo a terceira grande crise, que é profunda, e está relacionada à exaustão dos limites planetários. Essa visão é negada pelos grandes líderes mundiais, que querem recuperar a crise voltando ao passado, investindo em um crescimento convencional, quando se precisa superar a crise mudando radicalmente de paradigma. Mas essa visão é aceita por poucos países como os escandinavos, a Alemanha, a Coreia do Sul, e União Europeia.

IHU On-Line – Que lacuna fica aberta na Rio+20 em função do desinteresse de potências como China e EUA na temática ambiental?

Eduardo José Viola – Esse é um fator decisivo. Se China e EUA tivessem tido uma posição como a da União Europeia, teria havido avanços na Rio+20, porque o mundo é uma estrutura assimétrica de países. Hoje existem três superpotências: EUA, China e União Europeia. Somente estes países têm condições de liderar o mundo. Depois, existe outro grupo de países que tem condições de ajudar a solucionar os problemas, que é formado pelo Japão, Rússia, Brasil, Índia e Coreia do Sul. Posteriormente, há uma série de potências médias importantes, como México, Indonésia, Turquia.

IHU On-Line – Das potências econômicas que existem hoje, por que somente a União Europeia propõe a criação de uma organização ambiental mundial?

Eduardo José Viola – É porque os países da União Europeia já cederam soberania nacional para criar uma

estrutura supranacional. Ou seja, todos eles tiveram de abandonar parte do nacionalismo e ceder soberania. E agora, para superar essa crise no plano econômico e financeiro, terão de ceder ainda mais soberania, porque terão de passar não apenas para uma unidade monetária, mas também para uma unidade fiscal. A Europa irá na direção dos EUA ou irá se desintegrar.

As guerras mundiais do século XX entre países tão próximos e com culturas similares geraram uma cultura do horror e do que não se deve repetir mais, como manter a soberania absoluta, como foi no regime iniciado em Westfália, no século XVII. Quer dizer, uma catástrofe profunda gerou uma mudança de mentalidade dos países europeus. Mas isso não aconteceu nem nos EUA, nem na China, tampouco no Brasil.

IHU On-Line – Criou-se uma expectativa, quando Obama foi eleito, de que os EUA pudessem mudar a perspectiva ambiental, mas isso não ocorreu. Caso Obama seja reeleito, a política ambiental dos EUA tende a mudar?

Eduardo José Viola – No ano de 2009, primeiro ano do governo Obama, os EUA aprovaram a Lei Watson de mudanças climáticas, que não foi aprovada no Senado, mas que foi aprovada na Câmara dos Deputados. Porém, o governo de Obama foi se debilitando rapidamente por causa da crise econômica, do aumento do desemprego, que são produtos do governo Bush. Assim, seu governo não teve mais possibilidade de iniciativa em novembro de 2010, quando foi alvo do Partido Republicano. As coisas podem mudar nos EUA, mas isso não depende somente da reeleição de Obama, mas também de maioria democrata na Câmara e no Senado. Além disso, Obama tem que escolher como prioridade as questões ambientais.

IHU On-Line – Qual foi o papel do Brasil na Conferência? Diria que o

Brasil dialoga mais com a posição da União Europeia, dos EUA, ou ficou em cima do muro? Qual a posição internacional do Brasil nesse debate?

Eduardo José Viola – Trata-se de duas coisas. O documento original do Brasil, de novembro do ano passado, é muito atrasado em relação aos avanços conquistados nos anos de 2009 e 2010, que correspondiam à grande queda do desmatamento da Amazônia em 2005, ao fato de assumir compromissos voluntários de dramática redução da curva de crescimento de emissões, entre 2005 e 2010, e de criar uma lei de mudanças climáticas. Tudo isso representou um grande avanço, talvez o principal avanço da sociedade brasileira em termos ambientais. Para que esses avanços ocorressem, foi importante a contribuição de uma série de fatores, tais como a ação muito incisiva do ex-ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e a ameaça da candidatura presidencial de Marina Silva.

Participação brasileira

Agora, porém, a posição do Brasil na conferência foi bem mais conservadora, tentando separar totalmente o debate da mudança climática da Rio+20, tentando diluir o componente ambiental do evento, enfatizando sempre o componente social. Podem ver que o documento brasileiro falava do Programa Bolsa Família e não falava da lei de mudança climática. Isso nos dá uma ideia de como o documento foi enviesado na direção desenvolvimentista tradicional. O que o Brasil fez, em grande medida, foi tentar diminuir ao máximo o componente ambiental e global da Conferência. E isso tem a ver com o fato de que a presidente Dilma e o núcleo do governo tem uma visão bem tradicional do desenvolvimento econômico. O poder do Ministério do Meio Ambiente, hoje, é muito menor do que o era em 2009 e 2010, ou na época anterior de Marina Silva. Então, se vê que nos últimos dois anos que o Brasil adotou uma política industrial convencional de promover a produção do país, independentemente da con-

dicionalidade da eficiência energética, pois tem um subsídio gigantesco ao lobby automobilístico.

No mesmo dia em que terminou a Rio+20, o Brasil eliminou um imposto sobre combustível para o transporte público. Investe-se somente no carro, e o problema do transporte público se tornou muito mais grave. O objetivo do governo é crescer economicamente, pois estão desesperados, porque não crescem.

Depois, durante a dinâmica processual da negociação, o Brasil optou pelo caminho de menor risco, ou seja, em lugar de tentar se colocar como o mediador da conferência e contribuir para a produção de um documento mais ambicioso, derrotando os setores mais conservadores, optou pelo consenso a qualquer preço, ou seja, um consenso do nada ou quase nada. Trata-se, portanto, de um documento que não tem a menor relevância, porque só reafirma o passado. E ninguém explica porque as decisões tomadas há muitos anos não se realizaram. Essa é uma posição não só do governo, mas do Itamaraty, porque a cultura do Itamaraty é avessa ao risco.

IHU On-Line – O senhor menciona a necessidade de criar uma organização poderosa do meio ambiente, com a introdução de limites planetários nas diversas atividades econômicas. Como seria essa organização e que limites para as atividades econômicas seriam necessárias caso pensássemos em possíveis soluções para as mudanças climáticas?

Eduardo José Viola – A primeira coisa fundamental é uma política massiva mundial de direitos reprodutivos da mulher, para se chegar a uma fecundidade responsável. Hoje, no início do século XXI, a única fecundidade responsável é a de dois filhos por mulher, ou menos. A população do mundo era 5.5 bilhões de habitante em 1992, e é de 7 bilhões atualmente, ou seja, houve um crescimento extraordinário. O Brasil não tem mais problemas com essa questão, porque a fecundidade

brasileira é 1.8, porque avançou no direito reprodutivos das mulheres. A história mostra que, quando a mulher tem educação, status de independência, ela quer ter poucos filhos.

Essa é uma questão fundamental em relação à sustentabilidade, mas que foi retirada da declaração da Rio+20, e nessa discussão os EUA tiveram uma posição muito progressista, por causa do Obama.

Crescimento

O segundo ponto fundamental é avançar na ideia de prosperidade sem crescimento. Ou seja, existem países que não precisam mais crescer significativamente em termos de matérias, em termos econômicos, no uso de energia, de recursos naturais, porque já têm populações estabilizadas, possuem boa infraestrutura. Então, eles têm de ir reformando as suas infraestruturas para torná-las mais sustentáveis. Através da “economia verde” esses países não precisam mais crescer no sentido tradicional; sua dinâmica econômica pode ser de contínua redução de emissões de carbono.

Os países de renda média têm de crescer ainda, porque são muito desiguais: parte da população tem um nível de vida, e outra tem outra. Mas esses países têm de crescer de um modo muito diferente de como cresciam no passado. Não pode ser um crescimento intensivo em carbono, tem de ser um crescimento baseado em novas tecnologias, em fontes de energias renováveis. Esse é o ponto-chave.

Os países pobres, em geral, enfrentam um problema muito grande de governabilidade, têm altíssima corrupção, muitos já estão falidos. Eles precisam de um grande apoio da comunidade internacional para construir governança.

IHU On-Line – A Rio+20 colocou mais luz ou mais sombra sobre a possibilidade de organização de uma governança ambiental global?

Eduardo José Viola – A Rio+20 foi, de um lado a Conferência Inter-

governamental e, de outro, a conferência paralela da Cúpula dos Povos, incluindo os setores científico, empresarial e movimentos sociais. Eu participei de onze eventos paralelos durante duas semanas, do dia 8 de junho a 22 de junho. Havia pelo menos quatro mil eventos paralelos, tanto no Riocentro como em outros lugares do Rio de Janeiro, além da Cúpula dos Povos, no aterro do Flamengo.

Esses eventos mostraram uma vibração muito grande da sociedade em relação à consciência do problema ambiental, ao desapontamento da dinâmica governamental, e a tentativa de encontrar novos caminhos. Nesse sentido, essas conferências paralelas formaram forças reformistas internacionais, porque são praticamente transnacionais, atravessam todos os países. Mas até essas forças não se tornarem maioritárias, não mudarão a dinâmica intergovernamental, porque os governos, em grande medida, representam as suas sociedades. O atraso do governo representa o atraso da sociedade na compreensão e enfrentamento dos problemas. Quando falamos da sociedade civil, estamos falando de uma sociedade minoritária, militante, consciente, muito preocupada com o bem público. Mas isso não representa toda a sociedade e a população mundial.

Para responder em síntese a essa pergunta, a construção de governança global ficou mais longe, porque foi uma conferência inútil do ponto de vista intergovernamental, a qual pode gerar cinismo, o pior que pode acontecer. Há pessoas conscientes que já não acreditam mais em nada e se retiram da vida pública. Do ponto de vista não governamental, dos diversos segmentos não governamentais, essa conferência aumentou a capacidade de rede, a capacidade de empoderamento de todos esses setores e fez aumentar, mesmo que lentamente, as forças que são reformistas na direção de uma sociedade sustentável em escala global.

Rio+20: fracasso sobre os grandes objetivos

Evento e documento esvaziados, a Rio+20 e seu relatório final decepcionaram movimentos sociais e ONGs. Entretanto, é preciso destacar a grande mobilização e as consequências que virão com o passar do tempo, acentua Washington Novaes

POR PATRICIA FACHIN E MÁRCIA JUNGES

Um evento esvaziado, cujo documento não agradou os movimentos sociais e as ONGs – muitas delas se recusaram a assiná-lo como signatárias. Assim foi o texto final da Rio+20, destaca o jornalista Washington Novaes na entrevista que concedeu, por telefone, à **IHU On-Line**. Segundo ele, as metas para o desenvolvimento sustentável foram postergadas para daqui a dois anos. Além disso, os grandes objetivos que moveram o evento não foram contemplados pelo documento final. “Então, para quem esperava aprovação dos objetivos, tratou-se certamen-

te de um grande fracasso. Mas o governo brasileiro considerou que foi uma vitória diplomática, isso porque mesmo antes da chegada dos chefes de Estado essa declaração já estava aprovada”. Contudo, é inegável que houve uma grande mobilização, o que “certamente terá consequências ao longo do tempo”.

Washington Novaes é jornalista e trabalha com especial destaque os temas de meio ambiente e culturas indígenas. É colunista dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Popular*. Também é consultor de jornalismo da TV Cultura.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em seu ponto de vista, o que foi e o que significou a Rio+20 e a Cúpula dos Povos? Quais foram os avanços e os retrocessos desses encontros?

Washington Novaes – O resultado foi o esperado. Esperávamos que houvesse uma declaração genérica e sem compromissos obrigatórios para os países. Isso porque vivemos um momento difícil, de crise mundial, e em convenções da ONU é preciso haver consenso para qualquer decisão. Basta um voto contra para que não haja nenhuma decisão possível. Então, foi isso que aconteceu. A declaração foi sendo esvaziada e não se chegou a nenhum compromisso. Em termos de avanço houve uma mobilização muito grande da sociedade de vários setores. Isso pode levar, ao longo do tempo, a algum avanço.

IHU On-Line – Muitos atribuem a novidade à participação dos povos indígenas. O senhor concorda? Como explicar a expressiva participação dos indígenas no evento?

Washington Novaes – Houve uma grande mobilização dos povos indígenas, sobretudo a partir do problema da construção da hidrelétrica de Belo Monte, mas não apenas isso. Nesse momento, há vários pontos delicados em relação aos povos indígenas em várias áreas, com lutas pela demarcação de terras, confrontos com posseiros e proprietários de terras. Assim, eles se mobilizaram e tiveram uma visibilidade grande durante a convenção.

IHU On-Line – Como foi a participação do Brasil na Rio+20? O governo foi bastante criticado em função da elaboração do Rascunho Zero. O Bra-

sil poderia ter avançado mais, ter proposto metas e objetivos precisos em relação à sustentabilidade do planeta diante da conjuntura atual?

Washington Novaes – A delegação brasileira queria lutar pela aprovação de uma declaração, mas isso envolvia muitos pontos de atrito. O documento nasceu com algumas dezenas de páginas, chegou a milhares de páginas e foi sendo depurado para tirar aqueles pontos que eram conflituosos. Com isso se chegou a uma declaração final que era bastante esvaziada exatamente para eliminar os pontos de conflito e permitir a aprovação de uma declaração que tivesse consenso. O governo brasileiro se sentiu muito satisfeito. Dilma chegou a dizer que nunca houve uma vitória assim do Brasil. Na verdade, trata-se de uma declaração que não irá representar muito. Os grandes objetivos

não conseguiram ser aprovados, como o fundo para conservação de águas oceânicas, que foi eliminado, e a promoção do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA para um nível maior, com poder de tomar decisões e impor regras. Metas para o desenvolvimento sustentável foram adiadas para 2014, e assim por diante. Os grandes objetivos foram eliminados dessa declaração. Então, para quem espera aprovação dos objetivos, tratou-se certamente de um grande fracasso. Mas o governo brasileiro considerou que foi uma vitória diplomática, isso porque mesmo antes da chegada dos chefes de Estado essa declaração já estava aprovada.

IHU On-Line – O senhor mencionou em artigo recente que uma iniciativa importante do encontro foi a criação do Índice de Riqueza Inclusiva, e o Índice de Desenvolvimento Humano. Em que consistem esses indicadores, como irão contribuir para as discussões acerca da sustentabilidade?

Washington Novaes – De fato, universidades da ONU junto com vários parceiros apresentaram nessa reunião o seu projeto do Índice de Riqueza Inclusiva, que acrescenta essas dimensões de medir o desempenho de um país não apenas pelo PIB e pelo IDH (que é do PNUD, da ONU), mas também pelo índice de riqueza natural. Trata-se de um avanço porque acrescenta uma nova dimensão ao desempenho dos países. Nesse artigo que você menciona, falei sobre a China, que num período estudado de 18 anos teve um crescimento de mais de 400%. Contudo, se incluída a perda dos recursos naturais esse crescimento despenca para 37%. É uma diferença muito grande, e isso pode levar a uma nova avaliação sobre o desempenho dos países em função de sua relação com os recursos naturais. O índice brasileiro também caiu para um terço do que havia sido medido sem os recursos naturais. Então, é uma transformação bastante expressiva e que pode trazer modificações importantes.

IHU On-Line – Como percebe a ideia de democracia na Rio+20 e na

Cúpula dos Povos, considerando as discussões em relação aos temas centrais (economia verde, governança global), a disposição geográfica dos dois eventos e o número de integrantes da sociedade civil que puderam participar da Rio+20?

Washington Novaes – Isso faz parte da tradição desse tipo de eventos. Não há uma participação direta da sociedade nas discussões dentro da convenção. As discussões na convenção são reservadas às delegações dos países, e não há essa participação direta da sociedade. Há, contudo, uma crítica grande que é feita à questão de que é preciso ter consenso para aprovar qualquer coisa, e que basta um voto contrário para que não se possa aprovar nada. Tal configuração, porém, faz parte da estrutura da ONU. A estrutura da ONU está sendo também amplamente questionada, pois esse organismo tem um conselho de segurança com direito de veto, e em função de mecanismo não se consegue avançar muito.

Por outro lado, o secretário geral da ONU afirmou na convenção que o modelo econômico do mundo está falido. Como é que vamos fazer para modificar isso tudo? Isso exigirá uma nova disposição dos países, de uma discussão para chegar a um caminho alternativo. Há quem pense que tal coisa só será possível quando houver igualdade absoluta entre todos os países e entre as pessoas. Porém, para chegar aí é preciso caminhar muito.

IHU On-Line – O que diferenciaria o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (Pnuma) dos demais organismos internacionais que atuam nas questões ambientais? Seria importante criar esse organismo agora?

Washington Novaes – O PNUMA hoje não tem poderes, não pode criar regras e impor sanções. Trata-se de um órgão de informações, apenas. O que se pretendia é transformar o PNUMA em algo como a OMC e a Organização Mundial do Trabalho, que podem criar regras, exigir seu cumprimento e impor sanções. Mas isso não passou na convenção.

IHU On-Line – O que é possível esperar da Rio+20 em diante?

Washington Novaes – Não sei. Haverá novas reuniões e convenções da ONU, mas nesse momento o que está no horizonte é discutir em 2014 metas de desenvolvimento sustentável. Em 2015 deve haver acordo sobre a questão do clima que possa ser cumprido a partir de 2020. Isso é o que está projetado, a não ser que os países decidam coisas diferentes.

Leia mais...

>>Washington Novaes já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**.

Confira:

- *A biodiversidade, grande possibilidade brasileira, e os povos indígenas.* Entrevista especial com Washington Novaes. **Notícias do Dia** 28-08-2008, disponível em <http://bit.ly/LTIRRY>
- *Em busca de um Brasil sem energia nuclear.* Edição 355 da **revista IHU On-Line**, de 28-03-2011, disponível em <http://bit.ly/gNBNOP>
- *Brasil, abundante e também ignorante em biodiversidade.* Edição 346 da **revista IHU On-Line**, de 04-10-2010, disponível em <http://migre.me/46HZN>
- *Não faz sentido o Brasil retomar a opção pela energia nuclear.* **Notícias do Dia** 28-10-2006, disponível em <http://migre.me/46HZN>
- *Uma coisa é certa: Terra continuará com o ser humano, ou sem ele.* Edição 215 da **revista IHU On-Line**, de 16-04-2007, disponível em <http://migre.me/46InL>
- *Regras são fundamentais para a ampliação da matriz energética nacional.* Edição 236 da **revista IHU On-Line**, de 17-09-2007, disponível em <http://migre.me/46IP3>

Livro da Semana

RIBEIRO, Elton Vitoriano. Reconhecimento ético e virtudes. São Paulo: Loyola, 2012.

Lima Vaz, Taylor e MacIntyre: perplexidade em relação à situação da sociedade

Pensadores tecem diagnóstico da situação social contemporânea e concordam com o mal-estar que se faz sentir em nossos dias, aponta Elton Vitoriano Ribeiro

POR MÁRCIA JUNGES

Um dos pontos de consonância entre as filosofias de Charles Taylor, Henrique Cláudio de Lima Vaz e Alasdair MacIntyre é a perplexidade em relação à situação atual da sociedade, destaca o pesquisador Elton Vitoriano Ribeiro na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. MacIntyre se refere a um “desacordo moral da modernidade”, enquanto Taylor aponta o individualismo, o primado da razão instrumental e um “despotismo suave” como fundamento do agudo mal-estar social. Já Lima Vaz classifica a sociedade contemporânea como enigmática, caracterizada pelo avanço em sua razão técnica e indigência na razão ética. A discussão está presente na obra há pouco lançada por Elton, *Reconhecimento ético e virtudes*. São Paulo: Loyola, 2012, que

norteia as questões que se seguem. O livro se originou de sua tese de doutorado, intitulada *Entre Charles Taylor e Alasdair MacIntyre: Reconhecimento ético e virtudes na filosofia de Henrique C. de Lima Vaz*, apresentada na Pontifícia Universidade Gregoriana – PUG, em Roma.

Graduado em Filosofia e em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE, de Belo Horizonte, **Elton Vitoriano Ribeiro** é mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio com a dissertação *A questão da intersubjetividade no pensamento ético filosófico de H. C. Lima Vaz*. É professor na FAJE, no Departamento de Filosofia.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os principais pontos de diálogo entre as filosofias de Lima Vaz¹, MacIntyre² e Charles Taylor³?

1 Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921 - 2002): filósofo e padre jesuíta, autor de importante obra filosófica. A IHU On-Line número 19, de 27-05-2002, disponível em <http://migre.me/Dto9>, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra de Lima Vaz, com o título *Sábio, humanista e cristão*. Sobre ele também pode ser consultado na IHU On-Line nº 140, de 09-05-2005, um artigo em que comenta a obra de Teilhard de Chardin, disponível em <http://migre.me/Dtoo>. A revista *Síntese*. Revista de Filosofia, n. 102, jan.-ab. 2005, p. 5-24, publica o artigo *Um Depoimento sobre o Padre Vaz*, de Paulo Eduardo Arantes, professor do Departamento de Filosofia da USP, que merece ser lido e consultado com atenção. Celebrando a memória do Padre Vaz, a edição 142, de 23-05-2005, publicou a editoria *Memória*, disponível para download em <http://migre.me/DtoL>. Confira, ainda, os seguintes materiais, publicados pela IHU On-Line: a *Entrevista da Semana* intitulada *Vaz e a filosofia da natureza*, com Armando Lopes de Oliveira, na edição 187, de 03-07-06, disponível em <http://migre.me/DtoR>; a *entrevista Vaz: intérprete de uma civilização arreligiosa*, com Marcelo Fernandes de Aquino, na edição 186, de 26-06-06, disponível em <http://migre.me/Dtp2>; os *Artigos da Semana* intitulados *O comunitarismo cristão e a refundação de uma ética transcendental*, na edição 185, de 19-06-06, disponível em <http://migre.me/Dtpc>, e *Um diálogo cristão com o marxismo crítico. A contribuição de Henrique de Lima Vaz*, na edição 189, de 31-07-06, disponível em <http://migre.me/DtpD>, ambos de autoria do Prof. Dr. Juarez Guimarães. Inspirada no pensamento de Lima Vaz, a IHU On-Line edição 197, de 25-09-2006 trouxe como tema de capa *A política em tempos de nihilismo ético*, disponível para download em <http://migre.me/DtpM>. Nessa edição, confira especialmente as entrevistas com Juarez Guimarães, intitulada *Crise de fundamentos éticos do espaço público*, e a entrevista com Marcelo Perine, *Padre Vaz e o diálogo com a modernidade*. Esse tema, em específico, foi abordado por Perine em uma conferência em 22-05-2007, no *Simpósio Internacional O futuro da Autonomia. Uma sociedade de indivíduos?* Na edição 186 da IHU On-Line, de 26-06-2006, o reitor da Unisinos, Prof. Dr. Marcelo Aquino, SJ, concedeu a entrevista *Vaz, intérprete de uma civilização arreligiosa*. Confira no link <http://migre.me/DtpU>. Leia, também, a edição especial da IHU On-Line sobre o legado filosófico vaziano: edição 374, de 26-09-2011, *Henrique Cláudio de Lima Vaz. Um sistema em resposta ao nihilismo ético*, disponível em <http://bit.ly/qE7Dm8>. (Nota da IHU On-Line)

2 Alasdair MacIntyre: professor de filosofia na Vanderblit University, EUA e autor de *Marxism and Christianity* e *Against the Self-Images of the Age*. É autor também do importante livro *After Virtue*, publicado em 1981, pela primeira vez, e que foi traduzido no Brasil sob o título *Depois da Virtude* (Bauru: Edusc, 2001). (Nota da IHU On-Line)

3 Charles Taylor: filósofo canadense,

Elton Vitoriano Ribeiro – Em minha interpretação, apesar das diferenças de abordagem à questão ética e filosófica por parte destes autores, eles apresentam uma mesma preocupação com a dimensão comunitária, vale dizer intersubjetiva, da questão ética na sociedade contemporânea. Não é de surpreender-se que MacIntyre e Taylor são colocados entre os filósofos comunitaristas, e a mesma preocupação não é ausente na reflexão de Lima Vaz. Porém, diferente de MacIntyre, que faz uma reinterpretação da tradição aristotélica das virtudes, e diferente de Taylor, que faz uma reinterpretação da tradição hegeliana do reconhecimento, Lima Vaz interpreta aquilo que ele chama de *categoria de intersubjetividade ética*, numa dialética construída entre a ideia hegeliana de reconhecimento com a noção aristotélica das virtudes. Dessa forma, a reflexão de Lima Vaz, ao se situar com e entre MacIntyre e Taylor, acrescenta um elemento de novidade ao construir uma leitura da intersubjetividade ética a partir de uma interpretação que, à sua maneira, relacione dialeticamente Aristóteles e Hegel. Aristóteles, a partir de uma leitura acerca do conteúdo das virtudes. Hegel, a partir de uma

autor de vários livros como *Sources of the Self. The Making of the Modern Identity*, editado em 1989 e traduzido para o português sob o título *As fontes do self. A construção da identidade moderna* (São Paulo: Loyola, 1997). Também é o autor do livro *The malaise of modernity*, publicado em 1991 e traduzido para várias línguas. Em português podem ser conferidos, ainda, *Argumentos filosóficos* (São Paulo: Loyola, 2000) e *Multiculturalismo: Examinando a política de reconhecimento* (Lisboa: Instituto Piaget, 1998). Confira, nesta edição da IHU On-Line, a entrevista “Em uma era secularizada o perigo de se construir um horizonte fechado é muito grande”, concedida pelo filósofo Elton Vitoriano Ribeiro. Nas Notícias do Dia 09-06-2009, do site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, leia o artigo *Nem todas as reformas vêm para prejudicar*, escrito por Charles Taylor. O material está disponível para download no link <http://bit.ly/qvAqNZ>. Confira, ainda, a entrevista com o teólogo José Casanova, intitulada “As religiões estão se tornando cada vez mais globais”, publicada na edição 388 da IHU On-Line, de 09-04-2012, disponível em <http://bit.ly/L2xby8>, no qual é debatida a obra *Uma era secular*. (Nota da IHU On-Line)

leitura da forma dialética do reconhecimento. Para mim, este intento faz parte do esforço filosófico de Lima Vaz de interpretar a “tradição na contemporaneidade”.

IHU On-Line – A partir desse diálogo, como se dá a tentativa de interpretar a intersubjetividade ética na sociedade contemporânea a partir das categorias de reconhecimento ético e virtudes?

Elton Vitoriano Ribeiro – Para responder a essa questão eu apresento, no livro, a reinterpretação que MacIntyre faz da tradição aristotélica das virtudes na sua tríplice recontextualização: com relação às práticas, com relação à compreensão narrativa da vida humana e com relação à renovação da ideia de tradição. Recontextualização que deve ser lida em confronto com a tese de MacIntyre de que os seres humanos, como animais racionais dependentes, precisam das virtudes. Depois discuto a proposta da interpretação da categoria de reconhecimento feita por Taylor. Começo, partindo da questão da formação intersubjetiva da identidade humana e seu aporte ético, até a formação intersubjetiva da sociedade.

Em um segundo momento, eu examino a construção da categoria de intersubjetividade ética no pensamento de Lima Vaz, e de como essa pode ser interpretada como uma proposta de relação entre as categorias de reconhecimento e virtudes, mostrando assim o *entre Taylor e MacIntyre*. Em minha argumentação, a proposta de Lima Vaz é interpretada como uma tentativa de captar a tradição na contemporaneidade. A tradição representada pela tradição aristotélica das virtudes, na contemporaneidade da questão hegeliana do reconhecimento.

IHU On-Line – Quais são as peculiaridades da leitura que fazem de Aristóteles e Hegel?

Elton Vitoriano Ribeiro – A herança aristotélica de MacIntyre eu encontro em sua reinterpretação da

ética das virtudes. Para MacIntyre, os fundamentos da lei e das virtudes devem ser buscados nas tradições e nas relações intersubjetivas que constituem uma determinada comunidade. O vínculo central é uma visão dos bens comuns partilhados pelos membros de determinada tradição e comunidade. Essa é a forma de restituir a inteligibilidade e a racionalidade no empenho moral e social das sociedades contemporâneas. A herança hegeliana de Taylor encontro na reinterpretação da questão do reconhecimento. Ainda, para Taylor o homem é um animal social que age privilegiando certos fins e valores que são normalmente compartilhados socialmente. Tais fins e valores fazem parte do horizonte de sentido compartilhado a partir do qual cada indivíduo vive sua identidade. A partir de Hegel, Taylor interpreta a eticidade e a racionalidade como sendo fundadas socialmente.

Por sua vez, Lima Vaz herda de Aristóteles a interpretação do *ethos* como mundo das coisas humanas. Mundo onde o ser humano vive racional e livremente suas práticas éticas, as quais se traduzem em exercícios das virtudes como uma ordenação permanente e progressiva do agir ético ao horizonte universal do bem. Assim, a virtude, como qualidade do sujeito e como movimento para um crescimento humano, é a categoria segundo a qual deve ser interpretada a universalidade da razão prática operando na vida do indivíduo e na vida da comunidade. De Hegel, Lima Vaz herda a questão do reconhecimento como o primeiro momento para a efetivação concreta da autoafirmação do sujeito como *eu*, que acontece sempre no encontro com o *outro*. Neste encontro, o co-existir é constitutivamente um co-existir em um espaço ético, espaço de relações, de fins comuns e de horizontes partilhados.

IHU On-Line – Qual é a originalidade da leitura de Hegel empreendida por Taylor e Lima Vaz?

“A identidade humana não é algo que realizamos sozinhos, de forma monológica, mas sim dialogicamente. O diálogo é uma característica importante, definitiva, dos seres humanos”

Elton Vitoriano Ribeiro – A originalidade, eu a interpreto em duas direções. Primeiro, o estudo dos textos hegelianos dilatou os horizontes filosóficos destes dois pensadores. Essa abertura aconteceu na direção do método dialético e na direção dos problemas da história e da sociedade, particularmente do Estado moderno. Segundo, na compreensão de que um ser humano absolutamente isolado em sua existência é sempre uma abstração. Desde o nascimento, passando pelas mais variadas etapas do desenvolvimento até o fim da vida, cada indivíduo está sempre envolvido em uma rede de relações. Nesta rede de relações, o primeiro momento da autoafirmação do indivíduo como *eu* acontece em seu encontro com *outro* indivíduo. O encontro intersubjetivo é o início da interpretação da dinâmica ética da sociedade. Tanto Taylor como Lima Vaz, a partir de suas leituras de Hegel, sustentam que a dialética do reconhecimento explicita a intersubjetividade humana em sua dimensão ética.

IHU On-Line – Taylor acentua que compreender o outro é o grande desafio do século XXI. Em que medida a questão da alteridade permeia o pensamento desses três filósofos?

Elton Vitoriano Ribeiro – Para Taylor, MacIntyre e Lima Vaz, a identidade é a compreensão de si que o sujeito elabora na relação com os outros. Ou seja, nós definimos nossa identidade sempre em diálogo com as coisas que nossos outros significativos desejam ver em nós – e por vezes em luta contra essas coisas. A identidade humana não é algo que realizamos sozinhos, de forma monológica, mas sim dialogicamente. O diálogo é uma característica importante, definitiva, dos seres humanos. Dialogar é central para compreender a realidade que nos circunda, mas, antes de tudo, para compreender a nós mesmos.

Ora, ao nos autointerpretarmos, constituímos nossa identidade enquanto pessoas que vivem em uma complexa rede de situações com outras pessoas. Por isso nossa autointerpretação não é uma atitude destacada e neutra de auto-observação e observação do mundo. Nossa autointerpretação acontece no diálogo com os outros e com padrões presentes na cultura em que vivemos. Nessa permanente conversação com os outros nós adquirimos formas de expressão que são socialmente partilhadas. Tais formas de expressão são as linguagens que precisamos para nos definirmos. Aqui a linguagem deve ser entendida em seu sentido amplo como modo de expressão. Estas formas nós as adquirimos especialmente por meio das relações com aquelas pessoas que são importantes para nós: os outros significativos. Por exemplo, a relação de uma mãe com um filho é uma das primeiras formas de reconhecimento do valor da alteridade em nossas vidas. Quando a mãe chama o filho pelo nome, fala com ele, se esforça para entender suas primeiras formas de expressão: o choro, o sorriso, os gritos. Essa primeira forma de relação dialógica, que pode ser uma primeira forma de reconheci-

mento, marca profundamente nossa identidade.

IHU On-Line – Em que sentido MacIntyre critica a moralidade contemporânea e propõe novos desafios para a ação e reflexão ética e política em nosso tempo?

Elton Vitoriano Ribeiro – A tentativa de postular uma desordem na sociedade contemporânea, como faz MacIntyre, pode ser vista, muitas vezes, como uma atitude saudosista. Contudo, ele também é crítico com o passado. O importante para MacIntyre na filosofia é a busca de um caminho comunitário e não apenas individual. Uma reflexão comunitária onde o indivíduo não pode ser interpretado isoladamente das relações com os outros na sociedade concreta em que vive.

IHU On-Line – Por que você se refere a uma “perplexidade com relação à situação atual da sociedade” presente no pensamento destes três autores? Qual seria o diagnóstico

de cada um desses autores nesse contexto?

Elton Vitoriano Ribeiro – No caso dos autores estudados, é importante perceber semelhante avaliação de perplexidade com relação à situação atual da sociedade. Nesse sentido, MacIntyre fala de um *desacordo moral da modernidade*, em que a linguagem da moralidade contemporânea está num estado tão grave de desordem que não possuímos mais que fragmentos de um esquema conceitual que juntos não formam um todo coerente. Para Taylor, a sociedade contemporânea sofre um agudo *mal-estar* que tem suas raízes no individualismo, no primado da razão instrumental e num despotismo suave no qual as instituições e as estruturas da sociedade técnico-industrial restringem nossas escolhas. Este mal-estar triplica-se numa perda de sentido, a qual obscurece os horizontes morais (nível ético), eclipsa o horizonte dos fins (nível teleológico) e diminui o horizonte da liberdade (nível político). Por sua vez, para Lima Vaz, a sociedade contemporânea se

apresenta como enigmática, a saber, como uma sociedade avançada em sua razão técnica e indigente em sua razão ética.

Leia mais...

>>Elton Vitoriano Ribeiro já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**.

Confira:

- *A dimensão comunitária de Lima Vaz, Taylor e MacIntyre*. Edição 374 da revista **IHU On-Line**, de 26-09-2011, disponível em <http://bit.ly/JdN16I>
- *Uma obra basilar na reflexão de Lima Vaz*. Edição 393 da revista **IHU On-Line**, de 21-05-2012, disponível em <http://bit.ly/KhMuiQ>

Baú da IHU On-Line

A **IHU On-Line** já publicou outras edições cujos temas se relacionam com a temática do legado filosófico de **Henrique Cláudio de Lima Vaz**. Confira:

- *Henrique Cláudio de Lima Vaz. Um sistema em resposta ao niilismo ético*. Edição 374 da revista **IHU On-Line**, de 26-09-2011, disponível em <http://bit.ly/qE7Dm8>
- *Sábio, humanista e cristão*. Edição 19 da revista **IHU On-Line**, de 27-05-2002, disponível em <http://bit.ly/pIFUv3>
- *A política em tempos de niilismo ético*. Edição 197 da revista **IHU On-Line**, de 25-09-2006, disponível em <http://bit.ly/r5MiB5>
- *Fenomenologia do espírito de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. 1807-2007*. Edição 217 da revista **IHU On-Line**, de 30-04-2007, disponível em <http://bit.ly/pBHLcd>
- *Platão, a totalidade em movimento*. Edição 294 da revista **IHU On-Line**, de 25-05-2009, disponível em <http://bit.ly/iSqddU>
- *Niilismo e relativismo de valores. Mercadejo ético ou via da emancipação e da salvação?* Edição 354 da revista **IHU On-Line**, de 20-12-2010, disponível em <http://bit.ly/ivdNuL>

Teologia Pública

O Concílio Vaticano II e a renovação litúrgica. 50 anos depois

A nova mentalidade, a nova teologia e espiritualidade litúrgicas estão longe de terem sido assimiladas, admite Ione Buyst

POR GRAZIELA WOLFART, LUIS CARLOS DALLA ROSA E THAMIRIS MAGALHÃES

Uma das grandes mudanças instauradas pelo Concílio Vaticano II foi a renovação litúrgica com a Constituição *Sacrosanctum Concilium*. No entanto, Ione Buyst, uma das grandes especialistas no Brasil em liturgia, destaca “que está havendo uma estagnação, ou pior, na prática, uma negação de certos princípios básicos da reforma conciliar”. Ela exemplifica apontando a volta ao eclesiocentrismo, clericalismo, devocionalismo, sacramentalismo, ritualismo. Além disso, detecta que está havendo um fechamento da Igreja sobre si mesma, brechando o ecumenismo e a abertura para com o mundo. Segundo Buyst, “parece haver mais preocupação em construir templos (cada vez maiores) e atrair multidões para uma liturgia-espetáculo do que em formar um povo consciente e competente para agir na sociedade como fermento na massa, como pede o Concílio. Temos uma estrutura eclesial considerável, porém um laicato praticamente inexistente”.

Buyst é doutora em Teologia Dogmática com Concentração em Liturgia, pelo Centro de Liturgia

da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo. Atua no ensino da liturgia em várias instâncias e assessora cursos, projetos, retiros e encontros de formação e pastoral litúrgicas. É autora de vários livros e artigos, tanto no campo acadêmico como no campo pastoral e popular. Durante 18 anos, coordenou o Serviço Arquidiocesano de Pastoral Litúrgica da Arquidiocese de Ribeirão Preto. Foi professora de teologia e pastoral litúrgica na PUC-Campinas, membro da equipe dirigente do Centro de Liturgia (São Paulo), onde continua lecionando no Curso de Atualização e nas Semanas de Liturgia. É professora visitante do Mestrado Profissionalizante em Liturgia do IEPG (Instituto Ecumênico de Pós-graduação em Teologia), da EST (Escola de Teologia) de São Leopoldo. É articulista e membro do conselho de redação da *Revista de Liturgia*, São Paulo, desde 1972; membro e cofundadora da ASLI (Associação dos Liturgistas do Brasil) e da CELEBRA, Rede de Animação Litúrgica.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como a senhora analisa o Concílio Vaticano II a partir do prisma litúrgico?

Ione Buyst – Foi uma reviravolta e uma abertura maravilhosa não somente para dentro da Igreja Católica, como “volta às fontes” da fé (Bíblia, patrística...), mas também em relação às outras igrejas cristãs, ao diálogo com as outras tradições religiosas e – diria principalmente – uma abertura para com o “mundo”, uma atenção aos grandes problemas da humanidade. Só se pode celebrar a memória de Jesus Cristo no espírito do Concílio quando se têm o coração e as janelas

abertas para a realidade: da pessoa humana, da comunidade de todos os povos e culturas, do cosmos...

IHU On-Line – Que perspectivas litúrgicas se abriram a partir do documento conciliar *Sacrosanctum Concilium*?

1 Sacrosanctum Concilium: constituição sobre a Sagrada Liturgia. Foi o primeiro documento aprovado pelo Concílio Vaticano II. Não foi objeto de muita controvérsia, pois a adaptação da liturgia já era frequente em muitíssimas comunidades eclesiais. Poderá mesmo dizer-se que esta constituição foi o primeiro fruto do Concílio, por já estar, em boa parte, a ser levada à prática antes de ter sido discutida e aprovada.

Ione Buyst – São muitas! A Constituição conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia foi o primeiro documento a ser votado e promulgado pelo Concílio Vaticano II em 04-12-1963. Na época, as reações de quem acompanhava o Movimento Litúrgico eram das mais entusiastas, porque o Concílio as-

O que não significa que o documento de base tenha passado facilmente entre os padres conciliares. Sobre o tema, confira a edição 58 dos Cadernos Teologia Pública, intitulado *Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio*, de autoria de Andrea Grillo e disponível para download em <http://bit.ly/KWvYrk>. (Nota da IHU On-Line)

sumiu a maior parte das propostas do Movimento, como por exemplo:

- participação ativa de todo um povo sacerdotal (considerada uma revolução eclesiológica ‘copernicana’, porque até então a liturgia era do domínio unicamente do clero);
- a liturgia como ação teológica, celebração memorial do mistério pascal (e não mais como culto, como ‘exercício da virtude da religião’) e este enfoque do mistério pascal modificando a teologia e a espiritualidade de cada sacramento e sacramental (p. ex. batismo: não mais centralizado na eliminação do pecado original; eucaristia, não centralizada na presença real, mas na participação na morte e ressurreição do Senhor, na unidade de toda a comunidade eclesial pela partilha do Pão e do Vinho, no Espírito; as exéquias: em perspectiva de ressurreição e, portanto, sem os paramentos pretos de antes de concílio), etc.;
- a liturgia como fonte da espiritualidade cristã; talvez o ponto menos compreendido e posto em prática;
- substituição do latim pelo idioma próprio de cada povo;
- devolução da Sagrada Escritura ao povo de Deus, dentro e fora da celebração litúrgica; a proclamação e interpretação da Palavra de Deus na liturgia no idioma de cada povo e a restauração do salmo responsorial, da homilia e da oração universal; fato importantíssimo na reaproximação com as Igrejas da Reforma Protestante;
- redescoberta da atuação do Espírito Santo na liturgia e a consequente introdução das epicleses (invocações do Espírito Santo) – superando assim um certo “crismonismo” da Igreja Católica, aproximando mais das igrejas orientais;
- Afirmação do sentido teológico da assembleia litúrgica como expressão do ser Igreja;
- sacramentalidade de toda liturgia (e não somente dos sete sacramentos) e daí a importância da ritualidade, ou seja, do resgate da dimensão antropológica da liturgia: gestos humanos (falar, ouvir, comer, beber, banhar, perfumar...), performativos..., para expressar e comunicar o mistério de nossa fé;
- restauração do ano litúrgico em torno da Vigília pascal e do Domingo, dia do Senhor;

- substituição do gregoriano por cantos na tradição musical de cada região (ainda que isso tenha levado vários anos a se concretizar, por causa da necessidade de estudos e aprofundamento, tanto da parte dos letristas e compositores, quanto dos corais e, principalmente, do povo em geral);
- introdução de ministérios litúrgicos não clericais: leitores, salmistas, acólitos, cantores... (onde antes, além do padre, havia somente coroinhas).
- Isso para citar apenas algumas perspectivas. Há muitas outras.

IHU On-Line – Como a Igreja pós-conciliar levou a efeito as decisões do Concílio, particularmente ao que se refere à liturgia?

Ione Buyst – Foi um longo caminho em várias fases:

1) um trabalho de vários anos para renovar todos os rituais com suas introduções, adequando-as às determinações do Concílio; este trabalho foi realizado por uma Comissão convocada pelo papa para este fim; 2) outro trabalho exaustivo: as traduções destes rituais nos vários grupos linguísticos e depois sua aprovação por ‘Roma’; 3) em seguida, a introdução destes novos rituais na prática pastoral em cada diocese, em cada paróquia e comunidade..., com a formação do clero e do povo! Trabalho pedagógico-pastoral, catequético, espiritual. Tratava-se não somente de informar, mas de formar clero, povo e especialistas em liturgia, levando a nova maneira de estudar, entender e participar da liturgia, unindo os gestos corporais com novas atitudes espirituais... E tudo isso coordenado e acompanhado pelas respectivas Conferências Episcopais, em nosso caso, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, reunindo peritos, preparando documentos e subsídios... Sem falar da mudança no ensino da liturgia e sacramentos nos institutos de teologia (trabalho até hoje não terminado!).

Olhando para trás nesses 50 anos: foi um trabalho maravilhoso, criativo, renovador... e que não chegou ainda ao fim, pois a nova mentalidade, a nova teologia e espiritualidade litúrgicas estão longe de terem sido assimi-

ladas! Falta a formação mistagógica² (na catequese, na formação litúrgica em todos os níveis).

IHU On-Line – Para a vivência celebrativa, qual o significado e o alcance da Igreja “Povo de Deus” e da Igreja “Comunhão”?

Ione Buyst – Penso que devemos evitar que esta polarização venha a contaminar o trabalho pastoral. A Igreja como povo de Deus foi certamente a tônica mais forte e opção decisiva do Concílio. Como categorias bíblico-teológicas, no entanto, “povo de Deus” e “comunhão” não são contraditórias, mas complementares. As relações do povo de Deus, vividas e fomentadas em pequenas comunidades, não estão baseadas numa ordem sociopolítica, nem de política eclesial, mas estão fundamentadas, enraizadas, na comunhão trinitária, do Pai, do Filho, do Espírito Santo. A “lei” que rege as relações no povo de Deus é o amor, fruto do Espírito Santo que nos foi dado, para podermos seguir a suprema “ordem” de Jesus: “*Amai-vos uns aos outros como eu vos amei*”, e cuja expressão sacramental mais forte se dá no batismo (Formamos um só corpo, porque fomos batizados em um só Espírito...; cf. 1Cor12,13) e na celebração eucarística (Comunhão no Corpo e sangue de Cristo, porque bebemos de um mesmo cálice e comemos de um mesmo Pão – cf. 1Cor 10,16-17). E, a partir daí, sim, atuamos nas relações interpessoais, culturais, políticas.

IHU On-Line – Cinquenta anos depois da abertura, como analisa a atualidade do Concílio Vaticano II, sobretudo a partir da perspectiva da liturgia?

Ione Buyst – É perigoso generalizar, mas tudo indica que está havendo uma estagnação, ou pior, na prática, uma negação de certos princípios básicos da reforma conciliar. Para citar apenas alguns aspectos:

1) Volta ao clerocentrismo, clericalismo, devocionalismo, sacramentalismo, ritualismo.

² **Mistagogia:** iniciação nos mistérios de uma religião. Traz o significado de uma introdução aos mistérios do sagrado, sendo o percurso do ser humano para o fim além de si mesmo. Ou seja, mistagogia é o “caminho” pelo qual o ser humano percorre para que, pelas experiências relacionadas com o transcendente, ele se envolva com este. (Nota da IHU On-Line)

2) Fechamento da Igreja sobre si mesma, brecando o ecumenismo e a abertura para com o mundo. Parece haver mais preocupação em construir templos (cada vez maiores) e atrair multidões para uma liturgia-espetáculo, do que em formar um povo consciente e competente para agir na sociedade como fermento na massa, como pede o Concílio. Temos uma estrutura eclesial considerável, porém um laicato praticamente inexistente. Há, sim, pastorais sociais muito ativas e fazendo um trabalho eficiente, porém geralmente desconectadas da liturgia. E a maioria dos frequentadores de missas não acompanha e não recebe formação para viver toda a sua vida, inclusive as relações sociais e políticas, de acordo com aquilo que celebramos. É como se fossem duas 'igrejas', uma ao lado da outra.

3) Falta uma liturgia que fomente a espiritualidade e mística da missão no mundo, tendo como fonte a participação na liturgia, meta principal do Movimento Litúrgico.

4) Ao mesmo tempo, temos uma vida litúrgica muito interessante acontecendo, amadurecendo nas bases, com celebrações dominicais da Palavra, celebrações do Tríduo Pascal, celebrações da reconciliação, ofício divino das comunidades, vigílias de oração, unindo fé e vida, coordenadas por leigos e leigas. É uma esperança.

IHU On-Line – Levando em conta as recentes decisões de Bento XVI em reintegrar os seguidores do bispo tradicionalista Marcel Lefevre³, em retomar ritos litúrgicos de tradição tridentina, como a senhora analisa o atual momento da Igreja?

Ione Buyst – É de confusão e de perplexidade. É um anular das propostas litúrgicas e eclesiológicas do Concílio.

IHU On-Line – Tendo presente o atual contexto de Igreja e de mundo,

³ **Marcel Lefebvre:** arcebispo francês na África e liderou, durante o Concílio Vaticano II, juntamente com os bispos brasileiros Geraldo Sigaud e Antonio de Castro Mayer, o *Coetus Internationalis Patrum* que reunia o grupo mais conservador da Igreja. Marcel Lefebvre nunca aceitou o Concílio Vaticano e fundou a Fraternidade Pio X que rompeu com a Igreja Católica. Tanto João Paulo II quanto Bento XVI negociaram com a Fraternidade o fim do cisma. (Nota da IHU On-Line)

que insistências conciliares são importantes serem resgatadas e que podem ajudar a própria Igreja a se abrir aos novos desafios que surgem?

Ione Buyst – O Concílio deixou claro que o mais importante não é a Igreja, mas o Reino de Deus e o evangelho de Jesus Cristo. A Igreja deve sair de sua posição eclesiocêntrica, dominadora, e crescer na atitude de escuta, diálogo, serviço. Ou melhor, não a Igreja enquanto instituição, mas enquanto povo de Deus, conjunto de comunidades vivas construídas em torno da Palavra e da Liturgia, atentas ao Espírito que sopra onde quer e nos acompanha na missão de estimular a fraternidade universal, partindo dos pobres, dos necessitados.

Reconhecimento do pluralismo religioso

É preciso dar prioridade à formação de cristãos conscientes, engajados, abertos ao “mundo”, abertos ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso, participantes ativos na busca de solução dos problemas que assolam a sociedade atualmente, em todos os níveis, local e internacional. Devemos reconhecer o pluralismo religioso numa sociedade pluricultural e criar atitude de diálogo e colaboração com as outras tradições religiosas e espirituais.

Liturgia

No tocante à liturgia, antes de tudo, celebrar em pequenas “comunidades de vida”, comunidades de base, onde é possível a relação pessoal, a partilha “das alegrias e esperanças, das tristezas e angústias”, como diz o documento *Gaudium et spes*⁴ (sobre

⁴ **Gaudium et Spes:** Igreja no mundo atual. Constituição pastoral, a 4ª das Constituições do Concílio do Vaticano II. Trata fundamentalmente das relações entre a igreja e o mundo onde ela está e atua. Trata-se de um documento importante, pois significou e marcou uma virada da Igreja Católica “de dentro” (debruçada sobre si mesma), “para fora” (voltando-se para as realidades econômicas, políticas e sociais das pessoas no seu contexto). Inicialmente, ela constituía o famoso “esquema 13”, assim chamado por ser esse o lugar que ocupava na lista dos documentos estabelecida em 1964. Sofreu várias redações e muitas emendas, acabando por ser votada apenas na quarta e última sessão do Concílio. O Papa Paulo VI, no dia 7 de dezembro de 1965, promulgou esta Constituição. Formada por duas partes, constitui um todo unitário. A primeira

a Igreja no mundo de hoje), onde é possível meditar comunitariamente a Palavra de Deus proclamada, interpretando-a dentro do contexto vital daquela comunidade, vivenciar a partilha de vida, de bens, de informação e formação, atentos ao que acontece no mundo, atentos aos sinais do Reino de Deus na realidade local, nacional, mundial, com momentos profundos de “fração do pão” e da Palavra, como em Emaús (Lc 24, 16-35), como nas comunidades retratadas nos Atos dos Apóstolos (2,42; 20,7-12).

IHU On-Line – Qual o papel da mulher na Igreja antes e após o Concílio Vaticano II? O que mudou e/ou o que permanece o mesmo?

Ione Buyst – A mulher na Igreja Católica continua sendo considerada e tratada como membro eclesial de segunda categoria, num total descompasso com a situação da mulher na sociedade atual. Não tendo acesso à ordenação, não pode coordenar plenamente uma comunidade, nem presidir as assembleias litúrgicas; não participa das decisões realizadas em nível de episcopado. Isso é prejudicial em três níveis:

1) para as próprias mulheres, porque são consideradas cristãs de segunda categoria (contrariando p. ex. Gl 3,27-28 que fala da igualdade fundamental, baseada no batismo: “Vós todos que fostes batizados em Cristo vos revestistes de Cristo. Não há mais judeu ou grego, escravo ou livre, homem ou mulher, pois todos vós sois um só, em Cristo Jesus”);

2) para a sociedade, porque esta atitude da Igreja Católica reforça o machismo e a discriminação das mulheres que persistem na cultura atual e que são contrários aos direitos da mulher como pessoa humana;

3) prejudica a evangelização, porque distorce a própria imagem de Deus, pois fomos criados “à sua imagem e semelhança; homem e mulher ele os criou”, diz o livro de Gênesis. Pela organização patriarcal e machista da Igreja, ocultamos, portanto, 50% da imagem de Deus, seu lado feminino.

parte é mais doutrinária, e a segunda é fundamentalmente pastoral. Sobre a *Gaudium et spes*, confira o nº 124 da IHU On-Line, de 22-11-2004, sobre os 40 anos da *Lumen Gentium*, disponível em <http://bit.ly/9lFZTk>, intitulada *A igreja: 40 anos de Lumen Gentium*. (Nota da IHU On-Line)

Entrevista da semana

“É paradoxal dizer que possa existir uma ‘mídia’ no meio digital”

Na verdade, tudo o que existe e é visível no e através do computador é ou hardware ou software, afirma Cícero Inacio da Silva

POR GRAZIELA WOLFART E THAMIRIS MAGALHÃES

“Chamar as representações, que agora são parecidas com as ‘antigas’ representações que tínhamos até então, faço alusão ao rádio e à televisão, é uma mera falta de capacidade, comum à humanidade, de criar uma linguagem própria à cultura do computador. Por isso, ela ainda imita os meios anteriores e tende a considerar o que é veiculado nesses meios como ‘mídia’, o que é um tremendo engano”, frisa o professor Cícero Inacio da Silva, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Segundo Cícero, o Facebook é uma rede que no início tinha uma forma bastante próxima das “repúblicas” de estudantes norte-americanos, que

exigiam uma “triagem” e uma “validação” para aceitação de membros internos, no caso, os “amigos” ou a “fraternidade”. “Isso funcionou muito bem durante um tempo, até se tornar uma mídia de massa bastante homogênea e que tende a pasteurizar fatos e notícias”.

Cícero Inacio da Silva é graduado em Psicologia pela Faculdade Paulistana de Ciências e Letras, possui mestrado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e doutorado em Comunicação e Semiótica pela mesma universidade. Tem pós-doutorado pela University of California, San Diego (UCSD).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em primeiro lugar, o que o senhor entende por mídia digital?

Cícero Inacio da Silva – Particularmente, sigo uma noção bastante diferente da estabelecida no Brasil, por uma leitura que faz somente alusão às representações superficiais geradas por máquinas computacionais, geralmente visualizadas em “browsers” de internet, e que são normalmente pouco ligadas ao início da “cultura computacional”, vamos assim dizer. Penso que o digital diz mais respeito às materialidades dos processos computacionais que geraram e que fun-

dam basicamente a nossa sociedade contemporânea mediada via o digital, ou seja, que é fundamentalmente ligada à própria história do computador como máquina cultural. Essa visão de mundo não é muito comum no Brasil e é bastante comum em países que tradicionalmente lidam com o computador de maneira mais dinâmica. Isso tem a ver talvez com o fato de que essas culturas tenham basicamente desenvolvido essa máquina que tem transformado a forma como vivemos e talvez por isso essas culturas tenham uma visão bastante diferente dessa mais “filosófica” que tende a interpre-

tar o computador como uma máquina que só reproduz coisas, como a antiga televisão e o rádio.

O computador não é meramente uma máquina de “comunicar”

Partindo do ponto de vista de que o computador não é meramente uma máquina de “comunicar”, mas sim de ser capaz de antecipar processos e de inclusive proporcionar a existência de elementos até então humanamente impossíveis, tendo, então, a seguir uma análise que aponta que é paradoxal dizer que possa existir uma “mídia”

no meio digital, tendo em vista que tudo o que existe e é visível no e através do computador é ou hardware ou software. Chamar as representações, que agora são parecidas com as “antigas” representações que tínhamos até então, faço alusão ao rádio e à televisão, é uma mera falta de capacidade, comum à humanidade, de criar uma linguagem própria à cultura do computador. Por isso, ela ainda imita os meios anteriores e tende a considerar o que é veiculado nesses meios como “mídia”, o que é um tremendo engano.

IHU On-Line – Qual a diferença entre mídia digital e rede social?

Cícero Inacio da Silva – Mídia digital dizia respeito a tudo o que antigamente era veiculado nos computadores com linguagem ou idêntica ou bastante similar à da televisão, do jornal, do cinema ou do rádio. Já rede social é uma utilização dos processos digitais para conexões entre sujeitos ligados a máquinas com processamento computacional (tablets, celulares e computadores), que permite o compartilhamento de informações em tempo real e também a modificação das informações por parte deste “conjunto” dinâmico de sujeitos conectados a essa “grande máquina universal”, que são as redes sociais.

IHU On-Line – Em que sentido o senhor afirma que “não existem mídias digitais, apenas softwares”?

Cícero Inacio da Silva – No sentido de que o que se vê em um computador não é uma “mídia”, mas sim o resultado de um processo computacional que “imita” as mídias anteriores. Nós só assistimos vídeos ao computador por não sabermos exatamente o que vamos produzir e então buscamos referências no passado, no vídeo cassete, no cinema, na televisão. O computador é capaz de produzir outras coisas, mas ainda estamos no início de um processo mais dinâmico de compreensão do que essa máquina faz. Por isso ainda somos tão ligados à imagem em movimento da maneira como ela era vista até os anos 1990. Como exemplo, gosto de citar os jogos e os livros que são lidos

“Tudo o que existe e é visível no e através do computador é ou hardware ou software”

em “redes sociais” visualizáveis, que são como ambientes de jogos gráficos avançados, mas com a diferença de que neles centenas, senão milhares de pessoas, se encontram diariamente para “escrever” ou “ler” histórias em conjunto e desfrutar de um momento de compartilhamento de leituras e visões de mundo sobre determinados textos. Eu chamaria isso de “leitura social”. E isso é só um dos modelos que podemos pensar.

IHU On-Line – Quais os desafios para a área da comunicação e da sociologia em função dos avanços na área da comunicação digital?

Cícero Inacio da Silva – Creio que analisar o que é exatamente o computador. Ainda não temos a mínima ideia do que é essa máquina.

IHU On-Line – Qual sua opinião sobre o Facebook? Quais as possíveis críticas que o senhor faria a essa rede social que cresce tanto no Brasil?

Cícero Inacio da Silva – Não tenho nenhuma restrição particular ao Facebook. Eu, particularmente, tinha uma conta nessa rede, que desativei há alguns anos. Eu tendo a não gostar de coisas massivas, por isso me dou o direito de não comer no McDonalds, no Burger King e a não ter uma conta no Facebook.

IHU On-Line – Qual a especificidade do Twitter em relação ao Facebook, principalmente em relação à linguagem e aos tipos de conteúdos postados?

Cícero Inacio da Silva – São duas redes com objetivos distintos, que

operam sob as mesmas bases. Em uma, você torna públicas questões pessoais ou mesmo comerciais em pequenos posts, que tendem a “imitar” a lógica do que antigamente se chamava “autenticidade”. Essa rede é o Twitter, que criou uma espécie de “fantasmagoria” do “autêntico” que se expande. Nessa rede, tudo parece sair no estilo #prontofalei, mas sabemos que quase todas as contas oficiais, tanto de autoridades como celebridades, são mantidas e atualizadas por “consultorias” especializadas em criar fatos ao “estilo #prontofalei”.

O Facebook

O Facebook, por outro lado, é uma rede que no início tinha uma forma bastante próxima das “repúblicas” de estudantes norte-americanos, que exigiam uma “triagem” e uma “validação” para aceitação de membros internos, no caso, os “amigos” ou a “fraternidade”. Isso funcionou muito bem durante um tempo, até se tornar uma mídia de massa bastante homogênea e que tende a pasteurizar fatos e notícias.

Mídias sociais

Se você analisar, as mídias sociais seguem a hegemonia dos grandes formatos de mídias massivas, mas com uma diferença: quem replica é você, eu e nossos vizinhos, e de graça, já que não ganhamos nada quando trabalhamos para o Facebook replicando ou “gostando” de um post. Por outro lado, essas redes tendem a aproximar as pessoas, colocar em contato pessoas que você não tinha mais acesso etc. Isso gera uma sensação de pertencimento e de “familiaridade” globais quase incomuns. Contudo, vale lembrar que toda “familiaridade”, segundo o próprio Freud, carrega em si um tremendo “terror” da não distinção entre o que é meu e o que é do “outro”. E isso talvez venha a criar no futuro toda uma geração que se negue a utilizar “redes sociais” exatamente para não se deparar com esses “tantos familiares” que lhe causam mais ojeriza e terror do que propriamente uma sensação de pertencimento.

Artigo da Semana

Cardeal Martini e a dignidade da diferença

“Nesses ‘tempos difíceis’, sua voz serena, corajosa e audaz vai nos fazer muita falta”, testemunha o teólogo Faustino Teixeira ao comentar a despedida do cardeal Carlo Maria Martini, arcebispo emérito de Milão, da coluna semanal que publicava no jornal italiano *Corriere della Sera*

POR FAUSTINO TEIXEIRA

A seguir publicamos o artigo escrito por Faustino Teixeira nas Notícias do Dia 28-06-2012, em <http://bit.ly/NEXZ3b>, no qual ele comenta a despedida do cardeal Carlo Maria Martini do jornal italiano *Corriere della Sera*. “Ao ler hoje pela manhã o **IHU Notícias** (27/06/2012), deparei-me com a informação de que o grande cardeal Martini se despedia de sua coluna no jornal italiano *Corriere della Sera*. Dizia que chegara o momento em que, por razões da idade e da doença, deveria se retirar de suas atividades e empenhos para preparar-se para o encontro

decisivo com o Mistério de Deus. Fiquei, de certa forma, entristecido, pois ele sempre foi para mim um fator de alegria, incentivo e esperança na luta em favor de uma Igreja mais fraterna e solidária”, admite o teólogo Faustino Teixeira.

Faustino Teixeira é professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. É também membro do ISER-Assessoria do Rio de Janeiro.

Eis o artigo.

Ao ler hoje pela manhã o **IHU Notícias** (27/06/2012), deparei-me com a informação de que o grande cardeal Martini¹ se despedia de sua coluna no jornal italiano *Corriere della Sera*. Dizia que chegara o momento em que, por razões da idade e da doença, deveria se retirar de suas atividades e empenhos para preparar-se para o encontro decisivo com o Mistério de Deus. Fiquei, de certa forma, entristecido, pois ele sempre foi para mim um fator de alegria, incentivo e esperança na luta em favor de uma Igreja mais fraterna e solidária. Nesses “tempos difíceis”,

sua voz serena, corajosa e audaz vai nos fazer muita falta. Em todo o meu itinerário teológico pude acompanhar atentamente suas produções, seus sermões e suas lindas intervenções nos campos da pastoral e da vida social. Foi sempre uma alegria renovada entrar em contato com suas instigantes provocações. É, na verdade, um fiel seguidor de uma Igreja primaveril, um autêntico “amigo de Deus”, e são eles, como tão bem indica Simone Weil², que nos facultam o exercício

singelo da manutenção do olhar fixado intensamente em Deus.

Em favor de uma Igreja mais profética

O cardeal Martini foi aquele que sempre esteve nos meus sonhos em favor de uma Igreja mais profética, solidária e aberta. Nos últimos dois conclaves, foi por ele que o meu co-

permanecido na França e viviam os dissabores da Segunda Guerra Mundial. Sobre Weil, confira as edições 84, de 17-11-2003, *Simone Weil Palavra Viva*, disponível em <http://bit.ly/tZSCDr>; 168, de 12-12-2005, *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em <http://bit.ly/v0aMxT>; 313, de 03-11-2009, *Filosofia, mística e espiritualidade. Simone Weil, cem anos*, disponível em <http://bit.ly/w374lt>. (Nota da IHU On-Line)

1 Carlo Maria Martini: teólogo jesuíta, profundo conhecedor da Bíblia, é um cardeal italiano e arcebispo emérito de Milão. (Nota da IHU On-Line)

2 Simone Weil (1909-1943): filósofa cristã francesa. Centrou seus pensamentos sobre um aspecto que preocupa a sociedade até os dias de hoje: o tormento da injustiça. Vítima da tuberculose, recusou-se a se alimentar, para compartilhar o sofrimento de seus irmãos franceses que haviam

ração bateu mais forte. Talvez a figura mais nobre que um cargo tão completo, exigente e difícil, poderia fazer jus. O cardeal Martini, jesuíta de ternura e vigor, foi durante muitos anos – de 1980 a 2002 – arcebispo de Milão, a maior diocese do mundo. Ali atuou de forma impressionante, deixando uma marca que não poderá jamais ser esquecida. É também um dos mais importantes biblistas que temos.

Sua reflexão sobre Jesus é apaixonante. A forma como nos confronta com Jesus de Nazaré é singular e provocadora. Como sinalizou Georg Sporschill, ele nos apresenta Jesus em perspectiva distinta à apresentada por Papa Bento XVI em seu livro sobre o itinerante de Nazaré. A partir de sua visada, o Jesus que nos vem revelado “é o amigo dos publicanos e pecadores. Ele escuta a pergunta dos jovens. Ele provoca inquietações. Ele luta conosco contra as injustiças”. Foi essa perspectiva que pude ver, com grande alegria, no seu livro sobre *O itinerário espiritual dos doze* (2. ed. São Paulo: Loyola, 1988), onde aborda o Evangelho de Marcos. Com essa obra ele nos ajuda a rever, refletir e pensar sobre a nossa caminhada interior com base no itinerário espiritual dos doze discípulos. Ajuda-nos a trabalhar o difícil confronto interior em favor da decisão de dar prosseguimento na história ao caminho de Jesus. Assim como os discípulos, nós também temos dificuldades de compreender os desafios da missão e de ver com clareza o horizonte a seguir. O conselho que vem do mestre Martini é simples: basta sair de uma situação marcada pelo orgulho e suficiência e deixar-se habitar por atitude de humildade, de “ignorância”, com a disposição acesa e atenta da audição. Sublinha que esta deveria ser a atitude fundamental de quem se coloca diante do Mistério de Deus, para poder ouvir o que Ele nos quer comunicar. Nada mais importante, sublinha, do que “olhar com atenção”. Mesmo que não se consiga explicar o que há de belo no mundo, e no outro, a “admiração diante da beleza pode me levar a Deus”.

Abertura ao outro

Outro traço que sempre percebi em suas reflexões foi o da abertura ao outro, ao seu mistério indiscernível. Em livro publicado em 2000, *Sobre o corpo* (Editora Paulinas), o cardeal **Martini** trata questões difíceis como a doença e o limite. Indica que a doença não é um incidente fortuito, mas nos coloca irremediavelmente diante de limites bem precisos. Desvela ainda algo que está “escondido” em nós mesmo quando nos sentimos saudáveis, mas que aparece um dia, com sua patente realidade, fazendo emergir a verdade de nossa limitação e pobreza. É esse mesmo corpo que coloca para nós, de forma viva, a questão do outro e o desafio imprescindível da relação. Diz Martini: “O outro é, porém, um mistério que escapa a qualquer analogia e redução de semelhança; se quero possuí-lo não é mais ‘outro’, e permaneço só, sem nenhum outro”. Não há lugar para o belo Narciso, que se afoga em sua própria imagem e reflexo. Sublinha ainda que esse amor aos outros nunca o afastou de sua comunidade. Ao contrário, diz ele: “Quanto mais convivo com os outros, tanto mais amo a Igreja”.

Um dos maiores desafios assumidos por Martini em sua trajetória foi a defesa desse outro, e sempre com base em Jesus de Nazaré. No livro *Diálogos noturnos em Jerusalém: Sobre o risco da fé* (São Paulo: Paulus, 2008), trata da importância de levar a sério a abertura e universalidade que envolve a expressão “católica”. E o caminho que aponta é o seguimento de Jesus. Foi ele que “tornou visível o amor de Deus por meio de sua vida e de suas palavras”. E o que caracteriza esse amor é sua proximidade com os outros, sobretudo os mais necessitados e pobres. Foi alguém que “optou pela vida itinerante e, assim, estar disponível para todos e não construir muros ao seu redor. Jesus foi ao encontro dos estranhos. E o que é mais importante: era capaz de difundir seu amor”. Como assinala Martini, é o nosso grande mestre nessa abertura aos estranhos.

Levando a sério esse desafio, Martini dedicou-se por muitos anos em Milão ao diálogo com os muçulmanos. Um de seus lindos trabalhos a respeito ganhou grande notoriedade: *“Nós e o Islã – da acolhida ao diálogo”*. Trata-se de um discurso que ele proferiu na vigília do dia de Santo Ambrósio, em dezembro de 1990. Reconhece em seu discurso os grandes valores religiosos e morais que marcam a tradição islâmica, e que tanto ajudaram “centenas de milhões de homens a prestar a Deus um culto honesto e sincero, bem como a praticar a justiça”. É no respeito a tal dignidade que os cristãos são convocados ao diálogo com os muçulmanos, e na sua dinâmica poder refletir e aprender sobre sua “forte experiência religiosa”, destinada a restituir a Deus, com gratuidade, um mundo a ele intimamente vinculado.

Levou também o diálogo ao prático dos não crentes. Nos debates com Umberto Eco, registrados no livro *Em que creem os que não creem* (Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000), trata com grande honestidade e seriedade essa questão. O que está em jogo fundamentalmente é a questão ética, o lugar da ética, “no qual se decide o futuro meta-histórico da aventura humana”. Partilha com Eco da ideia de uma esperança comum que irmana crentes e não crentes, que transparece sobretudo na prática.

Diz Martini: “É possível ver crentes e não crentes vivendo o presente, dando-lhe sentido e empenhando-se com responsabilidade. Isto é particularmente visível quando alguém se coloca, gratuitamente, por sua conta e risco, a serviço de valores elevados, sem nenhuma retribuição visível. Quer dizer, portanto, que existe um *húmus* profundo que crentes e não crentes, pensantes e responsáveis, alcançam, sem que, no entanto, consigam dar-lhe um mesmo nome”.

Martini reconhece o valor e a dignidade da ação ética de muitas pessoas, com “elevado altruísmo”, sem que estejam animadas por um fundamento transcendente em sua ação.

Sonho de Igreja

Sobre o seu sonho de Igreja, Martini sublinha: “Antigamente, eu tinha sonhos em relação à Igreja. Sonhos de uma Igreja que seguisse seu caminho na pobreza e na humildade, de uma Igreja que não dependesse dos poderes do mundo (...). Com uma Igreja que desse lugar às pessoas que pensam o futuro. Com uma Igreja que encorajasse especialmente àqueles que se sentem sozinhos ou pecadores. Eu sonhava com uma Igreja jovem”.

Em seus colóquios de Jerusalém, na ocasião, com avançados 75 anos, revelou que esses sonhos tinham se diluído e que agora rezava pela Igreja. Mas ainda vigorava em seu peito o grande sonho de Teilhard³, que via “o mundo caminhar em direção à grande meta, onde Deus será tudo em todas as coisas”.

Carta

Em sua última coluna, esse grande cardeal de Milão, conhecedor do segredo dos corações e do mistério das distintas formas de fé, responde a uma última questão, extremamente difícil, levantada por Francesco Rizzo, que havia perdido o seu filho de 10 anos. Na sua carta, o desencantado pai

3 Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955): paleontólogo, teólogo, filósofo e jesuíta, que rompeu fronteiras entre a ciência e a fé com sua teoria evolucionista. O cinquentenário de sua morte foi lembrado no Simpósio Internacional Terra Habitável: um desafio para a humanidade, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos de 16 a 19-05-2005. Sobre Chardin, confira o artigo de Carlos Heitor Cony, publicado nas Notícias Diárias do site do IHU, www.unisinos.br/ihu, de 16-06-2006, *Teilhard: o fenômeno humano. O jesuíta foi precursor do que foi chamado de evolucionismo cristão*. A edição 140 da **IHU On-Line**, de 09-05-2005, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Teilhard de Chardin: cientista e místico*, disponível em <http://migre.me/11DQX>. A edição 304 da **IHU On-Line**, de 17-08-2009, intitula-se *O futuro que advém. A evolução e a fé cristã segundo Teilhard de Chardin*. Confira, ainda, as entrevistas *Chardin revela a cumplicidade entre o espírito e a matéria*, <http://migre.me/11DRm>, publicada na edição 135, de 05-05-2005 e *Teilhard de Chardin, Saint-Exupéry*, publicada na edição 142, de 23-05-2005, em <http://migre.me/11DRu>, ambas com Waldecy Tenório. Na edição 143, de 30-05-2005, George Coyne concedeu a entrevista *Teilhard e a teoria da evolução*, disponível para download em <http://migre.me/11DRM>. (Nota da **IHU On-Line**)

pedia uma palavra de conforto para poder voltar a viver. E com a resposta de Martini, concluo essa minha breve homenagem a esse grande cristão:

“Caro Franco, não há palavras verdadeiras de conforto diante de uma dor tão grande, talvez a maior dor para um ser humano. Eu também não sei lhe indicar caminhos precisos. Posso lhe dizer que rezo por você para que seja Jesus, o Filho, que lhe indique o caminho. Mas certamente não será logo, porque dores tão fortes tiram a força, a visão, a audição e ferem até a nossa força fundamental que é a coragem de enfrentar qualquer acontecimento.”

Leia mais...

>>Confira alguns textos de Carlo Maria Martini publicados pelo site do IHU:

- *O diálogo resiste ao tempo. Carlo Maria Martini se despede. Notícias do Dia* 27-09-2012, disponível em <http://bit.ly/MAK12N>
- “Que a Igreja perca o dinheiro, mas não perca a si mesma”, afirma Cardeal Martini. **Notícias do Dia** 28/05/2012, disponível em <http://bit.ly/MVCSv4>
- “Não tenham medo do sexo”. *Diálogo com Carlo Maria Martini. Notícias do Dia* 29-03-2012, disponível em <http://bit.ly/HIGTEq>
- *Sem silêncio não se faz revolução. Artigo de Carlo Maria Martini. Notícias do Dia* 10-03-2012, disponível em <http://bit.ly/LKPpTA>
- *O sentido da vida nas palavras de Jesus. Entrevista com Carlo Maria Martini. Notícias do Dia* 15-01-2012, disponível em <http://bit.ly/M0VedO>

Leia os

Cadernos

Teologia

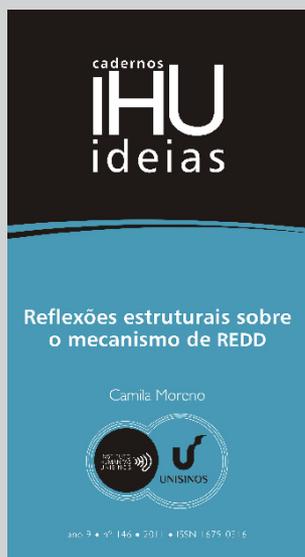
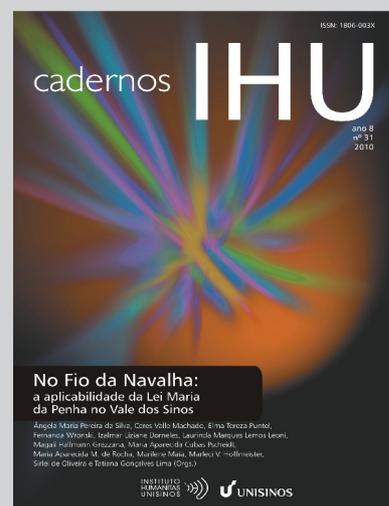
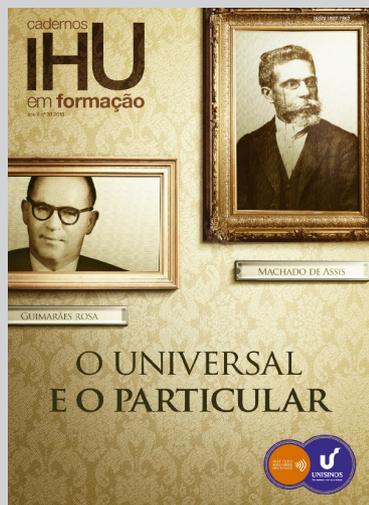
Pública no

site do IHU

[www.ihu.](http://www.ihu.unisinos.br)

[unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR



Uma estreia apaixonante? A versão brasileira das indústrias criativas

POR JOÃO MARTINS LADEIRA¹

No Brasil, as indústrias criativas estão na moda. Não espanta. A ideia contém lá o seu frisson, como acontece com aquilo que, de vez em vez, desembarca em nosso país. A cultura com um viés prático e não como erudição barata! Sua conveniência como modo de libertar pessoas, comunidades ou regiões da carência material, evitando a eutanásia de talentos.

Tais imagens seduzem. Adere-se (ou repele-se) a tais propostas, sem atenção à complexidade envolvida. Aprender seu real significado implica perguntar: afinal, o que há de novo em tal modelo? Serão as indústrias criativas realmente uma estreia apaixonante ou apenas a reedição de algum espetáculo passado?

Por um lado, sim; por outro, não. Vejamos. De certo ângulo, a ideia sugere a imagem de um mercado novo em folha, pronto a ser ocupado pelos empreendedores em geral. Uma observação detalhada revela que sua instituição se obtém, na verdade, a partir das ações do Estado, e não por qualquer outro meio.

Espanta: a ideia de indústrias criativas mostra-se não como o resultado da rebelião de artistas ou designers. De fato, tal proposta emerge como tentativa contemporânea destes Estados variados afirmarem sua capacidade de influir em mercados de cultura, com soluções pontuais adotadas em cada país.

O trabalho destes aparatos estatais em tornar tal tema coisa verdadeiramente importante se exerceu desde a gênese da proposta. Todos sabem: foi no distante ano de 1998 que o novo trabalhismo inglês apresentou seu projeto de renomear o Department for National Heritage inglês em Department for Culture, Media and Sport.

À decisão atrelaram-se diversas ações voltadas à promoção da cultura com viés intensamente comercial. Alguns viram nisso uma conspiração do “capital” ou coisa que o valha. Não espanta. A figura do intelectual solitário – textos em punho, crítica em riste – não existe sem a sombra do poder invisível a qual se contrapor.

O caso, como sempre, é mais complexo. Entender o que tais aparatos estatais

¹ Pesquisador Capes/PNPD de pós-doutorado do PPGCOM/Unisinos. Pesquisador associado aos grupos Cepos e Iesp Netsal. Doutor em Sociologia pelo IUPERJ. E-mail: <joaomartinsladeira@gmail.com>.

produziram e a maneira pela qual buscaram incentivar ou proteger empreendedores criativos, de um lado, ou convencer a sociedade sobre a relevância de sua nova invenção, de outro, guarda a chave da questão.

A ideia possui formato caótico, decerto. Afinal, o que reuniria atividades tão distintas como “apresentações artísticas; arquitetura; artes e antiguidades; artesanato; cinema; mercado editorial; moda; música; publicidade; software; software interativo de entretenimento; televisão e rádio”?

Frente a esse caos, quatro soluções buscaram afirmar a unidade de tais políticas mundo afora. A primeira apostava na ênfase à “criatividade”. Todos esses setores, afinal, lidariam com um recurso intangível extremamente relevante.

Se a primeira opção se concentrava na origem de tais bens, a segunda atentou aos seus resultados. Tais produtos seriam especialmente capazes de proteger através das famigeradas normas de propriedade intelectual e isso, por fim, os definiria.

A outra possibilidade apostava na ênfase às tecnologias necessárias à constituição de tais riquezas. A contraparte da proposição é a importância, para os negócios criativos, dos modelos flexíveis de organização. Obviamente, as empresas em rede logo vêm à baila.

O último ponto – polêmico – indicava a possibilidade de romper com as distinções entre alta, média e baixa cultura ou com a diferenciação entre artes industriais e eruditas. No cerne da proposta estava a necessidade das indústrias criativas serem irremediavelmente lucrativas.

Cada uma destas definições tem lá os seus problemas. Isoladamente nenhuma delas consegue dar conta de descrever de modo pleno tal projeto. Traços específicos retirados de cada uma, porém, contêm material relevante para clarear a discussão.

A versão brasileira de tal ideia, como de praxe, é lida com estas propostas, porém com suas especificidades. Aqui, a ênfase na noção de desenvolvimento parece intensa, ímpar na verdade, em comparação a outros contextos. Isso se percebe atentando àquilo que a Secretaria da Economia Criativa, associada ao Ministério da Cultura, expôs.

A ênfase, para nós, reside em traços já conhecidos. Novamente, depositam-se grandes expectativas na criação de novos mercados através da destruição criadora, confiando na força dos arranjos produtivos locais e regionais gerados através de parcerias público-privadas voltadas à capacitação técnica, assim como na garantia de apoios financeiros.

A valorização da habilidade inventiva individual, regional ou nacio-

nal; a tentativa de produzir empreendimentos autônomos e sustentáveis; a oportunidade de ampliar a riqueza individual e coletiva; todas são opções consideradas relevantes devido aos resultados coletivos possíveis de gerar.

Nossa adaptação das indústrias criativas justifica-se ao se afirmar como política capaz de gerar não resultados egoístas, legitimando-se pela ênfase em algum tipo de interesse coletivo. Sua força reside em retomar o arrazoado sobre desenvolvimento, com tanta atenção no Brasil contemporâneo, contrapondo-se ao ganho individual representado pelo relé crescimento.

Mais que isso. Não é a primeira vez que, no Brasil, se aposta tanto nos negócios baseados em redes de colaboração possíveis de alavancar o desempenho nacional em mercados com importância global. Este retrato, na verdade, já havia sido pintado para as políticas voltadas às tecnologias de informação imaginadas durante os anos 1990.

O projeto, então, parece mais uma reprise de algo em cena no Brasil desde a última década do que alguma transformação radical no espetáculo. Só não se sabe se a direção escolhida pode conduzir ao resultado esperado. A resposta sobre o que existe de criativo na ideia de indústrias criativas permanece em aberto.



Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line no período de recesso da revista, de 11-06-2012 a 24-06-2012, disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

O saneamento básico não é uma prioridade brasileira

Entrevista especial com Édison Carlos, presidente executivo do Instituto Trata Brasil. Confira nas Notícias do Dia de 22-06-2012. Acesse no link <http://bit.ly/LLu260>

Em muitos casos, por serem as obras de saneamento básico tratadas como invisíveis pela lógica eleitoral (obras enterradas que não dão votos), autoridades preferiram construir postos de saúde e hospitais em vez de tratar da causa das doenças, ou seja, os esgotos jogados indiscriminadamente na natureza.

Propagada aos quatro ventos como fonte de energia limpa, as hidrelétricas também são responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa, e a omissão deste dado prejudica as tentativas de recuperação do clima.

“A nação nordestina foi moldada no lombo de um jumento”

Entrevista especial com Kátia Lopes, veterinária e agrônoma, presidente da ONG Defesa da Natureza. Confira nas Notícias do Dia de 16-06-2012. Acesse no link <http://bit.ly/MaHOND>

Ao refletir sobre um protocolo para a exportação de jumentos do Nordeste para a China, a pesquisadora alerta para os riscos de maus tratos com os animais: “se deixar do jeito que está, com certeza teremos um dos maiores símbolos do Nordeste ameaçado de extinção”.

Hidrelétricas e o aquecimento global. Uma revisão de valores

Entrevista especial com Philip Fearnside, biólogo e pesquisador do Inpa. Confira nas Notícias do Dia de 20-06-2012. Acesse no link <http://bit.ly/KT96pl>

Jesus e o Reino no Evangelho de Marcos é tema de curso promovido pelo IHU

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU realiza de 6 de agosto a 11 de novembro o curso Jesus e o Reino no Evangelho de Marcos. O objetivo do evento é oportunizar aos participantes um estudo, reflexão e conhecimento do evangelho de Marcos e suas repercussões hoje. Para mais informações, envie e-mail para o IHU: humanitas@unisinos.br.



Destques On-Line

Entrevistas feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 25-06-2012 a 02-07-2012

Rio+20: “A grande derrota é a impotência da ONU para enfrentar problemas”

Entrevista especial com Liszt Vieira, ambientalista, professor da PUC-Rio e presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Confira nas Notícias do Dia de 25-06-2012
Acesse no link <http://bit.ly/KxHtks>

A governança global, um dos temas centrais da Rio+20, estava “posta na mesa e nem sequer foi discutida”, critica.

Rio+20 vista desde a Cúpula dos Povos: A montanha pariu um rato

Entrevista especial com Ivo Poletto, assessor do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social
Confira nas Notícias do Dia de 26-06-2012
Acesse no link <http://bit.ly/LMIVQX>

“O governo brasileiro demonstrou, uma vez mais, que tem ciência diplomática para ‘salvar conferências da ONU’”, ironiza.

“Rio+20 é o piso, e não é o teto” é uma frase triste e o recibo oficial do resultado pífo

Entrevista especial com André Lima, advogado, consultor em políticas públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM
Confira nas Notícias do Dia de 27-06-2012
Acesse no link <http://bit.ly/MAzSD6>

“A Rio+20 falhou ao não apresentar uma avaliação crítica responsável sobre a falha na implementação dos principais acordos de 1992 e no estabelecimento de metas ambiciosas para o futuro próximo”, avalia.

Patrimônio cultural e natural: um tema muitas vezes ignorado

Entrevista especial com Silvia Zanirato, historiadora, professora na USP
Confira nas Notícias do Dia de 28-06-2012
Acesse no link <http://bit.ly/KFk14I>

“O maior desafio é o de se ter vontade política suficiente para reverter a situação de exclusão social, de se ter coragem de enfrentar os interesses do mercado imobiliário e considerar o solo não por seu valor de troca, mas pelo valor de uso, uma condição necessária para a sobrevivência digna da humanidade”, declara a pesquisadora.

Belo Monte agrava desarticulação indígena

Entrevista especial com Rodolfo Salm, biólogo
Confira nas Notícias do Dia de 29-06-2012
Acesse no link <http://migre.me/9GKtu>

Diferente da articulação dos povos indígenas na **Cúpula dos Povos**, em Altamira, Pará, onde está sendo construída a hidrelétrica de **Belo Monte**, as “comunidades indígenas estão muito desarticuladas”, diz o **biólogo**.

Evento: IHU Ideias

Data: 16-08-2012

Palestra: “Direito de resistência”: a luta social pelo direito à moradia urbana

Palestrante: Bel^a. Natália Martinuzzi Castilho - Unisinos

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/9JoZa>

ACESSE AS REDES SOCIAIS DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

FACEBOOK



BLOG



TWITTER



**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Rubens Soares de Lima

POR THAMIRIS MAGALHÃES

“Sou uma pessoa inquieta. Sempre tive inquietações, intelectuais e pessoais. Em relação à vida, em geral, tenho uma posição crítica, no sentido de gostar de examinar e de fazer perguntas sobre qualquer coisa”. Assim se define o professor licenciado da Unisinos, Rubens Soares de Lima, em entrevista con-

cedida, por telefone, à **IHU On-Line**.

Professor no curso de Economia, Rubens trabalhou mais de 30 anos nesta instituição e diz, emocionado, que sente muita saudade do que mais gostava de fazer: lecionar. Conheça, agora, um pouco mais de sua trajetória de vida pessoal, profissional e acadêmica.

Origem – Nasci na Cidade de Rio Grande, no dia 15 de agosto de 1945, entretanto, devido à profissão de meu pai, tive a oportunidade de morar, na infância e na juventude, em Campo Grande-MS, Rio de Janeiro-RJ e Santa Maria-RS. Porém, minha formação educacional, segundo grau e faculdade, foi em Porto Alegre. A graduação foi na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, tendo cursado dois anos de Engenharia e depois ingressado na Economia, curso em que me formei. Hoje, moro em Porto Alegre. Sou casado e tenho um filho de 22 anos, Theo Soares de Lima, que recentemente concluiu o curso de Geografia, também na UFRGS.

Trabalhos – Comecei a trabalhar profissionalmente na extinta Superintendência de Planejamento do Estado do RS (SUPLAG), tendo feito parte do grupo de economistas

que criou a Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão vinculado às Secretarias de Planejamento do Estado do RS, quando fui contratado em 1974. Em 1975, ingressei na Unisinos e, neste mesmo ano, fui para França cursar dois anos e meio de pós-graduação, no nível de mestrado, em Desenvolvimento Econômico, na Universidade Paris I. Em meados de 1977, retornei a Porto Alegre, reingressando na FEE e na Unisinos. Em 1987, recebi o convite do então Secretário da Ciência em Tecnologia, Prof. Ruy Carlos Ostermann, para ser presidente da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), cargo que ocupei pelo período de dois anos, quando retornei à FEE novamente. Nesses últimos nove anos, estive cedido pela Fundação de Economia e Estatística para trabalhar na Secretaria do Planejamento do Governo do Estado, onde fiz parte do Departamento de Planejamento (DEPLAN), desenvolvendo trabalhos

de análise de longo prazo, os quais também foram publicados.

Autodefinição – Afora ser inquieto, como disse anteriormente, me considero também uma pessoa bem-humorada.

Academia – Além da Unisinos, onde trabalhei no curso de Economia, com as disciplinas de Introdução à Economia, História do Pensamento Econômico, Economia Política e Economia Gaúcha, também lecionei em diversos cursos, dentro da área governamental, na Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH). Igualmente participei, na década de 1980, do Conselho Regional de Economia da 4ª Região, onde organizamos diversos seminários, debates e cursos.

Lazer – Meu maior lazer é ler, vindo em segundo o futebol na TV.



Quando não estou me dedicando a eles, desenvolvo diversas atividades na fazenda de minha família em Rio Grande, interior do Rio Grande do Sul.

Livro – Gosto de diversos autores e gêneros literários, mas ultimamente tenho me dedicado a ler romance policial.

Filme – Sou um grande apreciador de cinema. Vou com frequência ao cinema e assisto também muitos filmes pela televisão. Meus preferidos são os do gênero Western, mas sempre vou atrás de longas de suspense e históricos. No mundo cinematográfico, me chamam mais atenção os filmes argentinos e franceses.

Religião – Opto por ser agnóstico.

Sonho – Que nós conseguíssemos ter um Brasil mais igualitário e fraterno.

Música – Gosto principalmente de Música Popular Brasileira e de jazz. Mas o Johnny Cash também é fundamental.

Unisinos – A Unisinos, junto praticamente com a Fundação de Economia e Estatística, corresponde não só à minha formação intelectual, mas também profissional. Foram os dois locais em que trabalhei a vida toda e nos quais tive grandes oportunidades de aprender. Dar aula para mim foi uma experiência sempre muito fascinante. Gostei muito de lecionar, tendo sido paraninfo três vezes em turmas dessa Universidade e esses, para mim, foram três momentos muito gratificantes na minha vida profissional e afetiva.

Despedida – Saí de licença desta universidade já tem quase três anos. Talvez eu não retorne. Toda a minha trajetória na Unisinos, creio, foi cumprida. E como, no último ano em que lecionei nesta instituição, fui pela terceira vez paraninfo, realmente me senti com a missão cumprida e achei que era um bom momento para encerrar as minhas atividades, que é uma coisa da qual muitas vezes sinto saudade. Guardo na lembrança os bons momentos, que são os que eu tinha quando lecionava!

XIII Simpósio IHU terá a presença de Marcelo Gleiser



Durante o XIII Simpósio Internacional IHU, que será realizado entre dias 02 e 05 de outubro deste ano, um dos momentos mais esperados é a palestra com o professor de física teórica Marcelo Gleiser, da Dartmouth College Hanover/EUA, que retrata a questão da ciência e da fé no mundo contemporâneo.

Gleiser proferirá a palestra “As novas gramáticas que emergem hoje das ciências”, no dia 02 de outubro, das 17h30min às 19h. No dia 03, haverá um debate entre ele e o Prof. Dr. George Coyne, do Vatican Observatory, da University of Arizona/EUA, com o tema: “Fé e ciência: um diálogo possível?”. Ambas as atividades fazem parte da programação do XIII Simpósio Internacional IHU.

Para se inscrever acesse www.unisinos.br/eventos/ihu-semanticado-misterio/

Cadastre-se e acompanhe a Newsletter diária do IHU

Você pode receber diariamente a Newsletter do Instituto Humanitas Unisinos – IHU no seu e-mail. Basta se cadastrar acessando a página inicial do sítio do IHU, no canto inferior esquerdo, preencher a aba “cadastre-se”, com seu nome e e-mail, e passar a receber diariamente a News do IHU.

Nela, você poderá ler diariamente as Entrevistas do Dia, com as mais recentes entrevistas realizadas pela equipe do IHU; Notícias do Dia, em que você poderá ter acesso aos artigos e entrevistas veiculadas na mídia do Brasil e do mundo, em uma seleção preparada pela equipe do IHU; ler os últimos cadernos publicados pelo Instituto (Cadernos IHU, Cadernos IHU em forma-

ção, Cadernos IHU Ideias e Cadernos Teologia Pública) e visualizar os links para acesso diretamente ao sítio do IHU.

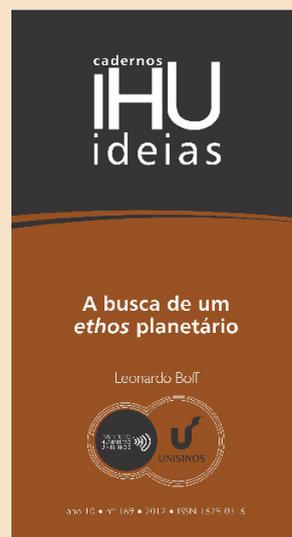
Semanalmente pode ser lida a análise de conjuntura, bem como artigos de articulistas que enviam seus textos inéditos para nossa página.

Além de tudo isso, você ainda poderá acompanhar os Eventos do Dia, preparados pela equipe do IHU. Tudo gratuitamente. Cadastre-se pelo www.ihu.unisinos.br/.

A busca de um Ethos Planetário

A busca de um ethos planetário é o título do Cadernos IHU ideias número 169^a. Leonardo Boff, filósofo, teólogo e escritor, expressa nesse texto suas reflexões a respeito de uma proposta original sobre a ética do cuidado em relação ao planeta. Sua visão é de que a humanidade precisa assumir a perspectiva de um novo paradigma civilizatório. Assim, Boff desenvolve sua argumentação tendo como ponto de partida a recuperação do sentido original do termo grego ethos.

Acesse a versão em PDF em: <http://migre.me/9GQqu>.



Siga o IHU no Twitter e no Facebook

www.ihu.unisinos.br